

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Entre casos comoventes e noticiário cotidiano:

(in)visibilidades engendradas pela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em três jornais mineiros

Eliziane Consolação Lara

Belo Horizonte

2013

Eliziane Consolação Lara

Entre casos comoventes e noticiário cotidiano:

(in)visibilidades engendradas pela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em três jornais mineiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Textualidades Midiáticas

Orientador: Prof. Elton Antunes

Belo Horizonte

2013

301.16 Lara, Eliziane Consolação
L318e Entre casos comoventes e noticiário cotidiano [manuscrito] :(in)visibilidades
2013 engendradas pela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em
três jornais mineiros / Eliziane Consolação Lara.– 2013.
163 f.
Orientador: Elton Antunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Filosofia e Ciências.

1. Comunicação – Teses. 2.Comunicação de massa – Teses. 3. Violência –
Teses.4. Jornalismo - Teses. I. Antunes, Elton . II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Ata da Defesa de Dissertação de *Eliziane Consolação Lara*
Número de Registro na UFMG 2011650130

Às nove horas e trinta minutos do dia 25 de março de 2013, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a comissão examinadora constituída pelos professores doutores Elton Antunes (orientador - Universidade Federal de Minas Gerais), Geane Carvalho Alzamora (Universidade Federal de Minas Gerais) e Frederico de Mello Brandão Tavares (Universidade Federal de Ouro Preto). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna do mestrado Eliziane Consolação Lara, intitulado “**Entre casos comoventes e noticiário cotidiano: (in)visibilidades engendradas pela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em três jornais mineiros**”, requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Meios e Produtos da Comunicação. Abrindo a sessão, o orientador e Presidente da Comissão, Prof. Dr. Elton Antunes, apresentou a banca e, em seguida, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Eliziane Consolação Lara. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Mestre em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 25 de março de 2013.

Prof. Dr. Elton Antunes
Orientador – DCS-FAFICH/UFMG

Prof.^a Dra. Geane Carvalho Alzamora
DCS-FAFICH/UFMG

Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares
UFOP

Aos meus pais, especialmente à minha mãe, por não terem medido
esforços para que eu pudesse estudar.

A todos que atuam, das mais diversas formas, por um jornalismo
comprometido com a ética.

AGRADECIMENTOS

Para que esse trabalho fosse concluído contei com o auxílio de muitas pessoas e instituições e a todos manifesto os meus mais sinceros agradecimentos. Agradeço ao Elton, pelo respeito e dedicação com que conduziu a orientação, fazendo deste um trabalho efetivamente produzido em parceria – ainda que eu não tenha conseguido avançar em todos os aspectos por ele sugeridos. Elton, muitíssimo obrigada por todo aprendizado!

Agradeço também ao Carlos, em quem encontrei o incentivo fundamental para realizar este trabalho e por ter contribuído com a revisão em vários momentos: do projeto ao texto final. Agradeço-o imensamente por seu companheirismo e amor. Aos meus pais, Geraldo e Raimunda, que se desdobraram para que eu pudesse me dedicar aos estudos e usufrísse de oportunidades que eles não puderam acessar. Ao meu irmão, Caio, pela cumplicidade.

Agradeço ao setor de informação da Sempre Editora por orientar a realização da busca dos textos do *Super Notícia*. Registro meu sincero agradecimento também à ANDI, que coletou e permitiu acesso aos textos publicados pelos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo*, o que foi fundamental para a viabilização da pesquisa. Agradeço ainda por servir de inspiração para todos que acreditam que a imprensa deve atuar em prol dos direitos humanos. Nesse sentido, não poderia deixar de registrar meu profundo agradecimento à Oficina de Imagens, pela acolhida e por mostrar que é possível atuar no campo da Comunicação e contribuir com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Também agradeço às professoras Angela Marques e Geane Alzamora pelas valiosas contribuições na banca de qualificação. Agradeço ainda a Geane pelo parecer do projeto e por participar da banca examinadora. Aos professores Frederico Tavares e Bruno Leal também registro meus agradecimentos por aceitarem fazer parte da banca.

Aos amigos (Jordânia, Simone, Carol, Ana Paula, Breno, Marcelle e Poliana) pelo apoio e por compreenderem minhas ausências. Também agradeço à turma do mestrado pela excelente companhia (na Universidade e fora dela). Aos bolsistas do Manuelzão (Anna, Duda, Isabela, Isadora, Luís e Naty) pela acolhida e por toda a alegria dividida no atelier.

Agradeço também à Capes e à Prograd pela bolsa de estudos, que permitiu que eu me dedicasse à pesquisa e participasse dos projetos do Reuni, e a Elaine e Tatiane pelo auxílio em todos os trâmites necessários. Ao Gris e ao Grispress pelas profícuas discussões. A Deus, companheiro infalível, a quem tanto recorro, pela luz e força que me concede diariamente.

RESUMO

Neste trabalho investigamos a cobertura da violência contra crianças e adolescentes realizada por três jornais impressos do estado brasileiro de Minas Gerais: *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícia*. De modo mais específico, procuramos compreender como os textos publicados nesses diários articulam sentidos a partir de um conjunto de presenças e ausências ao abordar a violência contra meninos e meninas em seu grupo doméstico. Para desenvolver esta análise, partimos de dois aspectos de observação: as representações sociais acionadas pelo discurso jornalístico e os sujeitos construídos pelos relatos noticiosos. A seleção dos textos adotou como referência temporal a morte da menina Isabella Nardoni, aos 5 anos de idade, que ocorreu em março de 2008 e foi amplamente noticiada pela imprensa brasileira. A adoção deste marco implica que a pesquisa contempla textos publicados próximos a esta ocorrência e relatos veiculados pelos mesmos jornais, mas um ano depois. A partir destas estratégias chegamos a um conjunto de textos que nos permitiu realizar um trabalho que transita entre relatos de casos que geram grande comoção e aqueles que fazem parte do noticiário cotidiano, ou seja, são publicados pelos jornais, mas não atingem grande repercussão midiática. Em linhas gerais, o trabalho se dedica a discutir as formas de visibilidade construídas pelos relatos jornalísticos acerca destas ocorrências violentas.

Palavras-chave: crianças e adolescentes; imprensa diária; violência; visibilidade.

ABSTRACT

In this paper we investigate the coverage of violence against children and adolescents conducted by three newspapers of the Brazilian state of Minas Gerais: *Estado de Minas*, *O Tempo* and *Super Notícia*. Specifically, we tried to understand how texts published in those journals articulate meanings from a set of presences and absences when reporting cases of violence against children in their homegroup. To develop this analysis, we started with two points for observation: the social representations driven by journalistic discourse and the subjects constructed by news reporting. The selection of texts adopted as temporal reference the death of the five-year-old girl Isabella Nardoni, which occurred in March 2008 and was

widely reported by the Brazilian press. Adopting this framework implies that this research includes texts published in the same period of that occurrence and reports taken from the same newspapers one year later. Based on those strategies, we come to a set of texts that allowed us to move from cases that are especially commotional to those type of cases which are daily published in the newspapers without achieving great media repercussion. In general, this work aims to discuss modes of visibility built by newspaper when reporting violent occurrences.

Key-words: children and adolescents; daily press; violence; visibility.

Lista de tabelas

1 - Média de circulação diária dos jornais em dezembro de 2011	46
2 - <i>Ranking</i> dos tipos de violência considerados os anos de 2008 e 2009	70
3 - <i>Ranking</i> dos tipos de violência registrados em 2008	70
4 - <i>Ranking</i> dos tipos de violência registrados em 2009	71
5 - Casos considerados “duráveis”	90

Lista de gráficos

1 - Principais agressores considerados os anos de 2008 e 2009	77
2 - Locais onde ocorre a agressão considerados os textos publicados em 2008 e 2009.....	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, VIOLÊNCIA E JORNALISMO	16
2.1. Um olhar específico sobre a violência contra meninos e meninas	18
2.1.1. Violência: uma caracterização difícil	19
2.1.2. Estruturação da família e da infância	29
2.2. Entre “regimes de visibilidade” e representações.....	35
3 METODOLOGIA	44
3.1. Acesso aos textos.....	48
3.1.1 Implicações da forma de acesso	49
3.2. Delineamento das estratégias metodológicas	50
3.2.1 Critérios de seleção.....	52
3.3. Operadores analíticos	62
3.3.1. O início	62
3.3.2. As causas	64
4 DA (DES)CONTINUIDADE DOS CASOS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS	66
4.1. “O que” os jornais publicam?.....	68
4.1.1 Quem agride e onde?.....	75
4.2. “Como” os relatos se manifestam nas páginas dos jornais?.....	80
4.2.1 Daqueles que “duram” menos	80
4.2.1.1 Violência institucional.....	81
4.2.1.2. Invisibilidade do dano psicológico	83
4.2.1.3. Um relato e vários casos.....	86
4.2.2 Daqueles que “duram” mais	89
4.2.2.1 Durabilidade e memória	94

4.2.3. Dos pontos cegos	99
5 ENCADEAR FATOS, CONTAR HISTÓRIAS: GESTOS HERMENÊUTICOS EMPREENDIDOS PELO JORNALISMO	103
5.1 Caso a caso	104
5.1.1 Caso 1	105
5.1.2 Caso 2	108
5.1.3 Caso 3	115
5.1.4 Caso 4	120
5.1.5 Caso 5	124
5.2. De causas e inícios.....	127
6 APONTAMENTOS FINAIS	135
REFERÊNCIAS	141
ANEXO.....	148

1 INTRODUÇÃO

A motivação para realizar esta pesquisa surge em março de 2010, em meio a uma série de notícias veiculadas pela imprensa sobre o julgamento de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá. Respectivamente pai e madrasta de Isabella Nardoni, eles iriam a júri popular naqueles dias na condição de acusados pelo assassinato da garota, ocorrido em março de 2008. Aos cinco anos de idade, Isabella sofreu uma queda do sexto andar do prédio em que moravam seu pai, a madrasta e os dois meios-irmãos. A garota não resistiu aos ferimentos e morreu. A investigação policial detectou indícios de que a menina teria sido arremessada pela janela após ser vítima de várias agressões e apontou o pai e a madrasta como os principais suspeitos pelo crime.

Conhecido como “caso Isabella Nardoni”, este acontecimento¹ foi alvo de intensa cobertura jornalística, alcançando lugar de destaque na história da imprensa nacional. De acordo com pesquisa realizada pelo CNT/Sensus, no final de abril de 2008, 98,2% da população possuía conhecimento sobre o ocorrido. “Trata-se de um recorde, tornando-o o crime mais conhecido dos brasileiros” (VAZ; FRANÇA, 2009, p.13).

O que nos inquietou é que dois anos após o assassinato, o julgamento dos réus também foi amplamente noticiado pelos veículos de imprensa², contrariando uma crítica contumaz feita ao jornalismo: a de que ele repercute casos que geram comoção pública, mas não investe no desenrolar das histórias até o seu desfecho.

Entretanto, assim como aconteceu com Isabella, o Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo contabilizou, entre 2000 e 2007, 532 mortes de crianças e adolescentes em consequência da violência doméstica no Brasil. O que representa uma média de 76 mortes por ano.

A atuação como jornalista responsável pela agência da Rede ANDI Brasil em Minas Gerais³ pelo período de quatro anos também me permitiu observar que diariamente são

¹ Todas as vezes que nos referimos ao conceito de “acontecimento” neste trabalho o fazemos desde a perspectiva do acontecimento jornalístico, trabalhada por Mouillaud (2002a). Em linhas gerais, o autor aponta que ao ganharem espaço na mídia, os acontecimentos se inscrevem sobre uma membrana sensível e colocam em “ressonância os sentidos que nela são inscritos” (MOUILLAUD, 2002a, p. 50). Para lidar com o acontecimento e levá-lo ao público, as instituições jornalísticas atuam fortemente na organização dos sentidos que ele envolve, tornando-o coerente em termos cronológicos e espaciais. Assim, o acontecimento é apresentado ao público sob o formato da informação.

² O resultado do júri, por exemplo, ocupou com **exclusividade** as capas das três revistas semanais de informação geral de maior circulação no país: *Veja*, *Época* e *Istoé*.

³ A Rede ANDI Brasil é uma articulação de organizações não governamentais que atuam para qualificar a cobertura da imprensa sobre temas relacionados a crianças e adolescentes. O estado de Minas Gerais é

publicadas pequenas notas e notícias relacionadas à violência contra crianças e adolescentes; assim como no caso Isabella, as vítimas são meninos e meninas, e os agressores são identificados como familiares ou pessoas próximas. Essas histórias rompem expectativas – uma vez que a agressão parte de quem se espera atitudes como proteção e respeito – e alcançam diferentes formas de visibilidade quando abordadas por veículos jornalísticos, podendo se desdobrar durante alguns dias ou ficando circunscritas a um pequeno texto, publicado em apenas uma edição do jornal. Assim, sentimo-nos motivados a desenvolver a pesquisa adotando como perspectiva o transitar entre casos que receberam maior atenção na imprensa e aqueles que entendemos que fazem parte do “noticiário cotidiano”, ou seja, são publicados com regularidade e não parecem provocar grandes alterações nem na esfera de produção das notícias, nem no âmbito de recepção.

Desse modo, tomamos o caso Isabella como uma referência temporal, pois é adotado como marco para definição dos períodos de coleta dos textos, e também como um revelador em relação à cobertura das ocorrências consideradas “cotidianas”. Não se trata de realizar uma comparação entre os casos, pois sabemos que são singulares, e não nos propomos a identificar elementos que poderiam fazer com que aqueles que obtiveram pequena repercussão alcançassem mais visibilidade. Lançar mão do caso Isabella como um revelador é uma tentativa de fixar um ponto de referência, algo que permita enxergar aspectos que não alcançaríamos na ausência de sua luz⁴. Tentaremos observar como um caso de tamanha repercussão pode contribuir para evidenciar aspectos de outras histórias e atuar, ao mesmo tempo, como um revelador dele mesmo.

Assim, nossa proposta coloca em relação textos jornalísticos relacionados à violência contra crianças e adolescentes, mas que tratam de acontecimentos diferentes. No gesto realizado em direção a estes casos, o jornalismo engendra distintos “regimes de visibilidade”, que compreendemos como formas que comportam tanto o visível quanto o invisível, contemplando, dessa maneira, aquilo que não se revela à visão, mas que está em diálogo com o que se vê. Nesse processo, os jornalistas também se deparam com o tensionamento de representações sociais, pois numa sociedade que associa à infância e à adolescência a

representado na Rede ANDI pela organização Oficina de Imagens, sediada em Belo Horizonte. A atuação das agências da Rede envolve, entre outras atividades, o monitoramento dos conteúdos publicados nos jornais impressos de maior circulação no estado e a produção de sugestões de pauta para as redações. Em 2005, iniciei o estágio com acompanhamento das atividades da Rede ANDI, apoiando a produção de sugestões de pauta para a imprensa. De 2006 a 2011 atuei na coordenação das atividades realizadas pela agência.

⁴ Deveremos considerar também que essa mesma luz, devido à sua grande intensidade, pode ofuscar outros casos de violência, aspecto que discutiremos de modo mais detido no capítulo três.

necessidade de proteção e afeto, emergem situações de violência contra meninos e meninas praticadas por pessoas com as quais eles mantêm vínculos afetivos e comunitários, como pais, mães, padrastos, avós, líderes religiosos, professores e amigos. Desse modo, há uma mudança radical na maneira como estes atores passam a ser percebidos, pois migram do papel de protetores ao de agressores, com o agravante de que se valem dos vínculos que possuem com meninos e meninas para agredi-los.

A partir destas concepções, é que nos dedicamos a investigar como os textos jornalísticos articulam sentidos a partir de um conjunto de presenças e ausências ao abordar a violência contra crianças e adolescentes, partindo de dois aspectos de observação: as representações sociais acionadas pelo discurso jornalístico e os sujeitos construídos em relatos noticiosos.

Para realizar esta investigação, analisamos notas, notícias, reportagens, artigos, editoriais e cartas de leitores publicados nos meses de fevereiro a maio de 2008 e 2009 em três jornais impressos mineiros: *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícia*. O primeiro período de coleta tem como referência o assassinato de Isabella Nardoni, e o segundo período, em 2009, foi proposto com o intuito de permitir a observação da cobertura da violência contra meninos e meninas distante do “grande” caso.

Os resultados desta investigação são apresentados ao longo de quatro capítulos. No primeiro, dedicamo-nos à discussão de temas chave para situar o nosso problema de pesquisa. Desse modo, recorreremos a referências de vários campos de estudo, como Direito, História, Saúde e Sociologia, para levantar aspectos que nos ajudassem a compreender que representações estão em jogo quando se trata da violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico. A própria ampliação do escopo da pesquisa do âmbito intrafamiliar para o grupo doméstico decorre destas leituras e do contato que estabelecemos com o material empírico.

No segundo capítulo apresentamos os aspectos metodológicos. Como selecionamos e manejamos os textos, explicitamos a perspectiva que nos orientou na utilização de estratégias da Análise de Conteúdo, os critérios utilizados na elaboração das categorias de classificação do material e apresentamos os dois operadores analíticos empregados na análise qualitativa: o início das histórias e as causas atribuídas aos gestos violentos.

A sistematização dos textos deu origem a um quadro de classificação que encaramos como um “mapa”, cuja leitura procedemos no terceiro capítulo. Assim, apresentamos os tipos

de violência que apareceram nos relatos jornalísticos e sua frequência, os agressores apontados com recorrência e os lugares em que as violações reportadas se passaram. Em seguida, dividimos os relatos em dois grandes grupos a partir do critério da permanência que alcançaram nos veículos analisados: aqueles que “duram mais” ocuparam as páginas dos jornais por mais dias, enquanto os que “duram menos” caracterizam-se por uma aparição pontual. Tal forma de organização do material se relaciona com os dois tipos de casos que orientam nosso trabalho, os que geram “comoção” e aqueles que fazem parte do noticiário cotidiano. Após a análise dos elementos que consideramos característicos dos dois grupos, procuramos compreender como essa permanência nos jornais pode dizer da capacidade destes relatos de fazerem memória.

No quarto e último capítulo concentramo-nos na discussão sobre as representações e os sujeitos construídos pelos relatos. Diante da impossibilidade de realizar uma análise deste tipo com todos os textos, selecionamos um conjunto de 13 relatos relativos a casos de abandono. Optamos por essa categoria de modo específico porque revelou um aspecto que nos provocou bastante: a ausência dos pais é acompanhada por uma sobrerresponsabilização das mães no cuidados com os filhos. Desse modo, dedicamo-nos a observar como estes sujeitos (pai, mães, meninos e meninas) se dão a ver nestes relatos.

2 INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, VIOLÊNCIA E JORNALISMO

A relação que o jornalismo estabelece com os temas relacionados à infância e à adolescência mobiliza organizações e pesquisadores de áreas distintas, sob perspectivas e propósitos também variados. Situamo-nos, portanto, num terreno marcado por estudos de diferentes recortes, tornando difícil a tarefa de identificar uma linha ou corrente predominante. Entretanto, apesar dessa variedade, estes esforços são ainda pouco numerosos. Especificamente na área de análise de mídia, a construção do discurso sobre a infância nos jornais de informação geral aparece como um dos temas mais ignorados (PONTE, 2005).

Neste cenário, os trabalhos empreendidos pela pesquisadora portuguesa Cristina Ponte e pela organização não governamental brasileira *ANDI – Comunicação e Direitos* nos inspiram de modo particular. Ponte (2005) analisou as representações da infância em jornais impressos portugueses publicados no período de 1970 a 2000, donde concluiu que nos diários jornalísticos as crianças aparecem como “matéria periférica entre as periféricas” (PONTE, 2005, p.16). O fôlego e a abrangência deste trabalho e os desdobramentos gerados em outras pesquisas realizadas pela autora trazem contribuições de caráter teórico e metodológico para nosso estudo, como explicitaremos adiante.

No contexto brasileiro, a organização não governamental ANDI, há mais de vinte anos, monitora a cobertura dos principais veículos impressos do país⁵. O reconhecimento de sua atuação e o desejo de expandi-la junto a estados brasileiros e outros países levaram à formação de duas articulações: a Rede ANDI Brasil (criada em 2000) e a Rede ANDI América Latina (surgida em 2003)⁶, que compartilham parte da metodologia utilizada pela instituição no monitoramento de veículos jornalísticos e na mobilização junto à imprensa. Para nossa pesquisa, o trabalho realizado pela ANDI, além de permitir o acesso ao material empírico analisado, oferece pistas metodológicas e, principalmente, delinea de forma consistente a trajetória da abordagem dos temas relacionados a crianças e adolescentes pela imprensa brasileira a partir de meados da década de 1990. Assim, já de saída, sabemos que essa cobertura vem apresentando avanços bastante significativos. De acordo com o relatório *Imprensa, infância e desenvolvimento humano*, “a avaliação da cobertura sobre infância e

⁵ A mais recente análise de mídia da ANDI relacionada a todos os temas da infância e adolescência foi publicada em 2009 com o título *Direitos, Infância e Agenda Pública – Uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana*. A pesquisa compreendeu o período de 2005 a 2007 e analisou 54 jornais brasileiros.

⁶ Informações disponíveis em: < <http://www.andi.org.br/portal-andi/page/historia>>. Acesso: 27 de jun. 2013.

adolescência [no Brasil] entre 1996 e 2002 desvenda um panorama bem mais positivo do que negativo – e isso tanto do ponto de vista quantitativo quanto em relação ao aspecto qualitativo” (ANDI, 2006, p.5). Essa avaliação toma dois eixos como alicerce: um diz do crescente número de textos publicados ano a ano pela imprensa brasileira; o outro está relacionado aos temas que aparecem com mais frequência, avaliados positivamente pela ANDI por se alinharem ao debate sobre a importância de se assegurar os direitos de meninos e meninas previstos em lei. Em 2002, por exemplo, a “Educação” apareceu em primeiro lugar, seguida do tema “Violência”. A mesma tendência é identificada por Ponte em um novo monitoramento dos jornais portugueses, abrangendo o período de 2000 a 2005. Neste período, também há o aumento do número de textos relacionados à infância e adolescência na comparação com o primeiro período analisado pela autora (1970-2000) e, mantendo a similaridade com os padrões identificados no Brasil, “Educação” aparece nos primeiros lugares do *ranking*, assim como as temáticas classificadas por Ponte sob a rubrica “Risco Social” – categoria bastante semelhante ao que ANDI denomina como “Violência”.

Em que pesem as peculiaridades de cada país, estas semelhanças não ocorrem apenas por coincidência. Investigações internacionais apontam que desde 1980 a cobertura relacionada a crianças e adolescentes apresenta crescimento. A aprovação da Convenção dos Direitos da Criança, em 1989, propicia debates no âmbito dos Estados Nacionais no sentido de adequar suas respectivas legislações à nova normativa – no Brasil, tem-se a mobilização e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – e a emergência de “movimentos sociais de defesa dos direitos da criança, pugnando por outra visibilidade noticiosa às suas problemáticas” (PONTE, 2007b). É neste contexto, inclusive, que a ANDI é formalmente criada.

Mesmo com o aumento do número de textos e mudanças nos itens que fazem parte da cobertura relacionada a crianças e adolescentes, a abordagem de alguns assuntos ainda é marcada por um viés conservador. No cenário brasileiro, destaca-se o tratamento dispensado pela imprensa ao envolvimento de crianças e adolescentes com o ato infracional. “Não raro, o olhar do jornalista tende a reforçar estereótipos e preconceitos como o que culpam os ‘menores’ pela onda de insegurança que tem afetado o país nos últimos anos” (ANDI, 2006, p. 5)⁷. A presença maciça de fontes oficiais ligadas ao Poder Executivo em detrimento de atores que atuam nos poderes Legislativo e Judiciário e nos Conselhos dos Direitos da

⁷ O termo “menor”, embora seja utilizado na linguagem jurídica, é empregado, geralmente de modo pejorativo, como sinônimo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares também é apontada como aspecto negativo da cobertura.

De modo mais abrangente, os trabalhos realizados pela ANDI e por Ponte nos mostram que a infância e a adolescência aparecem em jornais impressos de informação geral associados a temas bastante diversos, como educação, violência, consumo, comportamento, saúde, esportes e lazer, entre muitos outros. Ambos também apontam para a prevalência das abordagens restritas aos relatos de situações singulares. A dificuldade dos jornalistas em relacionar as pautas que cobrem cotidianamente com um contexto social mais amplo e complexo é uma crítica recorrente por parte da ANDI (ANDI, 2006; VIVARTA, 2009) e também é uma característica presente em diários de Portugal (PONTE, 2007b).

Ao comparar a cobertura realizada por 51 jornais europeus sobre o uso da internet pelas crianças, Ponte *et al.* (2007a) constata o predomínio da perspectiva adulta que vê meninas e meninos como seres ainda incompletos e incompetentes. Ora reforça-se a imagem da criança vítima, vulnerável às ameaças dos adultos, ora coloca-se em evidência a criança demonizada, capaz de praticar o mal contra os outros. O aparecimento destas duas imagens opostas acerca da infância nos relatos jornalísticos também é constatado em outros trabalhos da autora (PONTE, 2005; 2007b).

2.1. Um olhar específico sobre a violência contra meninos e meninas

Como mencionado anteriormente, as inquietações que motivaram a realização desta pesquisa surgiram da grande repercussão alcançada pelo caso Isabella Nardoni. Em decorrência disso, nosso trabalho se voltou para textos jornalísticos relacionados à violência cometida contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico. Reiteramos que nossa proposta não tem como foco compreender como o jornalismo lidou com este caso de modo específico. O que nos interessa observar são os “regimes de visibilidade” engendrados pelos relatos jornalísticos tanto na cobertura do grande caso, como no tratamento das ocorrências que alcançam menor destaque, mas aparecem cotidianamente nas páginas dos jornais. Para tal, três aspectos principais articulam o conjunto de textos para o qual lançaremos nosso olhar: a violência, o grupo doméstico e a infância/adolescência. De maneira mais específica, estes elementos serão tomados em nosso trabalho nas situações em que meninos e meninas são

apontados como vítimas de gestos violentos protagonizados por aqueles que fazem parte do seu círculo cotidiano de relações e dos quais se esperam atitudes de proteção.

Partimos do entendimento de que o modo como o caso Isabella Nardoni despertou a atenção pública provém da ruptura de representações que imantam nossa forma de compreender e lidar com o mundo. Como partilharmos da compreensão de que o jornalismo encontra-se mergulhado na vida social e não apartado dela (FRANÇA, 1998), sabemos que não é possível compreender o relato noticioso isolado da forma como outros atores sociais entendem e reagem a acontecimentos como estes. Assim, neste primeiro capítulo, propomos a explicitar as articulações que percebemos entre esses elementos.

2.1.1. Violência: uma caracterização difícil

O Estudo Global das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças, apresentado à Assembleia Geral da ONU em 2006, confirma que a violência contra meninos e meninas com menos de 18 anos

ainda prevalece em todos os países do mundo e está presente em todas as culturas, classes, níveis de escolaridade, faixas de renda e origens étnicas. Em todas as regiões [...] a violência contra crianças é um fenômeno socialmente aprovado e frequentemente legal e autorizado pelo Estado (ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS, p. 5, 2006).

De acordo com o relatório, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou, em 2002, que quase 53 mil crianças morreram em todo mundo vítimas de homicídio. A OMS também avalia que neste mesmo ano 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo dos 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de agressão sexual (ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS, p. 10, 2006).

No Brasil, de janeiro a abril de 2012, o Módulo Criança e Adolescente do *Disque Direitos Humanos - Disque 100* recebeu 34.142 denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes provenientes de todo o Brasil. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a comparação com o mesmo período de 2011 revela

um aumento de 71% no número de denúncias⁸. O que não significa, necessariamente, um aumento do número de casos, mas pode sinalizar resultados positivos das campanhas de incentivo à denúncia e das melhorias realizadas no serviço que, em março de 2011, teve sua capacidade de atendimento ampliada, passando a funcionar 24 horas por dia, durante todos os dias da semana.

Mesmo que as estatísticas revelem um fenômeno de grandes proporções, é preciso levar em conta a existência de um alto índice de sub-registro. De acordo com o Estudo das Nações Unidas, a violência contra crianças e adolescentes deve ser entendida como um fenômeno camuflado e vários fatores contribuem para esta invisibilidade. As vítimas têm medo de denunciar e sofrer retaliações; pais que presenciam a violência cometida por cônjuges ou outros membros da família e da comunidade também têm receio de expor a situação ou preferem o silêncio para garantir uma boa imagem da família. Especialmente no caso da violência doméstica, a aceitação social da violência física, psicológica ou sexual como condutas inevitáveis e normais num contexto de “educação” e “disciplina” é um fator crucial para que estas práticas sejam mantidas no âmbito privado e não entrem para as estatísticas relativas ao fenômeno (ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS, 2006). Para Dias, o ideal da família moderna, vista como um espaço em que as relações devem ser pautadas pelo amor, também é responsável por “evitarmos olhar a violência doméstica e por a condenarmos enquanto prática presente na educação dos filhos, no relacionamento conjugal e em outras interações familiares” (DIAS, 2004, p.55).

Em nossa pesquisa, não podemos perder de vista, portanto, que invisibilidade e violência possuem uma estreita relação.

À invisibilidade encontram-se frequentemente associadas várias formas e manifestações de violência exercida sobre os indivíduos. Traduzida em ações, palavras, espaços ou intervenções políticas, a violência constitui um traço das sociedades contemporâneas que oculta situações problemáticas vividas por indivíduos e por grupos sociais que marcam suas vidas (DORNELAS *et al.*, 2010, p. 2-3).

Além das dificuldades de quantificação e acesso às ocorrências, a própria definição do que se compreende por violência contra crianças e adolescentes apresenta bastante

⁸ O *Disque Direitos Humanos – Disque 100* é um serviço nacional destinado a receber denúncias de violações de direitos humanos, especialmente de grupos mais vulneráveis. Os dados relativos a 2012 estão disponíveis no “Balanco do Disque 100 sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/Balanco%20do%20Disque%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso: em 27 jun. 2012.

complexidade. Deparamo-nos com este desafio já nos primeiros contatos que estabelecemos com a empiria analisada nesta pesquisa. Num primeiro momento, identificar os textos relacionados à violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico nos parecia uma das tarefas mais simples do trabalho. Antes de partir para a leitura dos jornais e iniciar a seleção propriamente dita, já podíamos prever de alguma forma o que encontraríamos: histórias de agressão física, abandono, abuso sexual, negligência. No entanto, o contato com os textos jornalísticos nos apontou logo de início a necessidade de definirmos com maior clareza o que se pode entender como “violência contra crianças e adolescentes”. Se ao nos depararmos com relatos como o de que uma mãe teria tentando vender a filha recém-nascida por 650 reais⁹, não nos resta nenhuma dúvida de que ele deve fazer parte de nossa análise, não podemos dizer o mesmo quando nos deparamos com uma nota como a que segue:

Bebê é atacado por cachorro

Um bebê de 7 meses foi atacado por um cão da raça rottweiler no quintal de casa, em Cascavel, ontem.

O menino brincava em frente ao canil, quando foi puxado pelo cachorro por um buraco na grade. Nem a mãe nem a avó conseguiram evitar o ataque. Foi preciso a ajuda de um vizinho para soltar a criança, que teve o pulmão perfurado e traumatismo craniano. O bebê passou por uma cirurgia e está internado em estado grave na UTI de um hospital em Cascavel. A polícia investiga o caso (SUPER NOTÍCIA, 28/02/2009).

Ainda que o texto não mencione explicitamente, podemos considerar que este é um caso de negligência? Afinal, um bebê de apenas sete meses estava brincando em frente a um canil. Por outro lado, o que diferenciaria este tipo de situação daquilo que podemos entender como um acidente? Nossa interpretação é de que estas perguntas nos apontam dois eixos fundamentais para a pesquisa. Um deles diz respeito à forma como olharemos os textos, no sentido de que devemos considerar as questões para as quais eles apontam, ainda que não seja possível detectar nomes e conceitos diretamente relacionados a violações de direitos, perspectiva que desenvolveremos melhor no capítulo 2, que apresenta a metodologia utilizada no trabalho. O outro eixo diz da necessidade de investirmos na compreensão do que se considera contemporaneamente como violência. Para isso, buscamos referências em estudos realizados em áreas como Direito, Saúde, Serviço Social e Sociologia. (BARNETT *et al.*,

⁹ Mãe tenta vender filha recém-nascida por R\$ 650. *O Tempo*, Belo Horizonte, 26 abr. 2008.

2011; DIAS, 2004; GONÇALVES; FERREIRA, 2002; GUERRA, 2005; MACHADO, 2011; WANG; ZHANG, 2011).

Estas leituras demonstram que a dificuldade para delimitar o que pode ser classificado como violência contra meninos e meninas se manifesta também em outros campos de conhecimento. Assim como ocorre com os próprios conceitos de infância, adolescência e família, também compartilhamos do entendimento de que o que se compreende como violência é fruto de uma construção social. “Desde esta perspectiva, reações sociais são centrais no processo pelo qual uma condição social é redefinida com um problema social”¹⁰ (BARNETT *et al.*, 2011, p. 9, tradução nossa). Nesse sentido, faz-se necessário retomar algumas etapas desta elaboração de forma que possamos compreender o estágio em que nos encontramos atualmente.

Segundo Guerra (2005), a discussão sobre o emprego de castigos físicos como forma de educar crianças e adolescentes realizada por filósofos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau, nos séculos XVII e XVIII respectivamente, pode servir como um sinal de que os gestos violentos contra crianças já recebem alguma atenção neste período. É em 1860, no entanto, que ocorre a publicação do primeiro estudo sobre violência doméstica de que se tem notícia. Realizada pelo médico Ambroise Tardieu, presidente da Academia de Medicina de Paris, a pesquisa destaca que na maioria dos casos o tipo de lesão encontrada nas crianças não condizia com a explicação dos pais. Mesmo abordando um tema que já se fazia presente nos jornais da época, uma vez que é possível encontrar notícias sobre pais que torturam filhos em folhetins europeus da década de 1860, o estudo realizado por Tardieu não alcança repercussão entre pesquisadores, nem entre a opinião pública, naquele momento mais preocupada com a morte dos pais pelos filhos do que com o infanticídio (GUERRA, 2005, p. 63).

Mais de 100 anos depois, em 1962, a violência contra as crianças é redescoberta no plano científico a partir de um estudo publicado nos Estados Unidos por F. Silverman e H. Kempe “no qual apresentam 749 casos (com 78 mortes) de crianças vítimas do que eles batizam de *Síndrome da Criança Espancada* (The Battered Child Syndrome)” (GUERRA, 2005, p. 71, grifos da autora). Importante salientar que, neste intervalo de tempo, há outras ações relacionadas à defesa de crianças e adolescentes, como a criação de sociedades protetoras na Europa e a aprovação de leis na França que procuravam delimitar os poderes dos

¹⁰ “From this perspective, societal reactions are central to the process through which a social condition is redefined as a social problem.”

pais sobre os filhos, no intuito de evitar situações extremas como o espancamento e o homicídio.

O estudo de Silverman e Kempe é apontado como um marco devido à ampla repercussão que alcança e por apresentar um entendimento da violência doméstica em que os pais ocupam uma posição de destaque. Os autores defendem que os atos violentos são desencadeados por distúrbios mentais que afetam os responsáveis pelos cuidados com as crianças; por isso, propõem que o enfrentamento do problema deve se dar pela perspectiva da doença e não da criminalização. Além desta compreensão inovadora a respeito do fenômeno, uma vez que não se restringia ao viés da punição aos agressores, a identificação da Síndrome leva também a uma ampla campanha para que os médicos notifiquem os casos.

O viés da doença também aparece na pesquisa realizada por David e Bouhrill sobre a cobertura de casos de violência intrafamiliar no Reino Unido na década de 1970, em que se identifica nas matérias uma tendência à patologização das famílias envolvidas em situações de agressão. De acordo com os autores, a violência no seio familiar contrariava “o arquétipo das histórias de crime como parte da grande narrativa da sociedade em declínio, com os valores tradicionais e instituições em colapso e o espaço familiar como refúgio” (DAVIS; BOURHILL *apud* PONTE, 2005, p.127). Para fugir deste aparente paradoxo, as famílias que cometiam atos violentos contra crianças e adolescentes foram classificadas como “falhadas” ou “desviantes” (PONTE, 2005). Uma consequência desse modo de encarar a violência na família e que se mostra muito relevante para nossa pesquisa é de que

a dominância do modelo ‘médico’ orientou a intervenção do serviço social, principalmente, para as famílias pobres e para os pais com certas características psicológicas, reforçando, assim, certos estereótipos racistas, de classe (DIAS, 2004, p.112).

O início da década de 1970 também inaugura novos entendimentos acerca da violência contra crianças a partir da contribuição de outras áreas do conhecimento, como Psicologia, Direito, Serviço Social, Antropologia e Sociologia (GUERRA, 2005). Observa-se, desse modo, que a temática das violações contra meninos e meninas perpassa vários momentos da história da sociedade ocidental, mas sua inclusão na agenda de diferentes campos científicos é um evento bastante recente e isso traz consequências para o modo como se lida com essa questão, como poderemos averiguar mais adiante.

O aprofundamento do debate em torno desse grupo etário específico gera repercussões, inclusive, sobre o entendimento da violência como um todo. Ao discutir o *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*, o sociólogo Julio Waiselfisz ressalta: “assistimos, nas últimas décadas, a um alargamento do entendimento da violência, uma reconceitualização, pelas suas peculiaridades atuais e pelos novos significados que o conceito assume” (WASELFISZ, 2010, p.9). Esta ampliação implica a mudança de estatuto de algumas práticas, que deixam de ser consideradas apenas como cotidianas e passam a ser vistas como expressões de violência, e inclui-se neste bojo a violência intrafamiliar que, de acordo com o autor, é cometida contra mulheres e crianças¹¹.

Entendemos que este alargamento se dá em dois níveis: no reconhecimento de que práticas circunscritas ao espaço doméstico se configuram como violência contribui para uma ampliação do fenômeno da violência como um todo e, no nível interno ao que denominamos como violência doméstica¹², há também uma crescente ampliação do leque de ações que deixam a esfera do aceito cotidianamente e passam à rubrica do violento. Essas passagens acontecem de maneira gradual e são marcadas por tensionamentos constantes, pois refletir sobre a violência contra crianças (assim como sobre outros tipos de violência) significa expor ao escrutínio práticas de sociabilidade vigentes e arraigadas, o que acarreta dificuldades diversas.

Em texto publicado em 2002, as integrantes do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Hebe Gonçalves e Ana Lúcia Ferreira relatam as dificuldades encontradas cotidianamente por profissionais de saúde no cumprimento de uma determinação legal¹³: a obrigatoriedade da notificação de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Dentre diversos aspectos problematizados pelas autoras, como a ausência de infraestrutura dos conselhos tutelares – órgãos que devem receber as denúncias – aponta-se claramente para a necessidade de que “as noções legais sejam esclarecidas, **explicitando o que se compreende por maus-tratos** e quais as situações que devem ser notificadas” (GONÇALVES; FERREIRA, 2002, p.4, grifo nosso). Evidencia-se assim que em tempos recentes mesmo os profissionais que

¹¹ Além de mulheres e crianças, há autores que ressaltam os idosos como vítimas da violência doméstica, pois também ocupam posições de maior vulnerabilidade na família (BARNETT *et al.*, 2011; DIAS, 2004).

¹² Os parâmetros utilizados na definição do que se pode compreender por violência doméstica são discutidos de modo mais detalhado no capítulo metodológico.

¹³ O artigo 13 da Lei 8.069/90, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, determina: “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990).

lidam diariamente com o atendimento de crianças e adolescentes reivindicam uma definição mais clara do que pode ou não ser considerado como maus-tratos.

Cientes dessa necessidade, profissionais de Medicina, Psicanálise e Direito que atuam no estado do Paraná e formam o *Dedica – Grupo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* se voltaram ao estudo da legislação vigente no Brasil. O trabalho mapeou as lacunas existentes e resultou em sugestões de alteração dos Códigos Penal e Processual Penal. A observação das propostas feitas pelo grupo ao artigo 136 do Decreto-lei nº 2.848 – conhecido como Código Penal, cuja aprovação se deu em 1940 – revelam pontos significativos para nossa análise. Na lei vigente, o artigo apresenta a seguinte definição para maus-tratos:

Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina (BRASIL, 1940).

Os membros do *Dedica* sugerem a seguinte redação:

Expor a perigo a vida ou a saúde física ou **psicológica** de pessoa sob seu cuidado, autoridade, guarda ou vigilância, quer privando-a, **dentre outros**, da alimentação, dos cuidados materiais, **emocionais**, ou de saúde de que necessita, quer sujeitando-a a trabalho ou tarefas superiores à sua capacidade ou condição, quer, ainda, a **pretexto de educá-la, ensiná-la ou corrigi-la** (MACHADO *et al.*, 2011, p.8, grifo nosso).

Mais do que um esforço de detalhamento, é possível observar na proposta apresentada pelo grupo um alargamento do que se entende por maus-tratos, uma vez que se incluem as dimensões psicológicas e emocionais, além das questões físicas que já eram explicitamente citadas pelo texto. Como o grupo ressalta, a proposta é oferecer uma concepção mais ampla, abrangendo a saúde de crianças e adolescentes em “sua plena integridade bio-psíquica-moral” (MACHADO *et al.*, 2011, p.17). Essa estratégia de ampliação faz-se presente também com a inserção da expressão “dentre outros”, que pode ser interpretada tanto como uma sinalização de que a lei não seria capaz de apontar de modo explícito todas as formas de violência, assim como a compreensão de que este é um termo em permanente construção, logo é pertinente conferir à legislação um caráter que seja compatível com esta dinâmica.

Neste debate não se pode desconsiderar a distância temporal que separa a elaboração da lei em vigência e as sugestões apresentadas pelos profissionais. O Código Penal foi decretado em 1940, período em que as próprias noções de infância e adolescência diferiam das atuais e não encontravam um eco significativo junto à sociedade e ao Estado. Um sintoma deste contexto é que os maus-tratos apontados no Código Penal não fazem menção aos termos “criança” e “adolescente”. Consideradas estas diferenças de contexto, podemos inferir do gesto empreendido pelo grupo a tentativa de atribuir visibilidade a aspectos da violência que não foram considerados à época, notadamente os psicológicos. Por outro lado, vê-se também o esforço para que determinados comportamentos sejam completamente banidos. A lei em vigência diz do **abuso** de meios de correção ou disciplina, assim é possível entender que o **uso** desses meios não implica infração à lei. A nova versão proposta pelos especialistas não faz esse tipo de distinção e afirma que os maus-tratos não podem ser justificados com o “pretexto” de educação, ensino e correção. Este aspecto aponta para um ponto de severo tensionamento no debate acerca da violência contra crianças e remete a limites ainda indefinidos. Se hoje é possível perceber uma maior disposição da sociedade no sentido de condenar atos de extrema violência cometidos contra meninos e meninas como o espancamento e o homicídio, o mesmo não se pode dizer de posturas que não são consideradas excessivas e que se dão sob o argumento pedagógico. O debate em torno do Projeto de Lei nº 7.672/2010, apelidado de “Lei da Palmada” é bastante ilustrativo a esse respeito. A proposta prevê:

A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou proteger (BRASIL, 2010).

O projeto também define como castigo físico: “ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em sofrimento ou lesão à criança ou adolescente” (BRASIL, 2010). O debate em torno do projeto se deu em tom de alarde: a autoridade “natural” que os pais possuem sobre os filhos estaria ameaçada? Uma palmadinha de vez em quando faria tão mal assim? É possível “educar” nossas crianças sem lançar mão de estratégias como essas? Como o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças assinala: “a disciplina por meio de punições físicas e humilhantes, *bullying*

(intimidação) e assédio sexual é frequentemente percebida como normal, particularmente quando ela não provoca lesões físicas ‘visíveis’ ou duradouras” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 9).

Estes aspectos revelam o quanto o conceito de violência contra crianças é permeado por “zonas cinzentas” e isso se deve, em grande medida, ao fato de que há resistências quando se colocam em jogo concepções ligadas ao relacionamento dos adultos, especialmente os familiares, com as crianças. Novamente as idealizações em torno da família exercem papel fundamental neste tipo de reação, pois incluem imagens como as de que os direitos dos pais suplantam os direitos das crianças, portanto cabe a eles escolher o que é melhor para seus filhos, controlando seu desenvolvimento. A autonomia e a privacidade também são apontadas como direitos da família, o que contribui para que muitas violências sejam facilmente escondidas (BARNETT *et al.*, 2011, p. 5-6; DIAS, 2004)

Os autores também destacam que esse debate deve ser entendido a partir da perspectiva de um construcionismo social, pois o que ocorre é que cidadãos, movimentos sociais organizados, grupos religiosos, movimentos políticos e mídia atuam de modo incisivo na transformação das percepções públicas e são capazes de redefinir a violência que ocorre dentro da família como um problema de ordem social e não como algo que pertence apenas à esfera particular ou privada. Essa construção não se dá da mesma maneira e no mesmo ritmo em todas as sociedades¹⁴ e mesmo no interior de uma mesma sociedade não há consenso sobre o que deve ser considerado ou não como violência. A Suécia, por exemplo, foi o primeiro país a aprovar uma lei abolindo todos os tipos de castigos físicos contra crianças e o fez em 1979 (WANG; ZHANG, 2011). No Brasil, o projeto de lei que afirma o direito de meninos e meninas serem educados sem castigos físicos e tratamento cruel ou degradante está em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2010, onde já sofreu alterações, mas ainda não foi votado. Além da Câmara, o projeto ainda precisa ser analisado e aprovado pelo Senado Federal para que seja encaminhado à sanção presidencial.

Além da agressão física não extremada, que no caso brasileiro ainda se encontra no interstício do que se considera ou não violência, há outras duas formas de violação que ficam relegadas a um segundo plano em debates e pesquisas sobre a violência intrafamiliar: a negligência e a violência psicológica. Estas formas de tratamento permeiam as relações familiares há muito tempo, mas apenas no século XX passaram a receber atenção (BARNETT

¹⁴“Embora a violência seja um fenômeno comum a praticamente todas as sociedades, a sua definição não é universal” (DIAS, 2004, p. 87).

et al., 2011). No caso da violência psicológica, especificamente, apenas nos anos 1990 é que especialistas começaram a apontá-la como uma forma de mau trato específica, que não decorreria apenas de outras violências como o abuso sexual, por exemplo. A principal hipótese apontada pelos autores para explicar a falta de atenção dispensada a estas modalidades de maus-tratos é de que elas não deixam marcas visíveis “e a definição de abuso físico infantil tem se dado somente em termos de dano. Em contraste, os muitos efeitos negativos da negligência e do mau trato psicológico não resultam em dano observável”¹⁵ (BARNETT *et al.*, 2011, p.12, tradução nossa).

Assim, uma questão chave para nosso trabalho é observar como esses diferentes entendimentos produzem visibilidades e invisibilidades sobre o que se considera violência contra crianças e adolescentes e como esses aspectos se manifestam no relato jornalístico. Os mesmos padrões de apagamento detectados, por exemplo, nas discussões realizadas no campo da Saúde dizem também das dimensões invisíveis na cobertura?

Apontar para as invisibilidades já constatadas por outros campos de estudo, além de nos possibilitar uma compreensão mais integral do fenômeno, permite também refinar o olhar sobre as relações estabelecidas pelo jornalismo com os fenômenos violentos que integram nossa pesquisa. Essa breve incursão pelo debate realizado em outros campos de conhecimento aponta para algumas premissas importantes, como a de que ao abordar a violência contra crianças e adolescentes, o jornalismo não está lidando com práticas recentes em nossa sociedade, mas sim com práticas que passaram a ser problematizadas recentemente. Assim como o conceito de violência é fruto de uma elaboração coletiva, a infância e a família também o são e a mudança de estatuto trazida pelo enraizamento e disseminação destes dois últimos conceitos é fundamental neste contexto de questionamento de práticas consideradas corriqueiras por séculos. É preciso considerar ainda que a visibilidade noticiosa atua como mais um elemento a acrescentar complexidade a essa realidade de difícil circunscrição.

Elaborar a concepção de que o espancamento de uma criança por seus pais é um gesto que merece reprovação e sanção legal não é algo que acontece da noite para o dia. Podemos destacar dois pilares que sustentam esta compreensão: o reconhecimento da família como uma esfera específica de organização social e da infância como uma fase especial do desenvolvimento do ser humano.

¹⁵ “... and the definition of child physical abuse tends to be defined only in terms of harm. By contrast, the many negative effects of neglect and psychological maltreatment may not result in observable harm.”

2.1.2. Estruturação da família e da infância

A partir de estudos iconográficos, Philippe Ariès (1981) constata que a família assume uma nova posição na vida sentimental dos séculos XVI e XVII. Isso não significa que durante a Idade Média o grupo familiar não tenha existido, mas o que lhe mantinha em contato não eram laços afetivos, tão valorizados contemporaneamente.

[...] seria vão contestar a existência de uma vida familiar na Idade Média. Mas a família subsistia em silêncio, não despertava um sentimento suficientemente forte para inspirar poetas ou artistas. Devemos atribuir a esse longo silêncio uma significação importante: não se conferia um valor suficiente à família. Da mesma forma, devemos reconhecer a importância do florescimento iconográfico que a partir do século XV, e sobretudo XVI, sucede a esse longo período de obscuridade: o nascimento e o desenvolvimento do sentimento de família. Daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção (ARIÈS, 1981, p.223).

Ariès apresenta duas noções importantes para nossa análise. A primeira é de que a família existe a partir de um sentimento compartilhado pelos indivíduos. Esse grupo social tem existência remota, mas a sua valorização na sociedade ocidental acontece simultaneamente ao desenvolvimento da classe burguesa e de seus valores. O segundo aspecto que deveremos observar é o de que o reconhecimento da família levou ao enfraquecimento dos laços da comunidade, que ocupava posição fundamental na sociabilidade de crianças e adultos. Assim, nas sociedades tradicionais “as trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas portanto fora da família, num ‘meio’ muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente” (ARIÈS, 1981, p.11). Este modelo de sociabilidade não é compatível com a privacidade, que possui relação estreita com a concepção de família e ambiente doméstico, onde pai, mãe e filhos vivem num espaço próprio e exclusivo, ao contrário das moradias coletivas e do grande tempo passado nas ruas, como ocorria até o século XVIII, na França estudada por Ariès (1981).

Essa privacidade possui, no entanto, um caráter paradoxal. Ao mesmo tempo em que se manifesta como elemento fundamental para pensarmos a constituição da família moderna, também contribui de modo decisivo para a invisibilidade das violências que ocorrem neste grupo. Ao refletir sobre a violência doméstica, Dias (2004) sinaliza:

a família ao resguardar-se do olhar da comunidade criou, simultaneamente, as condições para o casal poder comportar-se romanticamente e para a emergência de situações de opressão e de violência. Esta conquista constitui uma das maiores contradições, na medida em que, ao emergir como lugar de autenticidade, é também na família que, efetivamente, as crianças, as mulheres e os idosos são vítimas preferenciais de violência (DIAS, 2004, p. 21).

Estreitamente ligado à constituição da família, ocorre o desenvolvimento da noção de infância. Segundo Ariès, a aprendizagem foi a forma predominante de educação das crianças até o século XV. Isso significava que a partir dos sete anos de idade, os filhos eram enviados a outras famílias para que aprendessem um ofício, se inserissem na sociedade, aprendessem boas maneiras. No entanto, a partir do século XV, esse sistema passou a ser substituído pela escola, que deixou de ser um espaço reservado aos clérigos e passa a ser o instrumento de iniciação social, onde se efetua a passagem da infância para o mundo adulto. O autor atribui duas razões para tal mudança. Uma está relacionada à preocupação de se manter crianças e adolescentes distantes do mundo adulto, de forma que preservassem sua inocência. A outra estaria associada ao sentimento de família que começa a ganhar novos contornos, pois corresponde também à “preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família” (ARIÈS, 1981, p.232). Observa-se, dessa forma, como os sentimentos de família e de infância ganham força simultaneamente. No entanto, Badinter (1985) propõe outra interpretação para a prática de envio das crianças para as escolas e afirma que esta é mais uma forma moralmente aceita que os pais utilizam para se livrarem dos filhos (BADINTER, 1985, p. 136).

Construído ao longo de séculos, não há um marco que possa sinalizar a consagração do conceito de infância. Os estudos de Ariès apontam que essa construção tem início no século XIII, mas é no fim do século XVI e ao longo do XVII que a história da arte e da iconografia revelam a presença de sinais significativos. Os relatos do historiador ajudam a compreender o quão relevantes são as mudanças advindas da construção desta ideia. Até o fim do século XVII, por exemplo, o infanticídio era tolerado, ainda que houvesse punições previstas para essa prática. As altas taxas de mortalidade infantil tornavam a morte de crianças algo corriqueiro, por isso, tais perdas não eram acompanhadas de grande comoção (ARIÈS, 1981). Esse aspecto é alvo de grande problematização por Badinter (1985), uma vez que a autora vê nos altos índices de mortalidade não apenas a participação de fatores externos, como a precariedade das condições de higiene e alimentação, mas a expressão de que as crianças

não eram amadas e cuidadas por suas famílias, que mesmo diante do risco, adotaram por muitos séculos¹⁶ práticas que comprometiam a sobrevivência da prole como o envio dos filhos a amas-de-leite, que viviam em condições miseráveis e mostravam-se negligentes nos cuidados com os bebês. Dessa forma, a autora questiona as abordagens que tratam do amor materno como instintivo e mostra como sua exaltação foi gradativamente construída, tornando-o um dos pilares da família moderna.

A pesquisadora Cristina Ponte chama atenção para a virada entre os séculos XIX e XX, quando ocorre uma transformação radical no valor da criança. Essa mudança implica na sobreposição da dimensão econômica pelas dimensões afetiva e simbólica, que passam a marcar a concepção contemporânea. “A nova criança sacralizada veio ocupar um mundo especial e separado, regulado pelos afetos e pela educação, não pelo lucro que dela se podia recolher. Era mantida fora do mercado e das ruas, sem utilidade, mas amada, protegida e vigiada” (PONTE, 2005, p.37).

Nos mitos, religiões, provérbios populares e grandes metáforas da vida, as crianças são comumente acionadas e as concepções presentes nestes campos fazem parte do repertório ainda hoje associado à infância. Em sua tese, Cristina Ponte enumera diversos aspectos oriundos da relação estabelecida entre infância e religião, dos quais destacamos:

Na maioria das religiões, domina o direito ilimitado do pai tomar decisões sobre os filhos. Ter muitos filhos é obrigação religiosa, não os conseguir é visto com castigo ou desagrado de Deus, recompensa máxima é ter filhos varões. Estes valores circulam para além dos quadros religiosos, sendo esta influência nas sociedades mais invisível do que inexistente (PONTE, 2005, p.23).

Para o nosso trabalho de pesquisa é imperativo destacar os traços da relação entre pais e filhos, uma vez que esse sentimento de propriedade experimentado por pais e mães é um revelador importante quando se consideram os atos violentos cometidos contra crianças e adolescentes.

¹⁶ A criação da primeira agência de amas-de-leite na França data do séc. XIII e a prática de contratá-las foi generalizada no século XVIII. As crianças eram enviadas às casas das amas logo após o nascimento e, se sobrevivessem, permaneciam neste ambiente até os dois anos de idade. Durante este período, as visitas dos pais eram bastante raras (BADINTER, 1985; DIAS, 2004). Segundo Badinter, os motivos que levam à adoção desta medida variam de acordo com a classe e apenas os camponeses tinham o hábito de manter os filhos em casa, pois não tinham condições de pagar por este tipo de serviço. Para os mais pobres que viviam nas cidades, o envio dos bebês às amas libera a mãe para o trabalho junto do marido, o que torna vantajosa a contratação da ama; já entre os mais abastados, essa providência permite às mulheres dedicarem-se às festas e eventos da alta sociedade. Independentemente dos motivos, a autora defende que a adoção dessa prática revela que naquele período a sociedade não considerava a maternagem, ou seja, a atitude de cuidar das crianças, como um valor (BADINTER, 1985).

Considerando o atual cenário, outro aspecto a ser realçado é o de que apesar da legislação brasileira, em consonância com tratados internacionais, garantir os mesmos direitos a crianças e adolescentes, independentemente de classe social, gênero ou contexto cultural, as situações efetivamente vividas mostram grandes heterogeneidades. “A universalização de um modelo singular da ‘criança feliz’ é a imagem de uma ‘criança ideal’, tendencialmente branca e da classe média” (PONTE, 2005, p.38). No polo oposto estão as “*outras* crianças”, como classifica Cristina Ponte. Estes “outros” possuem uma infância marcada pela pobreza e desproteção, é como se vivessem uma infância “incorreta” em relação a esse imaginário contemporâneo.

Estes diferentes modelos de infância aparecem também nos “regimes de visibilidade” que os temas relacionados ao universo infanto-juvenil alcançam nas pesquisas realizadas pelas Ciências Sociais no Brasil. Castro e Kominsky esclarecem que os cientistas sociais começam a realizar estudos mais sistemáticos acerca da infância a partir da década de 1960. Até os anos 1980 estes trabalhos estão subordinados a temas como formação de classes, migração e urbanização. Assim, a negligência, o abandono, a delinquência, a exploração do trabalho infantil, e a pobreza em que se encontram meninos e meninas é o que mobiliza o olhar dos pesquisadores, que dão visibilidade à infância como um “problema social”. Este tipo de abordagem “foi central para inserir a criança na agenda de preocupações públicas e políticas. É notável também que esta operação torna visíveis apenas as crianças pobres” ¹⁷(CASTRO; KOSMINSKY, 2010, p.212).

Importante salientar que desde 1927 a legislação brasileira específica para o público infanto-juvenil, o chamado “Código de Menores”¹⁸, voltava-se somente àqueles que se encontravam em “situação irregular”. Essa “irregularidade” atinge proporções que mobilizam diversos setores sociais principalmente nos anos 1970 e 1980 com o aumento do número de meninos e meninas em situação de rua e o significativo envolvimento desta parcela da população no cometimento de crimes. Ganham destaque nos jornais os “menores”, “pivetes” e “trombadinhas”. Uma pesquisa realizada pela Funabem (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor) ajuda a compreender a gravidade deste quadro. O estudo revelou que em 1981 havia 30 milhões de crianças e jovens até os 19 anos em situação de negligência no país, “isto é, um

¹⁷...was central to putting children on the agenda of public and political concerns. It is noteworthy that only poor children could be made visible through this operation”.

¹⁸ No Brasil, dois “Códigos de Menores” foram aprovados: um em 1927 e outro em 1979. Este último foi revogado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (CASTRO, 2010, p.12).

em cada dois brasileiros nessa faixa etária”¹⁹ (CASTRO; KOSMINSKY, 2010, p.211, tradução nossa). O que os estudos das Ciências Sociais revelam é a necessidade de implementação de políticas públicas mais eficazes destinadas a essa população, pois a medida prevalente era a judicialização e, como consequência dela, a privação da liberdade destas crianças e adolescentes e seu encaminhamento a instituições como a Febem (Fundação Estadual do Bem-estar do Menor).

Diante deste cenário nacional e em consonância com esforços que vêm sendo realizados em outras partes do mundo, dos quais se destaca a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, representantes de diversos segmentos passam a lutar por uma nova forma de se compreender a infância e a adolescência. A proposta é superar a divisão entre as crianças que se encontram em “situação irregular” e as demais. A própria Declaração, aprovada em 1959 e ratificada pelo Brasil, já aponta em seu primeiro princípio claramente para o objetivo universalizante, pois estabelece que **toda** criança tem direito à igualdade e assim usufruir de todas as garantias previstas na Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, nacionalidade, opinião política, origem nacional ou social, ou qualquer outra condição, quer sua ou **de sua família** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1959, grifo nosso).

No Brasil, diversos atores, com destaque para o Movimento Social dos Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), realizam uma intensa mobilização em todo o país no período de redemocratização e conseguem que a Constituição Brasileira de 1988 expresse o que ficou conhecido como o “princípio da prioridade absoluta”:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem²⁰, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Esta primeira conquista é fundamental porque embasa toda a construção da Lei nº 8.069, promulgada em 1990 e que fica conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto revoga o Código de Menores e apresenta concepções de infância e adolescência radicalmente distintas. Defende-se que meninos e meninas são

¹⁹ “...i.e. one out of every two Brazilians in this age stratum”.

²⁰ O termo “jovem” foi incluído na Constituição Federal em 2010 por meio da Emenda Constitucional nº 65, que resultou da defesa de que o Estado brasileiro também deve atender com prioridade essa parcela da população.

“sujeitos de direitos”, por isso, devem ser respeitados em sua integridade. Não se trata mais de entender esta fase do desenvolvimento como “um vir a ser”, em que compete somente aos adultos decidir o que se deve fazer. Crianças e adolescentes são sujeitos que estão numa fase especial do desenvolvimento, por isso, são merecedores de proteção, mas isso não implica que devam ser compreendidos como brinquedos a serem manipulados por aqueles considerados mais fortes. Entre as mudanças ocorridas no plano legal e o cotidiano de meninos e meninas há uma distância e vários fatores contribuem para que ela seja diminuída, como o investimento em educação e noutros segmentos (assistência social e lazer, por exemplo). O Estatuto também rechaça qualquer tipo de preconceito em relação às crianças pobres,

entretanto, o imaginário social sobre as crianças menos favorecidas não iria mudar apenas por um decreto. O destino de um grande contingente de crianças pobres, especialmente nas áreas urbanas, não mudou muito, como vários estudos têm demonstrado (Castro *et al.*, 2005; Craidy, 1998; Guimarães, 1998; Kosminsky, 1991; Minayo, 1993; Rizzini, 1989, 1993; Sawaia, 1999; Zaluar, 1994)²¹ (*apud* CASTRO; KOSMINSKY, 2010, p. 215, tradução nossa).

Em que pese o grande descompasso entre as previsões legais e a realidade vivida por muitos meninos e meninas no Brasil, o paradigma que os reconhece como “sujeitos de direitos” despertou novos temas para a pesquisa, dentre os quais as relações estabelecidas entre adultos e crianças e a problematização da violência muitas vezes empregada nesse universo, como vimos destacando ao longo deste texto. Passa-se a reconhecer, por exemplo, a possibilidade de que crianças e adolescentes que possuem uma casa, frequentam a escola e vivem no seio de uma família também podem ser vítimas de violações de direitos. A violência deixa de ser uma marca exclusiva da experiência de meninos e meninas que estão em “situação irregular”. Na privacidade do lar o que pode ocorrer é que essas agressões sejam menos visíveis e não deixem marcas físicas aparentes.

Estas transformações também são acompanhadas por um aumento gradual da visibilidade das violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes. Neste contexto vale destacar a atuação de instituições da sociedade civil e o financiamento de pesquisas por

²¹ “However, the social imaginary about underprivileged children would not change by decree, but only if effective measures could be taken so as to improve the length and the quality of their education. The fate of a great contingent of poor children, especially in urban areas, has not changed very much, as several studies have shown (Castro *et al.*, 2005; Craidy, 1998; Guimarães, 1998; Kosminsky, 1991; Minayo, 1993; Rizzini, 1989, 1993; Sawaia, 1999; Zaluar, 1994).”

organismos internacionais como Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Unesco (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura). As ações empreendidas por este conjunto de atores contribuíram para que vários temas relacionados ao universo infanto-juvenil alcançassem espaço na agenda pública, especialmente na mídia (WAISBORD, 2009; CASTRO; KOSMINSKY, 2010).

2.2. Entre “regimes de visibilidade” e representações

Todos os elementos discutidos nas linhas anteriores ajudam a compreender o terreno em que nosso objeto de estudo está situado. Os textos que nos propomos a analisar fazem parte desta trajetória, construindo com ela uma relação de recursividade, pois ao mesmo tempo em que são fruto destas concepções acerca da infância, da família e da violência também atuam em sua reconfiguração.

Dentre as diversas possibilidades de abordagem que poderíamos acionar, optamos por combinar dois aspectos que em nosso ponto de vista oferecem chaves de leitura bastante produtivas: os “regimes de visibilidade” e as representações. Essa escolha parte, primordialmente, das questões suscitadas pelo material empírico. Compreendemos que a discrepância na cobertura dispensada ao caso Isabella Nardoni e a outros acontecimentos diz de diferentes formas de visibilidade construídas e alcançadas pelos relatos noticiosos. Neste ponto, a compreensão corrente na literatura acerca da visibilidade midiática não nos parece suficiente para esclarecer algumas indagações provocadas por nosso objeto de pesquisa. Explicamo-nos. Em estudos realizados por autores como Thompson (2008), Gomes (2007) e Maia (2008), a visibilidade midiática é entendida como um atributo dos meios de comunicação de massa e diz da capacidade que estes meios possuem de tornar públicos determinados temas e atores. Nesse entendimento, a visibilidade dos *media* funcionaria por oposição à privacidade e ao segredo.

Por visibilidade midiática entendemos o ‘espaço visível’ produzido pelo aparato tecnológico dos meios de comunicação, onde um imenso conjunto de formas simbólicas – pronunciamentos, imagens, ações, eventos – pode ser publicizado, publicado, compartilhado, tornando-se ‘socialmente acessível’, como salientou John Dewey (1954: 176) (MAIA, 2008, p.94).

Importante salientar que esses autores partem de questões relacionadas à política para desenvolver suas reflexões. Assim, é pertinente pensar que a “nova visibilidade” instaurada pelos meios de comunicação massa, como defende Thompson, diminui consideravelmente a possibilidade dos líderes políticos manterem sob sigilo questões que possam prejudicar sua imagem e a de seu governo. Gomes também chama atenção para este aspecto ao apontar que a esfera de visibilidade pública, controlada pelas indústrias da informação e do entretenimento, reduz “o âmbito de discrição onde se processam os negócios políticos” (GOMES, 2007, p.111).

Não refutamos a compreensão de que os meios de comunicação se configuram como um espaço privilegiado na atribuição de visibilidade a assuntos e atores na sociedade contemporânea. No entanto, temos ressalvas em relação à abordagem corrente quando ela permite também compreender a visibilidade midiática como algo homogêneo, no sentido de que, ao conseguir espaço nos produtos da mídia, determinado tema, acontecimento ou sujeito se tornasse automaticamente visível, portanto, acessível à sociedade.

O conjunto de textos com o qual trabalhamos em nossa pesquisa abrange relatos que vão desde o caso Isabella até a história de crianças encontradas sozinhas numa casa em Nepomuceno, no interior de Minas Gerais. Um espectro que nos aponta para a necessidade de adotarmos uma noção mais matizada sobre a visibilidade. Ao refletir sobre invisibilidades na sociedade portuguesa, Dornelas *et al.* (2010) apontam que a invisibilidade social pode se dar por diversas razões e, em muitos casos, determinados temas são relegados a essa condição porque a sociedade firma um acordo tácito em relação a eles. É o que acontece, por exemplo, com o entendimento de que aquilo se passa na esfera doméstica não deve ultrapassar as fronteiras do privado. Este acordo é marcado pela constante articulação entre visibilidade e invisibilidade, como ilustra de modo muito interessante a metáfora a seguir:

as regras do jogo social são muito semelhantes ao jogo das escondidas que as crianças gostam de fazer, com a cumplicidade tácita dos adultos: tapa-se os olhos para não se ver o lugar onde o outro se esconde, mas deixa-se uma fresta por onde espreitar. Todos sabem os lugares em que uns e outros se escondem, e todos fingem não saber... (Dornelas *et al.*, 2010, p.1).

O que nos parece é que ao noticiar casos de agressão que ocorrem no espaço doméstico o jornalismo não está necessariamente “quebrando” estas regras do jogo social;

mas, ao contrário: pode atuar para reforçá-las, pois a cobertura jornalística não abole a discriminação e os segredos de determinadas questões e, com frequência, não torna visíveis os atores envolvidos nessas ocorrências, como detalharemos na análise. De alguma forma, o relato noticioso é construído negociando os limites desse contrato e ao fazê-lo é como se criasse continuamente “um ponto cego” ao abordar casos de violência²². Este modo de engendramento ocorre porque ao relatar um caso de violência, o jornalismo não está tratando da realidade ou de uma realidade. A cobertura produz representações ao destacar determinados aspectos o que, de acordo com Mouillaud (2002b), implicará necessariamente que outras fiquem à sombra. Ao atuarem desta maneira, os relatos podem contribuir para que determinadas dimensões sejam “soterradas”, permaneçam invisíveis, não só em função do destaque que confere a outras, mas também da maneira mesmo pela qual o jornalismo opera.

É desde esse ponto de vista que consideramos ser mais proveitoso para a pesquisa pensar em diferentes “regimes de visibilidade”. Nosso interesse é investigar os diversos estatutos que cada relato alcança no interior dos jornais e compreender como na própria tessitura destes textos um conjunto de ausências e presenças é articulado, mapeando os elementos que se tornam visíveis e aqueles que permanecem relegados a um plano de invisibilidade.

É como se operássemos com a visibilidade em dois níveis: em um nível macro nos dedicaremos a observar a visibilidade alcançada pelos relatos em termos de destaque e continuidade nas páginas dos jornais. Quando se trata de violência contra crianças e adolescentes, que situações levam a um maior investimento na cobertura? É possível encontrar uma “tipologia” de casos que se desdobram por mais tempo nos veículos e daqueles que ficam relegados a uma pequena notícia publicada em apenas uma edição? Num segundo nível nos propomos a compreender a visibilidade construída no interior do próprio relato jornalístico, mapeando os elementos que são colocados em cena e aqueles que não ganham destaque. Neste ponto nos baseamos nas reflexões de Mouillaud sobre a informação:

²² Ao refletir sobre relação entre o visível e o invisível, Merleau-Ponty define o “ponto cego” numa perspectiva diferente da apresentada em Dornelas *et al.* (2010), no entanto, a consideramos igualmente válida para nosso trabalho, uma vez que aponta para a mesma direção de Mouillaud. Merleau-Ponty argumenta: “quando digo que todo visível é invisível, que a percepção é impercepção, que a consciência tem um ‘ponto cego’, que ver é sempre mais do que se vê – é preciso não compreender isso no sentido da contradição: é preciso não imaginar que acrescento ao visível... um não visível (que seria apenas uma ausência objetiva, isto é, presença objetiva alhures...); é preciso compreender que é a visibilidade mesma que comporta uma não-visibilidade”(MERLEAU-PONTY, 1992 *apud* BRUNO, MARTINS, p. 7, 2008).

Parece-nos que toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa; inicialmente, porque pro-duzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso (a vitrine mostra e esconde a palavra diz e não diz): um invisível que não pode mais ser destacado do visível; o avesso de um tecido não o pode ser de seu direito (MOUILLAUD, 2002b, p.39).

Um possível ponto de partida para a reflexão acerca do que estamos considerando como um primeiro nível de visibilidade se delinaria pelos estudos sobre noticiabilidade ou valores-notícia. Assim, as diretrizes que orientam os jornalistas na seleção do que deve ou não fazer parte do noticiário poderiam ajudar a compreender as diferenças presentes na cobertura dos acontecimentos que envolvem a violência contra crianças e adolescentes. No entanto, estudos realizados por Shoemaker e Cohen (SHOEMAKER, 2006) revelam a fragilidade da correspondência entre o destaque conferido pela imprensa a determinados acontecimentos e sua noticiabilidade.

De acordo com a autora, a notícia é uma construção primitiva que faz parte da nossa conversa ordinária. As notícias estão presentes todos os dias nos jornais, configuram-se como um produto, uma *commodity* manufaturada por jornalistas (SHOEMAKER, 2006, p.105). A noticiabilidade, por seu turno, é um “juízo mental, um construto cognitivo que pode apenas de forma tangencial prever aquilo que se tornará notícia atualmente”²³ (SHOEMAKER, 2006, p.110, tradução nossa). Dessa maneira, a noticiabilidade é apenas um dos fatores que pode explicar a proeminência, o destaque conferido a alguns acontecimentos, mas não se configura como o elemento mais importante. Shoemaker defende que é na distância que separa a noticiabilidade do que efetivamente ganha destaque nos jornais que as análises deveriam se concentrar e é nesta direção que este trabalho se insere. Nossa concepção é de que a abordagem a partir da noticiabilidade possui pequeno potencial explicativo para as situações com as quais nos deparamos nesta pesquisa.

Interessa-nos, de modo mais específico, analisar as representações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes presentes nos relatos jornalísticos. Essas representações não dizem de um ponto de vista específico dos jornalistas, nem podem ser tomadas como a expressão unânime de um senso comum. Como ressalta Moscovici (2009), as representações nos auxiliam a classificar os eventos do mundo a partir de uma grade de interpretações, transformando o que é estranho em familiar. O jornalismo, por sua vez,

²³ “... is a mental judgment, a cognition that can only marginally predict what actually becomes news”.

participa intensamente do compartilhamento desta grade, pois ele a aciona e atualiza, insere-se nessa conversa social.

Nosso objetivo é privilegiar a discussão sobre as representações no momento da análise e nesta etapa, em termos metodológicos, lidaremos com representações discursivas, pois elas se darão a ver a partir dos textos. No entanto, não as encaramos como categorias estanques. Nosso entendimento é de as representações discursivas se tornam compreensíveis porque colocam em jogo representações sociais. Nesse sentido, nos valemos das definições de Fairclough (2001) sobre discurso e prática discursiva. O autor entende que o discurso é “o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Ao afirmar que a análise será referenciada em representações discursivas, não negamos, portanto, seu caráter social, mas realçamos que seu modo de aparição se dá pela via da linguagem: “a prática discursiva manifesta-se em forma linguística” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

A articulação entre as representações e o jornalismo aparecerá em nosso trabalho como fruto do movimento que fizemos em direção aos textos. Compreendemos que essas representações não estão **nos** textos que fazem parte de nosso *corpus*, mas se produzem **com** estes textos, na leitura que nós faremos durante a pesquisa, que os jornalistas fazem ao produzirem as matérias e o público identifica ao ler as notícias.

Nosso estudo não pretende avaliar as consequências ou interferências da cobertura midiática sobre a violência contra crianças e adolescentes, mas partimos do pressuposto de que o jornalismo é parte integrante dos fenômenos violentos. “As notícias sobre episódios de violência não só transmitem informação sobre a violência, senão que, como toda notícia, constituem também novos acontecimentos, desta vez simbólicos, que se somam aos eventos que representam” (PEDEMONTE, 2010, p.83, tradução nossa)²⁴. Assim, Pedemonte destaca a competência hermenêutica dos meios ao reportar os acontecimentos. “O relato dá forma ao sentido da existência. [...] Criar um sentido para a vida com a linguagem: não é pouco. Os problemas se tornam claros quando são nomeados” (PEDEMONTE, 2010, p.17, tradução nossa)²⁵. Nessa mesma direção, Mouillaud aborda a relação entre informação e acontecimento. Segundo ele, ao entrar em contato com o acontecimento reportado, o leitor já

²⁴ “Las noticias sobre episodios de violencia no sólo transmiten información sobre la violencia, sino que, como toda noticia, constituyen también nuevos acontecimientos, esta vez simbólicos, que se suman a los eventos que representan.

²⁵ El relato le da forma al sentido de la existencia. [...] Crear un sentido para la vida con el lenguaje: no es poco. Los problemas se aclaran cuando se les pone nombre.

é “o beneficiário de um sentido que informa, quer dizer, que dá forma a ‘aquilo que ocorreu’” (MOUILLAUD, 2002a, p. 50). Dessa forma de entendimento decorre que a relação entre os acontecimentos e a mídia ultrapassa apenas a descrição e assume também um caráter performativo (MOUILLAUD, 2002a).

Neste gesto hermenêutico, ou seja, na construção destes sentidos, privilegiaremos o início das histórias e as causalidades atribuídas à violência. Compreendemos sentido aqui como resultado de um complexo processo de atualização de saberes e representações que se dá quando os relatos colocam em circulação casos de violência contra crianças e adolescentes²⁶. Importante mencionar que ao olhar para os elementos escolhidos e colocados em evidência, as informações, nosso esforço residirá também em notar aqueles que são deixados à margem. Trata-se de um exercício que envolve olhar para o que jornalismo diz e para o que deixa de dizer.

Interessa-nos observar também semelhanças e diferenças nos elementos acionados na construção dos relatos sobre a violência a partir do contexto social dos envolvidos. Como parâmetro, ou como revelador, adotaremos o caso Isabella Nardoni, a fim de compreender quais são os elementos acionados na construção do grande caso e como eles ajudam a entender os demais relatos, que podem ser considerados pequenos ou periféricos se levamos em conta a dimensão que alcançam nos produtos midiáticos. Dessa maneira, poderemos entender diferentes “regimes de visibilidade” constituídos pelo jornalismo ao trabalharmos com um espectro variado de casos.

A observação dos textos que compõem nosso *corpus* de pesquisa nos mostra que o tensionamento de determinadas representações sociais é um dos fatores preponderantes para que a violência contra crianças e adolescentes se faça notícia. O que explica a agressão extrema de pais contra seus filhos? “Como é que pode?”, indaga o título de um artigo publicado no jornal *Estado de Minas*, no dia 1º de maio de 2008, em referência ao caso Isabella e à história do engenheiro austríaco que manteve a filha encarcerada no porão de casa por 24 anos e teve sete filhos com ela. Como pode a mãe deixar os quatro filhos sozinhos em casa e sair para um show? Se as estatísticas revelam que a família é um espaço privilegiado de agressão com taxas que podem ser aferidas ano a ano, o que se constata é que os relatos

²⁶ Para esta breve definição sobre a noção de sentido, recorremos tanto a Quéré (1991), que assinala a importância dos processos de reconfiguração das representações sociais que se dá no seio das trocas comunicativas, quanto a Charaudeau (2008), que considera o sentido como o produto da enunciação, em que os significados do código linguístico entram em relação com as condições concretas de produção do discurso.

jornalísticos ainda se fundam e, recursivamente, reforçam as representações da família associada apenas a valores como o afeto e a proteção:

A maior expectativa é de que ela [a família] produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem (CARVALHO, 2000, p.13).

Carvalho ressalta que o modelo nuclear, formado por pai, mãe e filhos, é um dos símbolos da família idealizada e, ainda que não mencionem de modo explícito, é a esta família que muitos dos textos jornalísticos fazem referência. Nesse sentido, fica evidente também a importância de considerarmos que uma série de valores norteia a elaboração dos relatos jornalísticos sobre a violência contra crianças e adolescentes. Chouliaraki (2008) defende que ao mediar o contato do público com o sofrimento dos “outros”, a mídia exerce uma função de educação moral. Ao contrário de correntes pessimistas, que atribuem aos meios de comunicação a formação de um público apático em relação ao sofrimento alheio, a autora afirma que as representações constituídas pelos produtos de mídia são dotadas de poder moral. Assim, a partir de seus espetáculos, a mídia participa da moralização das audiências, promovendo valores éticos. As representações, nesta perspectiva, também são performativas, pois não apenas refletem o mundo, mas também propõem sobre como **pensar** e **sentir** sobre ele (CHOULIARAKI, 2008, p. 838). Além disso, também partimos da premissa de que narrativa, fatos e valores constituem-se mutuamente, abordagem que pretendemos deixar explícita nas análises realizadas no quarto capítulo do trabalho.

Nos textos que abordam a morte de Isabella, por exemplo, uma perspectiva corrente é de que a sociedade atual enfrenta uma crise de valores e a família encontra-se em declínio. Importante observar que a própria configuração familiar em que a menina estava inserida não se encaixaria exatamente no perfil dessa família-modelo, uma vez que seus pais eram separados.

Entretanto, os relatos que chamamos de “cotidianos” – aqueles que não ganham tanta repercussão midiática – estabelecem uma relação conflitante com este modelo de família. Como argumenta Mouillaud, a informação é uma sombra, uma vez que nunca poderemos nos deparar com a coisa em si mesmo. O que acessamos é uma “figura” e esta é a resposta de um corpo, o objeto para o qual lançamos nosso olhar, em relação ao fluxo de perguntas que lhe

propomos. Delimita-se, assim, um quadro, para o qual se observa. As bordas deste quadro colocam em evidência os elementos pelos quais nos perguntamos e, ao mesmo tempo, estas bordas apresentam os limites daquilo que não poderemos ver. Diante destas definições, o autor conclui: “o visível é, só pode ser, uma sombra!” (MOUILLAUD, 2002b, p.46).

Desse modo, nossa observação dos relatos também procura identificar qual é o fluxo de perguntas que os jornalistas propõem às situações reportadas. Quais são, por exemplo, as representações de violência, família, maternidade, paternidade e infância que estão em jogo nestes relatos? Ainda que as representações sociais sejam de algum modo prescritivas, pois se impõem sobre nós de maneira imbatível, como define Moscovici (2009), não as compreendemos como uma camisa-de-força capaz de ditar os caminhos a serem percorridos na construção do relato noticioso. De fato, elas exercem um papel fundamental no contato que estabelecemos com o mundo:

Nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos (MOSCOVICI, 2009, p.33).

Apesar de toda essa força com que se impõem, cabe ressaltar que as representações são fruto de construções coletivas e se encontram em permanente reelaboração, sendo criadas e recriadas ao longo do tempo, como ocorre mesmo com a compreensão sobre o que se caracteriza como violência contra crianças e adolescentes, para citar apenas um exemplo.

As representações também exercem uma importante função diante de situações que fogem do esperado, o que Moscovici denomina como ancoragem: processo em que se procura ancorar as ideias não-familiares junto a categorias e imagens comuns, trata-se de um esforço de associá-las àquilo que já se conhece. Isso implica classificação e atribuição de rótulos, um processo que não abre espaço à neutralidade.

Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-a e rotulando-a. E neste ato, nós revelamos nossa ‘teoria’ da sociedade e da natureza humana (MOSCOVICI, 2009, p. 62).

A outra função das representações sociais destacada pelo autor é a objetivação e consiste no exercício de tornar algo que é abstrato em concreto, conferindo tangibilidade e visibilidade ao fenômeno (MOSCOVICI, 2009).

Essas dinâmicas de elaboração das representações sociais procuram enfrentar a instabilidade e a falta de sentido que o inesperado nos apresenta, um movimento também constatado pelos estudos sobre o acontecimento (QUÉRÉ, 2005). No entanto, essa forma de agir e compreender o mundo traz implicações que merecem consideração.

No pensamento social, a conclusão tem prioridade sobre a premissa e nas relações sociais, conforme a fórmula adequada de Nelly Stephane, o veredicto tem prioridade sobre o julgamento. Antes de ver e ouvir a pessoa, nós já a julgamos; nós já a classificamos e criamos uma imagem dela (MOSCOVICI, 2009, p.58).

Identificar como se manifestam tais julgamentos e classificações nos textos jornalísticos, apresentados pelos meios de comunicação como isentos, é um dos gestos que consideramos mais importantes em nossa pesquisa.

3 METODOLOGIA

A definição das estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa ocorreu de modo gradual e à medida que avançamos no contato com a empiria. Assim, essas escolhas se deram ao longo do trabalho e foram pautadas pelo intuito de lançar mão de procedimentos que pudessem nos ajudar a compreender tanto as questões que já possuíamos desde o momento da elaboração da proposta de estudo, quanto aquelas que foram suscitadas durante a leitura dos relatos e que nos pareceram importantes, de maneira que não partíssemos de um modelo rígido, mas permitíssemos, principalmente, que “os textos falassem”.

Orientados por essas premissas, passamos à coleta dos textos relacionados à violência cometida contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico nos seguintes jornais impressos: *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícia*. O período de coleta se divide em dois momentos. O primeiro, de 28 de fevereiro a 28 de maio de 2008. O segundo contempla os mesmos meses, porém um ano depois: de 28 de fevereiro a 28 de maio de 2009.

A primeira etapa de coleta refere-se ao ápice da cobertura realizada pela imprensa sobre a morte de Isabella Nardoni, uma vez que o crime aconteceu no dia 29 de março de 2008. O segundo período faz-se necessário para que seja possível avaliar a publicação de casos de violência contra crianças e adolescentes distante da comoção provocada pelo caso Isabella. Desse modo, no primeiro período de coleta são consideradas 91 edições de cada veículo e no segundo 90 edições. Ao todo, nossa análise compreende 543 edições, considerando-se o somatório dos três veículos.

Destaca-se que não realizamos uma pesquisa focada na cobertura do caso Isabella Nardoni. Em nosso trabalho, nós o tomamos como um “caso midiático comovente”, definido por Pedemonte (2010) como a “interrupção de uma sucessão, uma ruptura da normalidade²⁷” (PEDEMONTE, 2010, p. 23, tradução nossa). Assim, essa noção guarda muita proximidade com a definição de acontecimento jornalístico que utilizamos em nossa pesquisa e se apresenta como um conceito produtivo porque chama a atenção para os aspectos específicos do comportamento da mídia. Desse modo, a interrupção provocada por estes casos diz não apenas do choque gerado sobre o dia-a-dia da audiência, mas interfere também nas próprias rotinas de produção dos meios de comunicação, que devem empreender procedimentos extraordinários para cobri-los (PEDEMONTE, 2010).

²⁷ “interrupción de una sucesión, a una ruptura de la normalidad”.

A hipervisibilidade de um caso, sua permanência na agenda pública e os debates que propulsiona revelam que estamos lidando com um “caso midiático comovente” e como realça Pedemonte, isso é fruto “de uma decisão dos jornalistas, até certo ponto aleatória, ao menos se se comparam tais casos comoventes com acontecimentos similares que passam praticamente inadvertidos²⁸” (PEDEMONTE, 2010, p. 21, tradução nossa). Para compreender a dinâmica dos acontecimentos jornalísticos, os estudiosos do campo possuem duas formas típicas de recortá-los, ora escolhem observar “grandes” casos, ora fazem um apanhado longitudinal de jornais por um longo período de tempo, de modo a identificar recorrências na cobertura. Em nosso estudo procuramos utilizar elementos desses dois modos de abordagem.

Acreditamos que um dos principais gestos de nossa pesquisa será o de colocar o caso Isabella – e outros que alcançaram uma repercussão de maior vulto – em relação com casos que parecem não afetar as rotinas do público e dos meios de comunicação. Desse modo, poderemos falar do engendramento de “regimes de visibilidade” a partir dessas duas tipologias de casos: aqueles que geram grande comoção e aqueles que fazem parte do noticiário cotidiano.

Conforme assinalamos, nossa investigação se pautou pela observação do modo como o jornalismo atua no tratamento da violência cometida contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico. A opção por coletar textos de diferentes tipos, tais como notícias, reportagens, editoriais, artigos e cartas de leitores se inspira no trabalho de Ponte (2005) e se mostra pertinente por dois motivos principais: o primeiro é que permite identificar os casos que ultrapassam os limites do relato noticioso “comum” e chegam aos espaços mais nobres do jornal, onde se encontram os textos de opinião. As cartas de leitores, de modo específico, nos dão a ver quais são as histórias que alcançam repercussão junto ao público e como este reage diante delas. O segundo motivo é que todos estes textos passam por um crivo de seleção que é jornalístico, ou seja, mesmo que não tenham sido escritos por jornalistas ou editores, manifestam abordagens a respeito do tema que os jornais avaliam serem merecedoras de visibilidade.

Os jornais escolhidos²⁹ para nossa pesquisa são publicados diariamente e possuem expressiva circulação no estado de Minas Gerais. De acordo com o Instituto Verificador de

²⁸ “de una decisión de los periodistas, hasta cierto punto aleatoria, al menos si se comparan tales casos conmocionantes con acontecimientos similares que pasan praticamente inadvertidos”.

²⁹ Inicialmente, prevíamos também a coleta de textos no jornal *Hoje em Dia*. No entanto, optamos por excluí-lo porque levaria a um aumento considerável do *corpus* sem representar diferenças editoriais em relação ao *Estado de Minas* e *O Tempo* que se mostrassem significativas. Além disso, na comparação com os demais, sua

Circulação (IVC), em dezembro de 2011, os referidos diários apresentaram a seguinte média de circulação, considerando-se as versões impressa e digital, no período de segunda a domingo:

Veículo	Média de circulação diária (de segunda a domingo) / Versões impressa e digital³⁰
Estado de Minas	79.823 exemplares
O Tempo	47.140 exemplares
Super Notícia	293.572 exemplares

Tabela 1 – Média de circulação diária dos jornais em dezembro de 2011
Fonte: Instituto Verificador de Circulação

A escolha destes veículos também se orientou pelas diferenças editoriais que apresentam. Buscamos contemplar em nossa pesquisa veículos que se circunscrevem ao jornalismo de referência (é o caso de *Estado de Minas* e *O Tempo*) e ao jornalismo popular (*Super Notícia*). Ainda que pertençam à categoria dos jornais de referência, os jornais *Estado de Minas* e *O Tempo* apresentam diferenças editoriais muito significativas. Propriedade do grupo Diários Associados, o *Estado de Minas* (*EM*) foi fundado em 1928 e é reconhecido como um veículo alinhado a certas tradições da sociedade mineira, algo que se expressa até em seu formato: dentre os principais jornais da capital, o *Estado de Minas* é o único que se mantém com o padrão standard. Os 84 anos de existência do *EM* contrastam com a história recente de *O Tempo*, fundado há apenas 16.

A redação de *O Tempo* está situada em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e a inserção de assuntos da RMBH é uma característica forte desse diário. Mantendo distância das tradições jornalísticas e sociais privilegiadas pelo *Estado de Minas*, *O Tempo* foi o primeiro jornal de circulação expressiva em Belo Horizonte a adotar um formato diferente do standard³¹.

O *Super Notícia* pertence à Sempre Editora, assim como *O Tempo*, mas sua proposta editorial diferencia-se radicalmente tanto deste último, quanto do *Estado de Minas*. Filiada ao

circulação diária é bem inferior: chega a 27.125 exemplares de segunda a domingo, conforme dados do IVC, de dezembro de 2011.

³⁰ “Edição digital são os exemplares referentes à cópia da publicação impressa que foi distribuída eletronicamente como uma unidade” (MARQUES, 2012).

³¹ O formato de *O Tempo* é maior do que o tabloide, mas há controvérsias se poderia ser identificado com berliner. Atualmente, o jornal mede 39,5 cm x 27,5 cm.

jornalismo popular, a publicação tem como um de seus motes o relato de crimes. Com uma circulação que, em média, é três vezes maior do que a do *EM* e seis vezes maior que *O Tempo*, não possui vendas por assinatura. Por apenas 25 centavos, o *Super* é comercializado em bancas e nas ruas, onde é vendido por ambulantes espalhados por vários pontos de Belo Horizonte e cidades da Região Metropolitana.

Estas peculiaridades editoriais nos permitiram estabelecer alguns contrastes. Pudemos observar diferenças entre a cobertura de um jornal de maior tradição e outro mais recente, com inserção distinta no quadro local e atenção mais voltada para a Região Metropolitana, por exemplo. Como nossa pesquisa se concentra na temática da violência, a análise de jornais de referência em contraposição com o popular também se revelou produtiva no sentido de mapearmos os elementos valorizados por uma e por outra vertente.

A opção por estes jornais também se justifica por estarem inseridos num universo em que sua observação pode ajudar a entender as práticas do jornalismo contemporâneo brasileiro; o fator de “proximidade”, que poderia justificar uma superexposição do caso Isabella não se aplica a estes veículos, pois o crime aconteceu em São Paulo e estas publicações são editadas em Belo Horizonte e se dirigem ao público mineiro; os jornais impressos são espaços ainda marcados pela publicação de pequenas notas e notícias sobre crimes violentos; por fim, é preciso considerar que os veículos de imprensa pautam-se mutuamente, assim, os assuntos que circulam em jornais impressos também ocupam espaço no rádio, televisão e portais na internet.

Em relação a este último aspecto, tomamos como referência reflexões em torno de temas como “ecologia midiática” e “agendamento”, pois apontam para a existência de um ambiente noticioso. Ao comparar o funcionamento de redes sociais com a forma como opera o meio celular, Capra (2008) destaca a função exercida pelas membranas, que por serem porosas permitem trocas entre as células e dessas com o ambiente. Compreendemos que pensar a configuração dos meios de comunicação contemporâneos a partir desta perspectiva oferece boas bases para refletirmos sobre a implicação de tomarmos jornais impressos como objetos de análise. Estes jornais estão em contato com os outros meios e, como evidencia a teoria do agenda-setting, mais do que dialogar uns com os outros, caracterizam-se também por padrões de inter-agendamento (McCOMBS, 2004). No cenário contemporâneo talvez não seja possível dizer da supremacia de um meio em relação ao outro, mas o que nos interessa ressaltar são estas relações de mútuo agendamento. Assim, a “entrada” por jornais impressos

nos permite identificar algumas características que são transversais ao modo como o jornalismo, independentemente do meio, lida com a violência contra crianças e adolescentes. Ao ler o jornal impresso, estabelecemos contato, de algum modo, com o que circulou nas várias mídias. Isso não significa que o impresso possua todas as características que compõem o meio noticioso, mas não podemos tomá-lo como uma unidade apartada desse ambiente. Por outro lado, aspectos peculiares do impresso, como a presença dos títulos e da utilização do texto verbal em meio impresso permitem a identificação de elementos muito interessantes para pensarmos as representações construídas.

É preciso considerar ainda que, mesmo diante de todas as transformações vivenciadas pelos meios de comunicação em virtude do surgimento de novas tecnologias e das discussões sobre o possível “fim” do impresso, o jornal ainda ocupa o espaço de uma prática cultural muito significativa, que organiza outras formas de leitura na sociedade e se mantém como uma referência forte dentro do próprio universo dos meios de comunicação.

3.1. Acesso aos textos

Para acessar o conteúdo dos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo*, nos valem do sistema eletrônico utilizado pela ANDI chamado “EmPauta”. Não temos acesso direto a este banco, por isso, a partir da indicação dos veículos e dos períodos de pesquisa desejados e de uma lista de palavras-chave³², a ANDI realizou a busca e disponibilizou os resultados por meio de arquivos em PDF.

O “EmPauta” não contempla o *Super Notícia*, por isso, fizemos a coleta dos textos diretamente no site do jornal. Adotamos esse procedimento porque o jornal disponibiliza em seu site a íntegra dos textos publicados na versão impressa, inclusive as cartas. A partir do número da edição é possível ter acesso a um “menu” com os títulos dos textos veiculados³³. Desse modo, acessamos todos os textos da edição cujo título possa indicar relação com o tema

³² Lista de palavras-chave enviada à ANDI para realizar a coleta do material: criança, adolescente, menino, menina, filho / filha, pai / mãe, padrasto / madrasta, tio/ tia, primo / prima, avô / avó, vítima, agressor, família, parente, violência, agressão, abuso, abandono, exploração, maus-tratos, negligência, espancamento, escoriações, corpo, morte, crime, conselho tutelar, polícia, hospital, instituto médico legal, vizinho, testemunha, conhecido, amigos.

³³ Esse modo de acesso ao material nos foi sugerido pela bibliotecária que atua na Sempre Editora, grupo a que pertence o *Super Notícia*, por meio de contatos que estabelecemos por telefone e correio eletrônico.

pesquisado. Quando o título não nos permite fazer essa avaliação, optamos por acessar o texto como uma forma de garantir que todos os textos, ou pelo menos a maioria, seja contemplada em nossa análise. Também adotamos esta estratégia em função da impossibilidade de recolhermos no acervo físico disponível na sede do jornal todos os textos que fazem parte da nossa pesquisa, pois ela contempla o mapeamento de 91 edições e, muitas vezes, há mais de um texto por edição. Não é possível destacarmos estes fragmentos das edições físicas para podermos analisá-los posteriormente, por isso, a utilização do site mostrou-se a alternativa mais viável.

3.1.1 Implicações da forma de acesso

Consideramos que a principal consequência dessa forma de acesso ao conteúdo dos jornais é o deslocamento dos textos do formato da página impressa. Desse modo não temos acesso a informações como legenda, foto, tamanho do título, localização na página, textos publicados no entorno, destaque na capa, entre outras. No entanto, a ausência destes elementos não inviabiliza nosso trabalho tendo em vista o recorte e os aspectos que nos propomos a analisar. Em consonância com as reflexões de Gonzalo Abril (2007), compreendemos que ao fazer a análise de textos podemos propor o sistema de significação que interessa à nossa pesquisa. Desse modo, é possível empreender análises que articulem fotografias e legendas, título e conteúdo da notícia, entre outras possibilidades. Isso significa que o fato de não termos acesso à página diagramada só comprometeria nossa pesquisa se tomássemos como sistema de significação a página, o que não é o caso.

Como será apresentado com mais detalhes na seção dedicada aos operadores analíticos, buscamos pelos modos como estes textos jornalísticos articulam um conjunto de presenças e ausências ao abordar a violência contra crianças e adolescentes, partindo de dois aspectos principais de observação: as representações acionadas pelo discurso jornalístico e os sujeitos construídos pelos relatos noticiosos³⁴. Nessa perspectiva, mesmo sem as fotografias, entendemos que as notícias, reportagens, editoriais, artigos e cartas evocam uma série de

³⁴ Compreendemos também que a análise dos relatos jornalísticos é uma estratégia válida para compreendermos as representações sociais acionadas, pois como afirma Cabecinhas (2009), a pesquisa em torno das representações não tem privilegiado um método específico e dentre as várias possibilidades experimentadas pelos pesquisadores está a análise de documentos e discursos, como ocorre em nosso estudo.

elementos de ordem visual, de tal modo que, mesmo com acesso restrito ao registro verbal que compõem estes textos trabalhamos com um material repleto de imagens.

Outro desdobramento que decorre dessa forma de acesso aos jornais, especialmente no caso da ANDI, é a necessidade de empreendermos um grande esforço de seleção dos relatos que deveriam compor o material a ser analisado. Como a lista de palavras-chave é extensa e possui termos que podem aparecer em textos que não têm qualquer relação com a temática que pesquisamos, como as palavras “criança” e “mãe”, por exemplo, a busca eletrônica retornou com uma grande quantidade de material e foi necessário fazermos uma seleção cuidadosa, de modo a mapearmos todos os textos que deveriam de fato integrar nosso *corpus* de pesquisa³⁵. Mesmo cientes da possibilidade de que a pesquisa a partir de uma lista extensa de palavras pudesse gerar resultados em que há muitos textos que não têm qualquer relação com nosso estudo, optamos por adotar essa medida a fim de garantir que o maior número de fragmentos que pudessem nos interessar fosse capturado no momento da coleta. Para que se tenha dimensão dos resultados encontrados, todo o período de coleta resultou em onze arquivos no formato PDF, cada um com 1.100 páginas, em média.

Mesmo com estes contratempos, adotamos esse formato de coleta por sua acessibilidade e pelas possibilidades de arquivamento que oferece. Enfrentaríamos grandes dificuldades para extrair da edição física ou online de todos os jornais com os quais estamos trabalhando, os textos que nos interessam de forma a poder manipulá-los durante toda a análise com o uso de softwares específicos.

3.2. Delineamento das estratégias metodológicas

Diante da extensão do material empírico, uma primeira estratégia metodológica mobilizada por nosso estudo é a Análise de Conteúdo (AC), pois, como assinalam Bardin (1977) e Bauer (2008), ela oferece boas possibilidades para pesquisas que lidam com textos impressos e *corpus* extensos. No entanto, a relação estreita que a AC apresenta com o paradigma informacional da comunicação a torna alvo de diversas críticas e poderia parecer incoerente utilizá-la em nosso trabalho, uma vez que nos filiamos ao paradigma relacional. A

³⁵ Inspirados pelos critérios utilizados pela ANDI, não selecionamos para a pesquisa notas com menos de 500 caracteres com espaços, pois são textos muito curtos, que oferecem poucos subsídios para análise.

associação entre a AC e o modelo informacional decorre do amplo uso que a Escola de Columbia (notadamente H. Laswell) fizeram deste método nas pesquisas realizadas nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, o que contribuiu inclusive para o próprio desenvolvimento da AC (MEUNIER; PERAYA, 2009).

Na proposta de revisão do que chamou de Análise de Conteúdo Clássica, Bauer (2008) aponta para possibilidade de que a AC seja utilizada em estudos que não compartilham da perspectiva transmissiva da comunicação. Tal discussão se apresenta intrincada ao modo como o texto deve ser encarado quando se trabalha com esse método. Como salientam Leal e Antunes (2011), os trabalhos que veem na AC uma forma de decodificação de uma mensagem que está inserida no material empírico e que seria passível de ser identificada pelo analista só podem partir de uma visão simplificada da noção de texto. É nessa mesma direção que Bauer afirma:

A validade da AC deve ser julgada não contra uma “leitura verdadeira” do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um *corpus* de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo, ela **traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o “vale tudo”**, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (BAUER, 2008, p.191 – grifo nosso).

Outro desafio que se coloca à AC é a dificuldade de se lidar com a instabilidade do significado, uma característica dos textos. No entanto, a revisão à luz de paradigmas distintos do informacional torna claro que a AC não visa o texto, como se compreendia tradicionalmente.

Para a análise de conteúdo, o grande objeto de estudo não é o texto ou mesmo um seu conjunto. No máximo, ele(s) constitui(em) seu *corpus* empírico, a partir do qual se alcança seu real objeto de pesquisa: um contexto social específico. Os textos assim são abordados com expressões desse contexto e ao analista interessa menos o sentido de um elemento particular do seu *corpus* e mais observar a manifestação de recorrências, regularidades, dados, enfim, que são tomados como indicadores das dimensões da vida social em estudo (LEAL; ANTUNES, 2011, p.20).

Considerando tais concepções, mobilizamos a AC no conjunto de estratégias metodológicas que integram nossa pesquisa. A partir desse método não procuramos organizar um mapa com pretensões estatísticas, mas recorreremos à AC em sua modalidade temática. De acordo com Bardin (1977), a análise temática consiste em descobrir “núcleos de sentido” do

objeto escolhido. Assim, a classificação do material por meio de estratégias da Análise de Conteúdo nos permitiu sistematizar os tipos de agressão presentes nos relatos jornalísticos, os locais em que essas violências aconteceram, os agressores mencionados, o ritmo da publicação de textos em momentos de eclosão de casos comoventes, o número de textos publicados em cada jornal e sua distribuição pelos dois períodos em que se dividiu a coleta, entre outras informações. Essa sistematização foi realizada a partir de uma planilha eletrônica, onde utilizamos um padrão para o preenchimento de cada campo que compõe a tabela. Estes campos serão apresentados na seção a seguir, e, conforme prevíamos nos primeiros momentos da pesquisa, o conjunto das informações organizadas na tabela deu origem a uma espécie de “mapa” dos textos que integram nosso estudo. Assim, essa sistematização nos permitiu fazer uma leitura mais ampla de todo o *corpus* e organizar dados de modo a facilitar o acesso aos textos que elegemos para análises mais específicas, como poderá ser observado nos capítulos 3 e 4. Além disso, o cruzamento dos campos nos revelou recorrências e associações que não teríamos condições de apreender apenas pela leitura do material, sem a utilização de um modo específico de registro e organização.

3.2.1 Critérios de seleção

Como apontamos no capítulo anterior, já nos primeiros contatos que estabelecemos com o material empírico apareceram desafios relacionados aos critérios que utilizaríamos para selecionar os textos que deveriam ser agregados ao nosso *corpus* de pesquisa. Inspirada pelo caso Isabella Nardoni, nossa proposta estabelecia como um primeiro recorte o ambiente da família. Assim, nos interessariam os relatos que envolvessem meninos e meninas de zero a dezoito anos na condição de vítimas de atos violentos cometidos por pessoas que integrassem suas famílias: pais, mães, tios, avós, madrastas, padrastos, primos, etc. Isso porque entendíamos que a comoção provocada pelo caso Isabella tinha uma relação estreita com o fato de a agressão ter partido do pai e da madrasta, por isso, nos interessavam as relações intrafamiliares. No entanto, já em leituras iniciais, deparamo-nos com relatos de agressões que provinham de namorados/companheiros contra adolescentes; do sorveteiro que todos os dias mantinha contato com as crianças na porta da escola e se aproveitava dessa relação de confiança para cometer abusos; do padre acusado de molestar meninos na casa paroquial,

entre outros exemplos. Casos como esses nos revelaram, que mesmo não havendo laços que pudessem ser reconhecidos como familiares, estas histórias apresentavam também rupturas de expectativas e precisávamos refletir sobre estes aspectos revelados pela empiria.

Ao aprofundar nossas leituras percebemos que extrapolar o espaço intrafamiliar demonstrou-se uma proposta pertinente. O relatório das Nações Unidas sobre violência contra crianças, a partir de estudos realizados em nível internacional e de pesquisas produzidas em âmbito local, afirma que “a maioria dos atos de violência sofridos por crianças é cometida por pessoas que fazem parte de suas vidas: pais, colegas de escola, professores, empregadores, namorados ou namoradas, cônjuges e parceiros” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 10). A divulgação de balanços sobre atos violentos cometidos contra crianças é bastante ilustrativa a esse respeito. De acordo com a Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, em janeiro e fevereiro de 2012, foram registrados 62 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no estado. Os principais agressores são os padrastos, pais, tios, avôs e **vizinhos**.³⁶

Diante destes aspectos, optamos por substituir a expressão “violência intrafamiliar” por “relações no grupo doméstico”. Para defini-lo, nos baseamos na proposta de revisão do Código Penal apresentado por profissionais das áreas de Saúde e do Direito, à qual nos remetemos no capítulo anterior. O grupo propõe o aumento da pena para agressores que se valerem de “relações **domésticas, de proximidade, confiança, coabitação ou de hospitalidade**” (MACHADO *et al.*, 2012, p.9, grifo nosso) para cometerem agressões contra crianças e adolescentes. A partir dessa proposta, substituímos o termo “intrafamiliar” por “grupo doméstico” e propomos que se caracterize pelo mesmo espectro de relações enumeradas acima.

Outro desafio que nos foi colocado pela empiria se relaciona à caracterização do que consideraríamos como violência, aspecto que nos levou a buscar referências de diversas áreas para compreendermos a evolução do debate em torno deste tema, como demonstramos no capítulo anterior. Dessas leituras, retemos como aspectos principais, o fato de que a violência contra meninos e meninas se caracteriza pela ação e também pela omissão e que, além de danos físicos, é preciso considerar também violações de caráter psicológico. Mais do que nos restringirmos a um conceito definido, utilizamos essas reflexões como guias e

³⁶ OFICINA de Imagens. (oficina@oficinadeimagens.org.br). *Clipping-MG*: Criança e adolescente na mídia. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elizianejornalismo@gmail.com em 11 mai. 2012.

compreendemos que uma das contribuições de nossa pesquisa será justamente indicar o que os relatos noticiosos apontam (e também deixam de apontar) como violência. No entanto, precisávamos de alguns elementos que nos nortearassem neste caminho de forma a garantir uma padronização na seleção dos textos.

A partir dessa necessidade é que buscamos por estudos que apresentassem algumas tipologias ou categorias das formas de violência cometida contra crianças e adolescentes. Encontramos proposições diversas. Guerra (2005) restringe sua reflexão ao âmbito da violência doméstica e a divide em quatro tipos: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência. Dias (2004) também aborda a violência doméstica, que define do seguinte modo:

qualquer ato, inclusive de omissão, ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais; que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de fato com uma determinada intenção ou finalidade, e refere-se aos tipos mais frequentes de violência, designadamente a que é cometida contra as crianças, as mulheres e os idosos (DIAS, 2004, p. 94).

Na categoria “Violência”, a ANDI agrupa temas como abuso sexual, conflitos armados, violência doméstica, violência nas escolas, entre outros³⁷. Nossa percepção é de que categorias muito abrangentes não nos auxiliariam a organizar o material de modo que facilitasse uma análise mais acurada do mesmo. Assim, optamos, num primeiro momento por adotar como referência o trabalho de Ana Nunes de Almeida, Isabel Margarida André e Helena Nunes de Almeida (1999). Com o intuito de criar uma tipologia do mau trato contra a criança em Portugal, as pesquisadoras enviaram um questionário a instituições das áreas de saúde, educação e serviço social de todo país. De acordo com o estudo, os participantes da pesquisa estão inscritos em “lugares-chave para a detecção das situações de risco que se geram no meio familiar” (ALMEIDA *et al.*, 1999, p.102).

A partir da pesquisa, as autoras apresentam a seguinte tipologia: abuso emocional com agressão física; agressão física com sequelas; intoxicação; abuso sexual; trabalho abusivo; ausência de cuidados básicos; ausência de guarda; abandono definitivo; mau trato *in utero*. Estes tipos se constituíram como nosso ponto de partida, a única modificação que fizemos foi

³⁷ CONCEIÇÃO, Antônia. (aconceicao@andi.org.br). *Manual de classificação D. Antonia*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elizianejornalismo@gmail.com em 30 mar. 2012.

a inclusão da categoria “homicídio”, tendo em vista que consideramos importante destacar os casos cuja agressão resultou em falecimento, pois os a cobertura noticiosa manifesta um interesse particular por essa dimensão, o que também pode fazer com que outras formas de violação que antecederam a morte fiquem em segundo plano. Além disso, o caso Isabella, que tomamos como referência em vários aspectos na pesquisa, caracteriza-se como homicídio.

Deste modo partimos para o que denominamos pré-teste de classificação, a fim de avaliar se tais categorias se mostravam adequadas ao nosso trabalho, medida fundamental em estudos que lançam mão da Análise de Conteúdo. Além dos tipos de violência propusemos também outras categorias para codificação do material, inspiradas em algumas questões que uma primeira leitura nos havia apontado e nos objetivos de nosso trabalho. Desse modo, organizamos uma planilha com os seguintes campos para preenchimento:

- **Arquivo ANDI/Super:** campo destinado a identificar em qual arquivo, no caso dos textos disponibilizados pela ANDI, ou edição do jornal, no caso do *Super*, aquele texto está localizado.
- **Página no arquivo:** espaço utilizado apenas no caso do material disponibilizado pela ANDI e que registra o número da página do arquivo em que o texto está disponível.
- **Jornal:** identifica em qual dos três jornais o texto foi publicado.
- **Data:** refere-se à data de publicação do texto.
- **Título do texto:** identifica o título atribuído pelo jornal àquele texto.
- **Tipo de violência:** a partir do relato, procuramos classificá-lo de acordo com as categorias de violência que adotamos previamente.
- **Vítima(s):** identifica a vítima, ou as vítimas, de acordo com o relato analisado.
- **Agressor(es) suspeito(s):** identifica quem é ou quais são os agressores que são apontados na condição de suspeitos.
- **Agressor(es) confirmado(s):** identifica quem é ou quais são os agressores que são apontados como responsáveis já confirmados nos relatos.
- **Ocupação do(s) agressor(es):** registra a profissão ou ocupação dos agressores de acordo com o que é assinalado pelos textos.
- **Envolvidos citados no texto:** além das vítimas e dos agressores, procura apontar quais são as outras pessoas citadas pelos relatos.

- **Faz menção ao pai?:** identifica se o relato faz qualquer tipo de menção ao pai da vítima³⁸.
- **Instituições mencionadas:** identifica as instituições que são mencionadas nos relatos.
- **Local da agressão:** registra o local específico em que a violência se deu, como casa, rua, escola, por exemplo.
- **Localização na cidade:** registra o local da cidade em que a agressão ocorreu também com base no relato.
- **Relembra casos de repercussão?:** registra se o relato aciona algum caso semelhante e que obteve grande repercussão junto às sociedade.
- **Observações:** espaço livre, destinado a observações sobre aspectos interessantes que possam ser utilizados na análise posterior do material.
- **Links:** espaço utilizado apenas no caso do jornal *Super*, registra o link onde o referido texto encontra-se disponível na internet.

As categorias “ocupação dos agressores” e “localização na cidade” têm a ver com o entendimento de que os casos de violência que envolvem classes menos favorecidas recebem um tratamento que difere dos demais, aspecto já realçado por estudos voltados para a cobertura midiática da violência de modo geral (ANTUNES, 2012; MELO, 2010; VARJÃO, 2008). Estas categorias também se relacionam com uma característica apontada por Almeida, André e Almeida (1999) e que diz da relação entre as condições socioeconômicas e a visibilidade da violência contra crianças e adolescentes em determinados grupos:

Se, em matéria de criança maltratada, é a partir de um diagnóstico de *visibilidade* que se constrói a caracterização da realidade, uma prudente atenção deve ser prestada ao desigual modo como as várias classes sociais se deslocam por espaços de luz e de sombra, entre serviços e especialistas da infância. O contraste é flagrante entre o uso generalizado e frequente que as classes populares fazem dos serviços públicos (de educação e de saúde, por exemplo) e o recurso seletivo e preferencial que as classes privilegiadas fazem dos serviços privados. A facilidade da exposição do universo doméstico aos olhares dos outros, nas primeiras, opõe-se ao resguardo que protege a privacidade da vida familiar das outras. Esta diferença, produto da desigualdade social, é, pois, um dado fundamental a ter em conta sempre que calculamos ou interpretamos, respectivamente, quantidades ou modalidades de abusos ou negligências. Sob pena de associarmos, apriorística e exclusivamente, maus tratos a classes populares ou de os encarmos apenas nas suas modalidades da

³⁸ Incluímos essa pergunta por perceber que, em muitos relatos – notadamente nos casos de abandono, há destaque para o papel exercido pelas mães naquelas ocorrências, mas não há qualquer menção aos pais.

“agressão física”, justamente a que parece ser típica desses grupos. (ALMEIDA *et al.*,1999, p.7 - grifo das autoras)

Como já realçamos, para nosso trabalho é extremamente relevante levar elementos como estes em conta, pois ao investigarmos os “regimes de visibilidade” engendrados pelo jornalismo devermos ser capazes de refletir em que medida ele segue padrões semelhantes ou rompe com a visibilidade deste fenômeno em outras áreas.

No pré-teste fizemos o exercício de classificação de oitenta textos, assim, foram considerados uma média de vinte e seis textos por jornal. Nossa amostra se dividiu também entre os anos de 2008 e 2009. Este gesto foi fundamental para a reflexão acerca do modo de codificação proposto. Uma primeira necessidade detectada na realização do pré-teste foi a de que para preencher a planilha de acordo com os campos previstos, seria necessário dividir os relatos que agrupavam mais de um caso de violência, pois só assim poderíamos registrar de modo separado vítimas, agressores e local, por exemplo. Assim, há relatos que foram desmembrados em várias linhas na planilha e convencionamos que cada linha e, por consequência cada caso, corresponde a um texto.

O principal aspecto revelado pelo pré-teste foi a dificuldade de se circunscrever o que pode ser considerado como violência contra crianças e adolescentes. Assim, desse universo de oitenta textos, dez apareceram para nós como casos duvidosos, ou seja, não sabíamos se deveríamos acrescentá-los ou não ao nosso *corpus* de pesquisa. Tais casos foram discutidos com o orientador e adotou-se como parâmetro que no momento da classificação devemos considerar os aspectos para os quais o texto aponta, ou seja, importam as questões que ele evoca e não apenas o que está explicitamente dito. Desse modo, ainda que uma notícia sobre o caso de uma criança de três anos que atropelou uma menina de quatro, ao entrar num carro e soltar o freio de mão, não diga claramente que a mãe que o acompanhava foi negligente, nós optamos por inseri-lo em nosso trabalho, uma vez que essa ideia, de algum modo, é evocada pelo texto.

O pré-teste também apontou para a necessidade de revisarmos os campos da planilha, especialmente as categorias relacionadas ao tipo de violência. Optamos por fundir os campos “agressor(es) suspeito(s)” e “agressor(es) confirmado(s)” em “agressor(es)”, pois em muitos relatos essas informações apareciam de modo confuso e de todo modo a confirmação ou não da suspeita não traz impactos para nosso estudo, interessa-nos observar apenas quem aparece na condição de agressor. Excluímos o campo “envolvidos citados no texto” porque não era

possível estabelecer um padrão para o preenchimento e observamos que este campo não nos permitiria extrair informações relevantes, justamente pela dificuldade de sistematização que apresentou. Trocamos o termo “localização na cidade” por “cidade/estado”, pois compreendemos que descreveria melhor o tipo de informação com o qual poderíamos preenchê-lo.

Em relação aos tipos de violência, revisamos algumas categorias que estávamos utilizando, pois em muitos casos não conseguiríamos identificar detalhes que nos pudessem dizer, por exemplo, da existência ou não de sequelas. Por outro lado, alguns relatos nos apontaram para necessidade de explicitarmos algumas formas de agressão, notadamente a “negligência”. Tendo este cenário em vista, propusemos rearranjos e acréscimos à tipologia apresentada por Almeida *et al.* (1999), em diálogo com as definições presentes na obra de Guerra (2005). Ao longo da classificação, adicionamos também exemplos de ocorrências que apareceram nos textos, de modo a evidenciar o que poderia ser considerado em cada um dos tipos de violência, e acrescentamos a categoria “violência de modo genérico”, que não foi considerada no primeiro teste de classificação. Como se poderá observar, as categorias definem-se tanto pelo o que devem contemplar, quanto pela exclusão de formas de agressão que não se enquadrariam ali. Assim, chegamos à seguinte proposta para a grade de leitura:

Violência física - reunimos sob esta única denominação as formas de maus-tratos apontadas pelas autoras nos itens a seguir:

- “Abuso-vitimização física: sob tal rubrica pode ser entendida uma gama variada de castigos corporais, embora a literatura seja unânime em considerar como maus-tratos duas modalidades destes castigos: os cruéis e os pouco usuais e aqueles que resultam em ferimentos. No primeiro caso estão os castigos extremos e inapropriados à idade e compreensão da criança, por exemplo, cárcere privado, treino prematuro de *toilette* etc. No segundo caso estão o bater de forma descontrolada e com instrumentos contundentes...” (AZEVEDO e GUERRA *apud* GUERRA, 2005, p. 41-42).
- Agressão física (criança batida). Modalidades que *não* ocorrem: abandono temporário, falta de afeto, falta de vigilância médica, falta de higiene, abuso sexual, abandono por períodos longos em casa (ALMEIDA *et al.*, 1999).

- Agressão física muito violenta: criança abanada, queimada, atirada, espancada, mordida, pisada, empurrada, asfixiada, etc. Modalidades que não ocorrem: falta de higiene (ALMEIDA *et al.*, 1999).
- Intoxicação intencional (com substâncias nocivas, como álcool, sedativos, dose excessiva de calmantes) (ALMEIDA *et al.*, 1999).
- Também consideramos nesta rubrica casos de violência cometidos contra adolescentes em delegacias e centros de internação de adolescentes que cometeram ato infracional.

Violência sexual - reunimos sob esta única denominação as formas de maus-tratos apontadas pelas autoras nos itens a seguir:

- “A Violência Sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO E GUERRA *apud* GUERRA, 2005, p. 33).
- Abuso sexual: violação hetero ou homossexual, violação com objetos. Modalidades que não ocorrem: abandono temporário, exposição a cenas de violência, falta de afeto, alimentação, inadequada, falta de vigilância médica, falta de higiene (ALMEIDA *et al.*, 1999).

Violência psicológica - reunimos sob esta única denominação as formas de maus-tratos apontadas pelas autoras nos itens a seguir:

- “A *violência psicológica* também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando forma de sofrimento psicológico” (GUERRA, 2005, p. 33, grifos da autora).
- Abuso emocional: criança insultada, ameaçada, acusada, objeto de chantagem, espectadora de cenas de extrema violência — designadamente conjugal, em situações

de separação litigiosa —, durante as quais vem a ser fisicamente agredida. (ALMEIDA *et al.*, 1999).

- Nesta categoria, classificamos variadas ocorrências registradas pelos jornais, como o uso de crianças para “disfarçar” o transporte de drogas e aliciamento de adolescentes para atuar no tráfico, tentativas de “venda” e “doação” de crianças a outras pessoas, sequestro e cárcere privado.

Negligência - reunimos sob esta única denominação as formas de maus-tratos apontadas pelas autoras e por modalidades com as quais nos deparamos na análise dos textos:

- “A *negligência* representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc., e quando *tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle*³⁹” (GUERRA, 2005, p. 33, grifos da autora).
- Alimentação inadequada (criança vítima de fome, má nutrição, não faz dieta alimentar imposta pelo médico, etc.), falta de higiene (criança com piolhos, mordida por pulgas, não sabe utilizar casa de banho, etc.), falta de vigilância médica (não tem boletim de vacinas em dia, é impedida de ser internada em hospital para tratamento médico), falta de afeto (rejeição afetiva da criança, falta de atenção e disponibilidade dos pais). Modalidades que *não* ocorrem: abuso sexual, agressão física (ALMEIDA *et al.*, 1999).
- Incluímos disparos com armas de fogo, decorrentes de “brincadeiras” entre crianças e adolescentes por compreendemos que os adultos responsáveis pelos cuidados com estes meninos e meninas foram negligentes ao permitir que tivessem acesso a estas armas.

³⁹ Ainda que a autora destaque que a negligência não deve decorrer “das condições de vida” que não podem ser controladas pelos agressores, não consideramos este aspecto na classificação, pois como será destacado noutros momentos do trabalho, a pobreza aparece como um fator importante em diversas ocorrências. Portanto, se estes casos fossem excluídos de nosso trabalho por resultarem de condições adversas não teríamos condições de elaborar um mapa que correspondesse ao que aparece na cobertura realizada pelos jornais.

Trabalho abusivo: modalidades que ocorrem: absentismo escolar (criança falta à escola, chega atrasada às aulas, repete anos escolares), mendicância (criança vagabundeia na rua, pede em semáforos, arruma carros, realiza pequenos furtos), sobrecargas de trabalho doméstico (ALMEIDA *et al.*, 1999).

Abandono - reunimos sob esta única denominação as formas de maus-tratos apontadas pelas autoras nos itens a seguir:

- Abandono definitivo (criança abandonada ao nascimento na maternidade, em vão de escada, na rua, num colégio, etc.), falta de hábitos de sono. Modalidades que *não* ocorrem: abandono temporário, agressão física. Relatado por vários técnicos da infância: Serviço Social, Saúde (ALMEIDA *et al.*, 1999).
- Abandono temporário: criança deixada só em casa, à guarda de irmãos menores ou de alguém manifestamente incompetente para tomar conta dela: deficiente, idoso, etc., alimentação inadequada. Modalidades que *não* ocorrem: abuso sexual, agressão física (ALMEIDA *et al.*, 1999).

Mau trato *in utero*: mãe batida durante a gravidez — nascimento prematuro, vítima de contágio de sida, fetopatia alcoólica, síndrome de privação, sífilis, parto no domicílio — tétano neonatal, etc., falta de afeto. Modalidades que não ocorrem: agressão física. O mau trato deixa sequelas neurológicas. Relatado pelos técnicos de saúde (ALMEIDA *et al.*, 1999).

- Acrescentamos casos de partos realizados em locais inapropriados, como calçadas, em decorrência de falhas no serviço público, e relatos de negligência médica durante atendimentos a gestantes e no momento do parto.

Homicídio: quando a violência resulta na morte da criança ou do adolescente.

Violência de modo genérico: quando o texto trata da violência contra crianças e adolescentes sem priorizar a abordagem de um tipo de violação de modo específico.

Nos casos em que houve mais de um tipo de agressão, como num relato sobre uma adolescente que era torturada e mantida em cárcere privado pela dona da casa em que era explorada como trabalhadora doméstica, realizamos a classificação a partir do tipo de agressão que nos pareceu mais premente. Da mesma maneira, quando as ocorrências resultaram em morte as classificamos na categoria “homicídio”, mesmo que o relato citasse a existência de outras violências.

3.3. Operadores analíticos

Além de considerar os resultados obtidos a partir da codificação anteriormente assinalada, a análise dos textos é norteada por dois operadores analíticos principais: a maneira como os relatos jornalísticos delineiam o início das histórias reportadas e quais são as possíveis causalidades apontadas para os atos violentos. Nesse sentido, estruturamos um quadro de análise tendo em vista a realização de uma leitura crítica, que nos permitisse compreender o gesto jornalístico realizado em torno da violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico.

No entanto, não é viável realizar a análise de todos os textos que compõem nosso *corpus* de pesquisa a partir destes dois operadores, pois ela atingiria uma proporção que ultrapassa as dimensões esperadas para um trabalho desta natureza. Por isso, selecionamos para esta análise específica relatos que nos permitiram observar três aspectos que aparecem de maneira associada e que, considerando-se o conjunto do material coletado, despertaram nossa atenção de modo especial: 1) a falta de questionamentos diante da ausência do pai nos cuidados com os filhos, que aparece intimamente ligada à 2) existência de uma responsabilização acentuada da mãe; 3) a forma como se dá a ver a pobreza na composição destas histórias.

3.3.1. O início

A busca pelo início da história inspira-se na tese defendida pelo antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares em *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Na referida obra, o autor defende que “o sentido de uma história depende do ponto a partir do qual começamos a relatá-la” (SOARES, 2011, p.18). Esta ideia é apresentada como resultado de uma conversa entre Soares e um taxista do Recife, que relata a morte de um grande amigo, motorista de ônibus, assassinado por um adolescente durante um assalto ao coletivo. Diante do relato carregado de indignação pelo fato de que em breve o assassino estaria nas ruas por ser um adolescente, o taxista queixava-se da ausência da pena de morte no Brasil. Pesquisador e defensor dos direitos humanos, Soares conta que ouviu atentamente aquela história e permaneceu um período em silêncio, em sinal de respeito à dor que seu interlocutor manifestava. Até que, no decorrer da conversa, pensou na possibilidade de que os filhos do motorista, agora desamparados em função da morte do pai, poderiam um dia trilhar o mesmo caminho que aquele jovem responsável pelo assalto ao ônibus. Apresentou, então, essa hipótese ao taxista, que permaneceu em silêncio, mas após refletir por alguns minutos reconheceu o argumento e disse que não sentenciaria o adolescente à morte caso fosse o juiz, nem participaria do seu linchamento, como havia clamado minutos atrás. Assim, Soares argumenta que ao começar aquele relato de outra forma, considerando momentos anteriores da história do adolescente que cometeu o assassinato, seu significado passara por mudanças consideráveis. Essa transformação, alerta o autor, não implica numa defesa da impunidade, mas na possibilidade de se compreender aquela situação de outra forma.

Dessa maneira, durante a análise nos dedicamos a identificar nos relatos jornalísticos onde está o início das histórias, pois a partir dessa perspectiva acessamos elementos importantes para compreender os sentidos e as representações presentes nestes textos. Destacamos que o que chamamos de “início da história” não corresponde, necessariamente, ao início das matérias ou artigos. Afinal, o argumento de Soares não trata especificamente do relato jornalístico e, neste tipo de texto, o início da história pode ser mencionado a qualquer momento. Portanto, fazemos uma apropriação do argumento do autor, com o cuidado de observar as especificidades de sua aplicação quando nos referimos a textos noticiosos.

Observar o início das histórias nos ajudou a entender também em que medida o jornalismo, com seus produtos simbólicos, contribui para o seguinte gesto apontado por Luiz Eduardo Soares: “temos a tendência a classificar as pessoas aprisionando-as a um momento de sua vida, no qual elas foram autoras de atos condenáveis” (SOARES, 2011, p. 62). Assim,

o ponto de partida do relato exerce uma forte influência sobre as representações colocadas em jogo, pois permite observar em que circunstâncias os sujeitos envolvidos em atos violentos, sejam vítimas ou agressores, já são acionados pelo jornalismo “presos” àquele ato, como se não tivessem passado e futuro, ou pelo menos um passado e um futuro que sejam dignos de menção.

3.3.2. As causas

Outro operador analítico que mobilizamos é a identificação das possíveis causalidades atribuídas aos atos violentos cometidos contra crianças e adolescentes. Partimos da premissa de que o tipo de causa apontado interfere fortemente nos sentidos construídos por aquele relato.

As causas podem ser consideradas como reveladoras para a análise porque compreendemos que os textos jornalísticos operam no âmbito de esquemas cognitivos ao criarem categorias de eventos, como ações, protagonistas e circunstâncias. No processo de produção das notícias, essas categorias são encadeadas de modo a produzirem relações de causalidade. Isso significa que na composição do relato, essas categorias de eventos aparecem numa dada sequência, indicando que algo acontece por causa de outro evento. Em geral, tais eventos não são recapitulados em sequência cronológica, na ordem em que ocorreram, mas se orientam por uma ordem lógica subjacente ao relato. Assim, as relações significativas colocadas em evidência pelo próprio texto criam uma coerência que interfere diretamente na compreensão destes crimes.

Os relatos se caracterizam, desse modo, como uma “espécie de futuro”, que resulta de um processo que coloca em relação de causalidade uma série de eventos que vieram antes e que ele julga relevantes. Observar estas relações causais permite compreender em que medida os relatos apresentam as ocorrências como algo que estava determinado a acontecer, portanto, portadoras de um alto grau de previsibilidade, ou se é possível identificar nestes textos uma abertura às singularidades do acontecer. Se o caso é visto como resultado de uma série de eventos, resta ao relato encontrar (ou sugerir) o que o provocou. Por isso, o regresso a causas “anteriores” é um gesto tão comumente empreendido pelo jornalismo – que corre o risco de

ficar preso a esse regresso infinito. Como os relatos que analisamos se propõem a contar histórias, eles não podem prescindir de um enredo, que encadeia uma série eventos.

Dessa maneira, ao adotar as causas como uma perspectiva para análise, nossa proposta é verificar o que elas propõem e que como se caracterizam: são causas que apontam para comportamentos de foro individual ou para um contexto? Que tipo de julgamento está em jogo ao estabelecer tais relações de causalidade?

Quando investimos na realização da análise a partir desses operadores, sabemos que a história narrada pelo jornalismo não corresponde à única versão válida e verdadeira para os fatos, mas o início e as causas por ele delimitados têm uma interferência direta nas formas de compreensão desses crimes pela sociedade.

Em termos metodológicos, compreendemos que nosso trabalho percorre o percurso cíclico que caracteriza comumente as pesquisas sobre as representações sociais (CABECINHAS, 2009, p.13). De acordo com a autora, tais estudos normalmente começam por metodologias de caráter aberto, depois passam à utilização de instrumentos metodológicos mais estruturados e, por fim, retomam estratégias menos rígidas com o intuito de esclarecer o que não foi possível nas etapas anteriores. Compreendemos que nosso trabalho guarda muitas semelhanças com estas etapas, pois começamos pela leitura mais “aberta” de uma amostra dos textos; posteriormente, a partir dos objetivos de nossa pesquisa e de questões que chamaram atenção no primeiro contato com os relatos, estruturamos um quadro de classificação dos textos e, em seguida, passamos à análise desse quadro (capítulo 3). Ao final, retornamos a um método menos estruturado, em que elegemos alguns relatos para uma análise de cunho qualitativo, em que procuramos realçar os aspectos que pareceram importantes para compreender as representações e sujeitos construídos pelos textos (capítulo 4).

4 DA (DES)CONTINUIDADE DOS CASOS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Neste capítulo evidenciamos os elementos que estão relacionados à primeira parte de nossa pergunta de pesquisa⁴⁰. Trata-se, portanto, de observar o conjunto de ausências e presenças colocadas em jogo pelos relatos jornalísticos que abordam a violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico. Para elucidar esses aspectos, um passo fundamental foi a organização de todo o material em um quadro de classificação, o que possibilitou o manejo do grande número de textos e a sistematização de características que não poderiam ser identificadas apenas a partir da leitura dos relatos.

Esse gesto deu origem a um mapa de referências, que explicitou aspectos salientes da cobertura. Essa “peça cartográfica” nos revelou informações importantes sobre **o que** foi publicado nos jornais e **como** esses relatos apareceram. É sobre esses dois eixos que organizamos o capítulo.

A partir da observação sobre **o que** foi reportado, conseguimos apreender de modo panorâmico alguns dos elementos que compõem os textos. Assim, identificamos como se dá a distribuição dos relatos pelos dois períodos considerados em nossa pesquisa, as formas de violência relatadas, a frequência com que elas aparecem, os sujeitos apontados como agressores e os espaços em que esses casos se desenrolam.

O segundo eixo, relativo ao **como**, relaciona-se aos modos de aparição dos textos. Se tomamos os jornais como a superfície do mapa e os relatos como pontos que se manifestam sobre esse plano, identificamos dois regimes de aparição dos pontos: há aqueles que se fazem presentes por uma ou duas vezes e se caracterizam, dessa maneira, por uma aparição bastante episódica. Por outro lado, há pontos que aparecem com uma frequência significativa e configuram uma presença mais contínua, muito diferente daquela rápida passagem empreendida pelos outros relatos.

Tomamos essa ressurgência como um norteador importante para nossa observação porque compreendemos que ela diz da atenção/importância que o veículo atribui àquele caso. Os casos que geram grande comoção se desdobram por vários dias no espaço restrito e nobre dos jornais. Se eles alcançam tal feito é sinal de que, assim como os jornais, a sociedade deve

⁴⁰ Como os textos jornalísticos articulam sentidos a partir de um conjunto de presenças e ausências ao abordar a violência contra crianças e adolescentes partindo de dois aspectos de observação: as representações sociais acionadas pelo discurso jornalístico e os sujeitos construídos em relatos noticiosos?

lhes dedicar especial atenção. Como ressalta Pedemonte, “quando o caso jornalístico irrompe na agenda pública, os outros dois atores (os políticos e as pesquisas de opinião) são obrigados a manifestarem-se sobre o *issue* que se relaciona com o caso⁴¹” (PEDEMONTE, 2010, p. 22, tradução nossa). Esses relatos que convocam o posicionamento de outros setores sociais edificam-se de maneira discursiva, ou seja, ganham vida no discurso, um modo particular de se falar e compreender o mundo.

A dimensão discursiva e a capacidade de inscrição na superfície do jornal também dizem da presença dos casos na memória coletiva, pois “o relato que os meios fazem dos casos não é estranho às suas consequências nem ao seu armazenamento na memória social⁴²” (PEDEMONTE, 2010, p.23, tradução nossa). Assim como a perenidade de um rio permite a organização da vida em seu entorno, num ambiente marcado pela efemeridade e o fluxo contínuo, aquelas ocorrências que conseguem se fixar por mais tempo nos jornais tornam-se emblemáticas, criam raízes na vida social. Além disso, esses casos assumem um lugar de referência, ajudam a marcar e organizar essa memória. Não é à toa que nas matérias sobre crimes, os relatos jornalísticos por vezes rememorem casos semelhantes e que se tornaram marcantes no contexto daquela sociedade.

Além do caso Isabella, nosso *corpus* de pesquisa também traz textos que fazem menção, por exemplo, ao caso do bebê que foi jogado na Lagoa da Pampulha e sobreviveu após ter sido resgatado por pessoas que estavam no local. Uma rápida menção a estas histórias é capaz de acionar como que “flashes” em nossa memória, há a sensação de certa familiaridade, de nos lembrarmos de algo relacionado a elas. O mesmo não ocorre, por exemplo, quando falamos do caso de um pai acusado ter jogado solvente no filho de um ano de idade e depois ter ateado fogo, como noticiado pelo *Super Notícia*, em março de 2008⁴³. Na segunda seção deste capítulo apresentaremos com mais detalhes as articulações que mapeamos entre o reaparecimento dos relatos e a capacidade de que configurem “casos” propriamente ditos.

Em linhas gerais, as análises realizadas em ambos os eixos têm como objetivo explicitar os elementos que aparecem com evidência e as tonalidades da cobertura, tanto

⁴¹ “cuando el caso periodístico irrumpe en la agenda pública, los otros dos actores (los políticos y los sondeos de opinión) son obligados a expedirse sobre el issue que se relaciona con el caso”.

⁴² “el relato que los medios hacen de los casos no es ajeno a sus consecuencias ni a su almacenamiento en la memoria social”.

⁴³ Disponível em: < <http://www.otempo.com.br/supernoticia/acervo/?IdEdicao=211&IdNoticia=8594>>. Acesso em: 7 ago. 2012

naquilo que se manifesta com cores fortes, quanto nos aspectos que ocupam “zonas de sombra”. Entretanto, não conseguimos enxergar estes aspectos apenas pela maneira como se apresentam no mapa, pois se configuram de um modo que reivindica outras formas de apreensão. Assim, na última seção deste capítulo apresentaremos de maneira sucinta esses elementos, que denominamos de “pontos cegos”, e aos quais dedicaremos uma leitura mais detida no quarto capítulo do trabalho.

4.1. “O que” os jornais publicam?

Ao concluir a classificação do material coletado, identificamos **955 textos**⁴⁴ relacionados à violência contra crianças e adolescentes no grupo doméstico publicados nos jornais que compõem nossa pesquisa, o que consideramos um primeiro “achado” importante de nosso trabalho. Ainda que a pesquisa não privilegie o viés quantitativo e os instrumentos dos quais lançamos mão para realizar a coleta apresentem limitações, consideramos que o número de textos encontrado no período de seis meses é significativo, em função de termos optado pela violência que se passa apenas no âmbito doméstico. Esse dado também nos indica que se os três jornais demonstram interesse por este tipo de ocorrência, há, no entanto, uma gradação que precisa ser levada em conta. Enquanto o *Super Notícia* concentra 49% dos textos, *Estado de Minas* e *O Tempo* respondem por 26% e 25%, respectivamente. Desse modo, o jornal popular responde por praticamente o dobro de registros na comparação com os jornais de referência. Um olhar atento para os textos revela, contudo, que essa diferença se exprime de modo acentuado em termos numéricos, mas não se manifesta de maneira aguda no tipo de cobertura realizado⁴⁵.

⁴⁴ Como explicitado no capítulo 2, para nossa pesquisa, uma notícia pode se desdobrar em dois ou mais textos, a depender do número de casos que reúne.

⁴⁵ Mesmo que a abordagem quantitativa não seja a principal vertente desse trabalho, como ressaltamos, a transformação destas informações em números é que viabilizou uma leitura do cenário configurado pelos textos agrupados na pesquisa e a elaboração deste primeiro eixo do capítulo. No entanto, não podemos assegurar que estas estatísticas são absolutamente fidedignas em virtude da limitação das ferramentas utilizadas em nossa pesquisa. A ANDI esclarece que o sistema “EmPauta” realiza a busca nas edições eletrônicas dos jornais, que nem sempre correspondem ao que foi publicado no impresso. Além disso, no sistema, operado pela empresa Fábrica de Ideias, há possibilidades de falhas durante a busca, embora não haja uma margem de erro estabelecida. Em nossa pesquisa, detectamos que o primeiro texto relacionado ao caso Isabella publicado pelo jornal *O Tempo* e capturado pelo sistema tem data do dia 6 de abril de 2008, sendo que os primeiros registros publicados no *Super Notícia* e no *Estado de Minas* são de 31 de março e 3 de abril, respectivamente. Logo, é

O recorte orientado por ano de publicação também aponta para um dado curioso: o maior número de textos é encontrado em 2009 (aproximadamente 56%), e não em 2008, quando ocorre a morte de Isabella Nardoni. Além da grande quantidade de textos diretamente relacionados ao caso seria de se esperar que ocorresse a publicação de notícias que reportassem situações semelhantes, como têm demonstrado alguns estudos relativos ao *media hype*, que destacam o potencial de determinados acontecimentos no “arraste” de outras ocorrências para o espaço do noticiário, produzindo efeitos de amplificação da cobertura (WIEN; ELMELUND-PRAESTEKAER, 2009; VASTERMAN, 2005). Portanto, junto à emergência de um caso de grande repercussão, é comum que se pense na sua capacidade de alterar os ciclos de atenção da mídia e de aguçar os sentidos dos jornalistas na identificação de casos semelhantes. Ainda que encontremos na pesquisa casos que confirmem a pertinência dessa expectativa em relação ao comportamento da imprensa, o que o caso Isabella Nardoni revela é a possibilidade de que fenômenos diferentes e, até mesmo em sentido inverso, ocorram. O grande caso pode obnubilar os sentidos ou adquirir um movimento que lhe é próprio, ter sua singularidade tão acentuada pela cobertura que acaba por dificultar a aproximação com outras ocorrências. Desse modo, como sinaliza Pedemonte (2010), casos que geram grande comoção pública provocam alterações tanto na esfera de produção (jornalistas), quanto de recepção (público), no entanto, elas nem sempre se dão na direção apontada pela *media hype*, argumento ao qual retornaremos nas próximas seções deste capítulo.

Em relação ao tipo de violência, também são registradas variações interessantes entre os anos⁴⁶. A seguir apresentamos três tabelas⁴⁶ que exibem um *ranking* das violências. Na

possível que a captura tenha deixado escapar alguns textos que poderiam ter sido considerados em nosso trabalho. No caso do *Super Notícia*, utilizamos o site do jornal para ter acesso ao conteúdo divulgado nas edições impressas, portanto, também pode ter havido algum conteúdo que foi publicado no impresso, mas não tenha sido disponibilizado no site. É preciso considerar ainda a possibilidade de que tenhamos deixado escapar algum texto durante o momento da coleta, uma vez que acessamos manualmente 181 edições do jornal. Em que pese tais limites, consideramos ter de fato construído um mapa, ou seja, um levantamento que guarda correspondências com o que se propõe a representar e é capaz de acompanhar a cobertura realizada pelos jornais.

⁴⁶ Como realçado no momento em que apresentamos as categorias que utilizamos para classificar os tipos de violência relatados nos textos, optamos por incluir o “homicídio”, ainda que em termos do tipo de dano provocado, ele se distancie das demais formas de agressão. Essa medida também foi adotada em função do caso Isabella Nardoni, pois o mesmo não se enquadraria em nenhuma das outras categorias. Além disso, em nossa pesquisa, é muito importante considerar os casos que resultaram em morte. Depois de classificado, o que o material revela é que, independentemente da ocorrência, quando a vítima morre, a cobertura se concentra sobre este aspecto e tende a obscurecer as outras formas de agressão. Quando mencionadas, as agressões são tomadas como fatores que podem explicar/comprovar a adoção de uma série de atitudes por parte do agressor que levaram ao trágico desfecho.

primeira, todo o conjunto de textos é considerado. Nas duas que seguem é realizada a distribuição por ano:

Tabela 2 – *Ranking* dos tipos de violência considerados os anos de 2008 e 2009

Tipo de violência	%
Homicídio	29
Violência sexual	28
Violência física	14
Negligência	9
Violência psicológica e Abandono	8
Violência de modo genérico e Mau trato <i>in utero</i>	2
Trabalho abusivo	0

Tabela 3 – *Ranking* dos tipos de violência registrados em 2008

Tipo de violência	%
Homicídio	40
Violência física	15
Abandono	14
Violência sexual	13
Negligência	11
Violência psicológica	5
Trabalho abusivo e Violência de modo genérico	1
Mau trato <i>in utero</i>	0

Tabela 4 - *Ranking* dos tipos de violência registrados em 2009

Tipo de violência	%
Violência sexual	40
Homicídio	20
Violência física	13
Violência psicológica	11
Negligência	8
Abandono	4
Mau trato <i>in utero</i> e Violência de modo genérico	2
Trabalho abusivo	0

Considerando-se o conjunto dos textos, “homicídio” e “violência sexual” respondem pelos tipos de violência que aparecem com mais frequência, ficando praticamente empatadas com 29% e 28%, respectivamente. Mas o recorte por ano, mais uma vez aponta para particularidades que precisam ser consideradas. Em 2008, 40% dos textos estão relacionados a “homicídio”, no entanto, em 2009, com a mesma porcentagem, o primeiro lugar é ocupado por “violência sexual”, que um ano antes aparecia apenas em quarto lugar, com 13%. Destaca-se que os textos relacionados à categoria “homicídio”, continuam a aparecer em quantidade expressiva, ocupando o segundo lugar em 2009.

Dois casos de grande repercussão ajudam a compreender a configuração dos primeiros lugares do *ranking*. Em 2008, de todos os textos coletados, cerca de 26% estão relacionados à morte de Isabella Nardoni, logo, pode-se atribuir a esse caso o fato da categoria “homicídio” ter ficado em primeiro lugar. Já em 2009, não se registra nenhuma ocorrência que exerça tamanha influência sobre “violência sexual”, a exemplo do papel desempenhado pelo caso Isabella. É possível identificar, no entanto, que um caso registrado em Alagoinha, no interior de Pernambuco, alcança um destaque considerável. Em fevereiro, os jornais começam a divulgar a história de uma menina de apenas nove anos que havia ficado grávida de gêmeos em decorrência de abusos sexuais cometidos pelo padrasto. Os médicos responsáveis pelo atendimento à menina sugeriram a realização do aborto. Então, o arcebispo de Olinda, dom

José Cardoso Sobrinho, e o presidente da república à época, Luiz Inácio Lula da Silva, pronunciaram-se sobre o caso, que se desdobrou ao longo de vários dias nos jornais. Desse modo, 13% de todos os registros de 2009 estão especificamente relacionados a essa ocorrência. Ainda que o percentual (13%) não seja tão expressivo como o alcançado pelo caso Isabella (26%), não se pode negligenciar o peso que exerce sobre a amostra. Além disso, a situação enfrentada pela menina de nove anos parece motivar a cobertura de casos com características semelhantes, aspecto que será melhor discutido na segunda parte deste capítulo. O julgamento de um austríaco que manteve a filha em cárcere privado por 24 anos e teve sete filhos com ela também contribuiu para que a violência sexual chegue ao primeiro lugar do *ranking*, respondendo por 3% de todos os textos publicados em 2009. A descoberta de uma rede de exploração sexual na cidade de Catanduva, interior de São Paulo, também ocupa uma posição que merece ser mencionada, com 2% dos textos publicados no período.

Em 2009, dois casos ligados à categoria “homicídio” alcançam maior repercussão. Em um deles, o pai sequestra a filha de cinco anos, rouba um avião e o lança sobre o estacionamento de um shopping em Goiânia. Pai e filha morrem neste desastre, que alcança 15% de todos os relatos de homicídio registrados no ano. No outro, uma menina de 12 anos é esquartejada pela vizinha em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. As notícias relacionadas a este caso são responsáveis por 11% dos registros relacionados a homicídios em 2009. Como a somatória destes dois casos de maior repercussão atinge apenas 26%, verificamos que é um conjunto de relatos de “pequenos crimes” que compõem a categoria homicídio de modo majoritário, levando-a alcançar o segundo lugar no *ranking*.

O “abandono”, que em 2008 aparece em terceiro lugar, sendo relacionado a 14% dos textos coletados, em 2009 aparece em apenas na sexta posição, com 4%. É interessante observar que em 2008 não há nenhum caso que exerça grande influência sobre este resultado. A ocorrência com maior número de menções se passa em Ribeirão das Neves e diz respeito ao abandono de um menino de um ano encontrado próximo a um matagal, mas os registros relacionados a essa ocorrência chegam a apenas 22% do total de textos relativos a “abandono” em 2008. Assim, é também a soma de relatos pontuais que leva esta categoria a ocupar um lugar de destaque em 2008.

Em 2009, a “violência psicológica” fica em quarto lugar, com 11% dos textos, mais do que o dobro registrado em 2008 (5%). Essa mudança de posição é influenciada por dois casos. Um deles está relacionado à disputa pela guarda de um garoto travada entre o pai, o norte-

americano David Goldman, e a família materna do menino, residente no Rio de Janeiro. O embate mobilizou representantes dos governos brasileiro e norte-americano e alcançou repercussão mundial. Cerca de 21% de todos os textos relacionados à violência psicológica em 2009, são relacionados a este caso. A outra ocorrência, de destaque bem menos significativo, mas que obteve quase o mesmo número de registros no período analisado (19%), trata do assassinato cometido pelo ex-jogador de futebol Janken Evangelista. Depois de matar a esposa, ele fugiu com o filho de um ano de idade.

Dois tipos de violência, situados nas linhas inferiores da tabela, também merecem ser observados com atenção. Os únicos registros relacionados ao “trabalho abusivo” foram publicados em 2008 e apenas pelo jornal *Estado de Minas*. Vale ressaltar que selecionamos somente os textos em que fosse possível identificar a participação do grupo doméstico na exploração do trabalho infantil. Já o “mau trato *in utero*” não atinge uma porcentagem expressiva em 2008, pois são identificados apenas dois textos, ambos publicados no *Super Notícia*. Já em 2009, são encontrados 13 registros, distribuídos pelos três jornais, chegando a 2% de todos os textos coletados nesse ano.

Ao observar os tipos de violência relatados com maior frequência em cada um dos jornais, constatamos que “homicídio”, “violência sexual” e “violência física” se revezam entre os primeiros lugares, com algumas distinções que precisam ser mencionadas. Apenas no *Super Notícia* a categoria “homicídio” aparece em primeiro lugar, seguida por “violência sexual” e “violência física”. No *Estado de Minas*, é a “violência sexual” que fica em primeiro, seguida por “homicídio” e “violência física”. *O Tempo* repete o mesmo comportamento verificado no *Estado de Minas*, no entanto, em terceiro lugar aparecem empatadas “violência física” e “violência psicológica”. Vale lembrar que apenas os textos do *Super* são responsáveis por 49% de todo material da pesquisa, desse modo, ainda que os três jornais pareçam dedicar maior atenção aos mesmos tipos de violência, há gradações significativas. Enquanto os textos sobre “homicídio” publicados no *Super* respondem por 16% de todos os relatos considerados na pesquisa, o percentual alcançado pela “violência sexual”, no *Estado de Minas* e no *O Tempo* é de 7% para cada um dos.

O trabalho de identificar a frequência com que os tipos de violência aparecem e de caracterizar elementos que interferiram nos índices mapeados nos revelou um alto grau de aleatoriedade e incerteza sobre o que provoca a cobertura jornalística. Ainda que estudos longitudinais de grande fôlego, com acompanhamento de veículos durante longo período,

possam oferecer uma série de outras informações sobre o tipo de violência contra meninos e meninas que recebe atenção jornalística, ficou evidente que a “violência contra crianças e adolescentes” é um modo de olhar e agrupar os relatos jornalísticos proposto pelo nosso gesto de pesquisa, assim como pelos trabalhos de outros pesquisadores e organizações, como PONTE (2005) e ANDI (2006). No entanto, este não parece ser o norte no cotidiano do trabalho realizado pelos jornalistas. A profusão de casos relatados mostra que em meio à diversidade de ocorrências, os jornais fazem uma “leitura de cenário” e escolhem o que vão noticiar, em função de uma série de fatores, como a concorrência, o potencial de comoção daquela história e, sobretudo, a ocasião, que está ligada a aspectos do processo de produção jornalística. Desse modo, para que uma ocorrência ganhe espaço nos jornais deve-se ter em conta a participação de fatores como a disponibilidade de pessoal para fazer a cobertura daquele evento, o modo como se define as pautas em cada veículo, a existência de fontes disponíveis para fazer o repasse de informações, entre outros elementos⁴⁷.

É preciso considerar também que o envolvimento de crianças e adolescentes como vítimas nas ocorrências funciona como um atrativo para a imprensa. Estudos acerca da cobertura de crimes violentos revelam a existência de vítimas preferenciais, ou seja, há segmentos que ao se tornarem alvos de violência despertam mais atenção e, conseqüentemente, alcançam maior destaque nos meios noticiosos (ANTUNES, 2012; GREER, 2007; MELO, 2010; VARJÃO, 2008). Nesse sentido, os autores apontam a idade, diretamente relacionada à impossibilidade de defesa da vítima, como um fator relevante, devendo ser considerado em conjunto com outros aspectos, como raça, gênero e classe social. Greer (2007) apresenta exemplos de como em jornais britânicos, crimes envolvendo crianças fotogênicas e envoltas pelo amor e a “respeitabilidade” de suas famílias de classe média geram coberturas jornalísticas muito mais intensas se comparados com crimes que também vitimam crianças porém pobres e vindas de famílias que não correspondem ao modelo tradicional. Varjão (2008) e Melo (2010) dedicam-se ao estudo de jornais brasileiros e também identificam que o crime violento que tem como vítimas membros da elite social

⁴⁷ Melo (2010) defende que aspectos individuais e estruturais concorrem na seleção dos crimes violentos que se tornarão notícia. “Em nível individual, o jornalista exclui eventos que, ainda que se configurem em ação humana violenta, não dispõem de valores-notícia determinantes. Em nível estrutural, alguns fatos podem ser considerados relevantes, mas a organização não dispõe de recursos para realizar a cobertura jornalística para confirmar a densidade dos valores-notícia; outros, ainda que reconhecidos como crimes violentos com indicadores de valores-notícia, envolvem pessoas que são preservadas pelo(s) veículo(s) de comunicação” (MELO, 2010, p.209).

desperta maior interesse e investimento dos veículos jornalísticos, em detrimento das ocorrências consideradas “cotidianas”, que acometem os setores marginalizados da sociedade.

Os textos analisados em nosso trabalho confirmam estes padrões de cobertura e indicam que aos olhos da imprensa crianças e adolescentes não compõem um grupo homogêneo, pois há muitas discrepâncias no tratamento das ocorrências, como detalharemos nas próximas seções. De modo geral, o que se observa é que há meninos e meninas que são mais merecedores do status de vítima do que outros (GREER, 2007).

Em relação à violência, os relatos não manifestam uma visão de conjunto, as ocorrências não são relacionadas ou colocadas sob o guarda-chuva da “violência contra crianças e adolescentes”. Isso se dá a ver com nitidez nos relatos que classificamos na categoria “violência de modo genérico”, criada justamente para abrigar textos em que o tema “violência” propriamente dito é alvo de debate. Nessa categoria, há 15 registros que se caracterizam por tratar de um assunto e não de uma ocorrência específica. Houve textos que até se valeram de um caso, no entanto, ele serviu como ponto de partida para apresentar estatísticas de violência compiladas por órgãos públicos e discutir o que se pode fazer para proteger crianças e adolescentes – de modo geral – da violência que grassa nas escolas, nas casas e noutros espaços que meninos e meninas frequentam. É possível observar que na maior parte destes relatos o assunto “violência” está presente já na origem das pautas, decorre do modo como instituições e especialistas apresentam o tema, não necessariamente de uma leitura dos fenômenos proposta pelo jornal.

4.1.1 Quem agride e onde?

A sistematização dos dados mostra que no grupo doméstico o pai ocupa o lugar de principal agressor. Considerando-se os anos de 2008 e 2009, em aproximadamente 16% dos textos a violência parte somente do pai da vítima, ou seja, os relatos não apontam para nenhuma outra pessoa que tenha participado da agressão. Por isso, deste percentual estão excluídas as menções ao caso Isabella Nardoni, pois além do pai, a madrasta também é acusada de ter participado do crime. Excluir o caso Isabella é importante também para mostrar que os pais são os mais citados entre os agressores, mesmo desconsiderado o caso de grande repercussão.

As mães aparecem em segundo lugar, sendo mencionadas como as únicas responsáveis pelo gesto de violência em 14% dos textos. Atuando de modo conjunto, o pai e a mãe aparecem como agressores em cerca de 4% dos textos. Já o pai e a madrasta aparecem como a dupla responsável pela violência em 12% dos casos e este índice é composto quase que de modo exclusivo pelos textos relacionados à morte de Isabella, uma vez que dos 121 textos que o compõem, apenas dois estão relacionados a outros casos.

Em quarto lugar, aparecem os padrastos, apontados como os únicos agressores em 10% dos textos. Por outro lado, não há registro em nossa pesquisa de algum caso em que a madrasta tenha atuado sozinha no cometimento de agressões. Essa figura aparece com destaque nos relatos do caso Isabella Nardoni, chegando mesmo a motivar a produção da reportagem “Elas não são megeras”, veiculada pelo *Super Notícia* no dia 18 de maio de 2008. É interessante notar, dessa maneira, como o grande caso está alinhado ao imaginário da madrasta malvada, claramente evocado no título da reportagem do *Super* e alimentado por clássicas histórias infantis como Bela Adormecida e Cinderela (RIBEIRO, 2005; FALCKE, WAGNER, 2000). Entretanto, no conjunto dos casos a madrasta não aparece na condição de única agressora, como ocorre com o pai, a mãe e o padrasto.

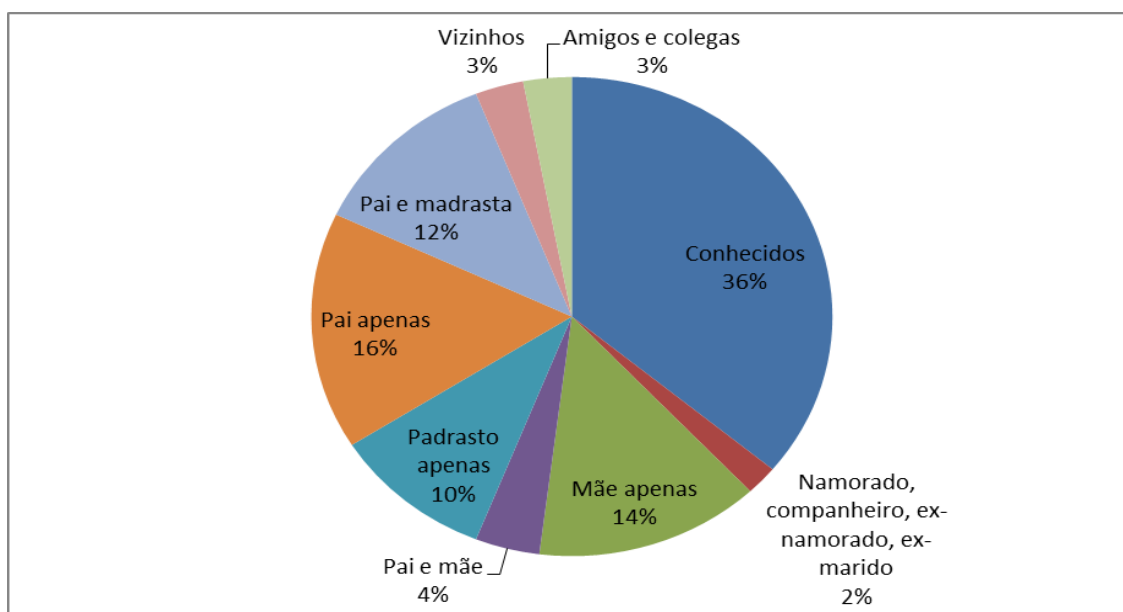
O grupo doméstico aparece na sequência e se dá a ver em quatro categorias: conhecidos⁴⁸ (36%), amigos e colegas (3%), vizinhos (3%) e namorado, companheiro, ex-namorado e ex-marido (2%). Desse modo, constatamos uma participação expressiva de membros do grupo doméstico como autores de violência contra crianças e adolescentes, o que revela a importância de termos ampliado o escopo de nossa pesquisa de modo a considerar pessoas que fazem parte do núcleo familiar expandido, como tios e avós, e também aqueles que não possuem nenhum vínculo familiar, mas se aproveitam das relações de confiança que possuem com meninos e meninas para agredi-los. Assim como não se espera que a violência ocorra no interior da família, também há ruptura de expectativas quando nos deparamos com situações de agressão protagonizadas por juízes de direito, membros de instituições religiosas (padres e pastores), diretoras de abrigos voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e até conselheiros tutelares, que possuem o dever legal de zelar pelos direitos da criança e do adolescente⁴⁹.

⁴⁸ A categoria “conhecidos” abriga uma grande variedade de atores, que são agrupados por valerm-se dos laços de confiança para agredirem meninos e meninas. Portanto, não se trata da violência cometida por estranhos, mas de casos em que os agressores convivem com as vítimas.

⁴⁹ As atribuições do conselho tutelar estão previstas no artigo 136 da Lei nº 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mesmo restringindo o universo das vítimas a pessoas com menos de 18 anos, namorados, companheiros, ex-namorados e ex-maridos já aparecem entre os agressores. Estes relatos não perfazem um percentual expressivo (alcançam cerca de 2% de todo material pesquisado), mas chamam atenção por sinalizarem uma manifestação precoce da violência nas relações amorosas. Estes relatos também são fortemente perpassados pelo viés do gênero, pois em todos eles as vítimas são do sexo feminino e os agressores do sexo masculino.

Gráfico 1 – Principais agressores considerados os anos de 2008 e 2009



Noutras formas de violência a relação entre os gêneros repete essa mesma dinâmica. O gênero masculino marca uma presença bastante acentuada no universo de agressores, com o pai sendo apontado como o principal agente da violência. Se considerarmos a figura do padrasto, os homens aparecem como agressores exclusivos em 26% dos relatos. Já entre as vítimas o cenário se inverte. Nos casos em que foi possível identificar o sexo da vítima, as meninas foram vítimas exclusivas em 68% dos textos, contra 32% que mencionaram apenas meninos⁵⁰. Neste cenário é preciso considerar que dois casos de grande repercussão, o caso Isabella e a violência sofrida pela menina de nove anos em Alagoinha, possuem homens como agressores (pai e padrasto, respectivamente) e meninas como vítimas.

⁵⁰ Excluímos destes dados os casos em que não foi possível identificar o sexo das vítimas e aqueles em que meninos e meninas aparecem como vítimas em uma mesma ocorrência.

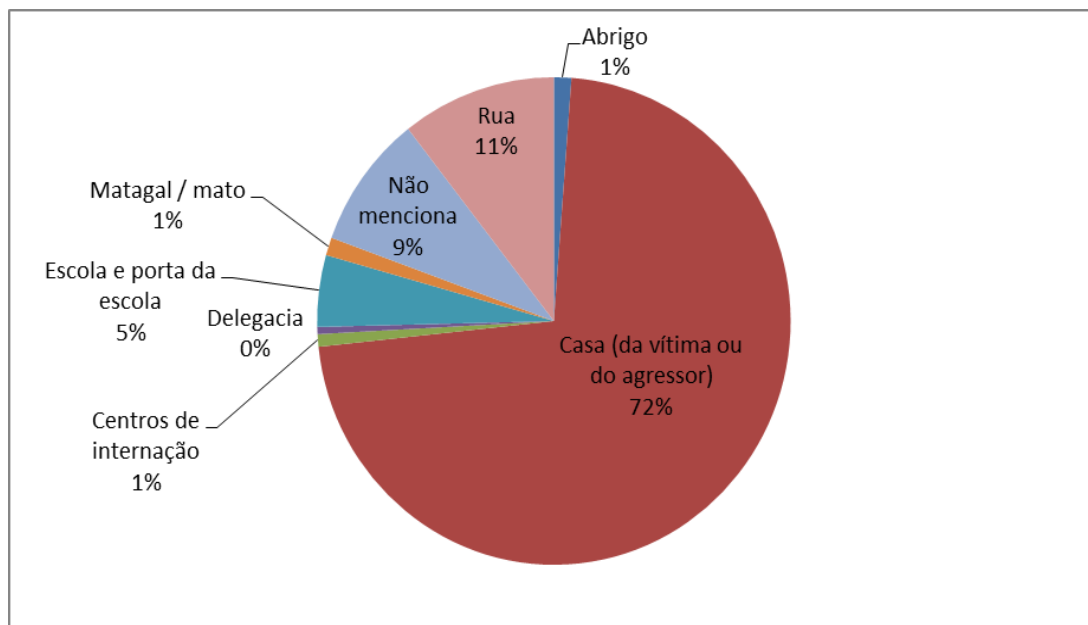
No intuito de sistematizar informações que ajudem a compreender as condições em que as violências registradas pelos jornais se deram, criamos também a categoria “ocupação dos agressores”. Entretanto, numa primeira visada, os resultados parecem não delinear um cenário muito claro, uma vez que em 81% dos textos essa informação não foi mencionada. Vemos nesta ausência uma expressão do caráter arquetípico deste noticiário, que busca primordialmente pela identificação de vítimas e agressores e destaca a relação que faz com que aquele gesto violento seja inesperado. Interessa mostrar que “o pai abusou da filha”, mas não se atribui importância a informações que conformem um quadro contextual. Portanto, a profissão, um “pormenor” usado com frequência nos relatos jornalísticos de modo a conferir um ar realista e de veracidade para a história reportada, torna-se um elemento secundário quando o que está em jogo são os arquétipos envolvidos nos relatos de violência contra crianças e adolescentes no grupo doméstico.

Já na fatia de 29% em que há referência à ocupação dos agressores detectamos pistas interessantes. Não há nenhuma profissão que apareça de modo muito destacado em relação às demais. As ocupações que aparecem com maior frequência são “pedreiro”, “médico” e “desempregado”, com 2% cada. É possível observar que a categoria “médico” apresenta uma intrínseca correlação com os casos de “mau trato *in utero*”, em que estes profissionais são acusados de terem sido omissos ou negligentes durante o atendimento às gestantes ou no parto. Além de médicos, são citadas profissões de maior reconhecimento ou prestígio social como advogado, juiz de direito, padre, professor, empresário, delegado, engenheiro. Entretanto, a lista de ocupações que estão relacionadas ao desempenho de funções de baixa remuneração é bem mais extensa e envolve profissões como: diarista, dona de casa, cozinheira, mecânico, auxiliar de escritório, auxiliar de laboratório, auxiliar de serviços gerais, babá, borracheiro, motorista, vendedora, vigilante, ajudante, agente penitenciário, entre outras. Como desenvolveremos no próximo capítulo, estas informações configuram-se como indícios importantes sobre o tipo de situação e de sujeitos que compõem o enredo das histórias contadas pelos jornais.

Se entre os principais agressores estão pai, mãe e padrasto, é de se esperar que a casa se configure como o espaço da agressão e é justamente isso o que acontece: em 72% dos relatos a casa, seja da vítima ou do agressor, é o local em que ocorre a violência. Em seguida, aparece a rua, com um percentual bem inferior, de apenas 11%. Em 9% dos casos não houve

menção ao local da agressão. Escola, abrigo, centro de internação e outros espaços aparecem com percentuais bem menores, como é possível observar no gráfico:

Gráfico 2 – Locais onde ocorre a agressão considerados os textos publicados em 2008 e 2009



A observação das cidades e dos estados onde os casos reportados ocorreram também é reveladora. Mesmo trabalhando com jornais de circulação local/regional e cientes de que os relatos de crimes por jornais impressos são comumente caracterizados pela “proximidade”, em nossa amostra a maior parte dos casos ocorre fora de Minas Gerais. Os registros ligados a outros países e estados correspondem a 59% dos textos, enquanto 41% se dão em cidades mineiras. No recorte por município, São Paulo aparece na frente, com 26%, seguido por Belo Horizonte, que concentra 21% dos casos, e por Alagoinha, em Pernambuco, com 11%. Estes três primeiros lugares demonstram o peso dos dois casos de grande repercussão que já mencionamos, a morte de Isabella Nardoni e a violência sexual cometida contra a garota de nove anos no interior de Pernambuco.

Em quarto lugar, aparece a cidade mineira de Ribeirão das Neves, (7%), seguida por Goiânia (6%) e Contagem (5%), esta última também situada em Minas Gerais. Chama atenção a presença de cidades estrangeiras, que somam 10% da amostra, dos quais 4% se referem à Áustria e têm relação com o caso, que também já mencionamos, do pai que manteve a filha em cárcere privado e teve sete filhos com ela. A predominância de

ocorrências que se dão em locais distantes também gera um distanciamento dos casos do dia a dia dos leitores, é como se a violência entre conhecidos não fizesse parte do seu cotidiano. Ao contrário dos relatos da violência cometida por desconhecidos, que comumente criam a sensação de que todos são vítimas potenciais (MELO, 2010), a maneira como os jornais reportam violência no grupo doméstico a apresenta como algo que ocorre noutros universos, distantes e diferentes do ambiente “regular” experimentado por quem lê as notícias.

4.2. “Como” os relatos se manifestam nas páginas dos jornais?

Apresentado esse breve panorama sobre os relatos que compõem o universo de textos com os quais trabalhamos, no que diz respeito aos tipos de violência, os locais em que ela ocorre e aqueles que são apontados como agressores, passamos ao segundo eixo que compõe este capítulo. Tomamos o regime de manifestação dos casos como ponto de observação por dois motivos: este elemento se apresenta como um critério que permite separar os “grandes” casos daqueles relatos pontuais, portanto é um marcador importante, uma vez que adotamos o caso Isabella Nardoni como um ponto de referência na observação de outras ocorrências de violência contra crianças e adolescentes publicadas pelos jornais. Além disso, norteamos o trabalho pela relação estabelecida entre as dimensões visível e invisível na cobertura jornalística, e olhar para os textos sob esta perspectiva revela que a capacidade de fixação nas páginas dos jornais é uma característica importante para distinguir aqueles casos que alcançam maior visibilidade daqueles que, mesmo tendo sido publicados no jornal, parecem permanecer invisíveis.

4.2.1 Daqueles que “duram” menos

Em nossa pesquisa, os relatos pontuais, publicados em apenas uma edição do jornal, são maioria. Isso significa os jornais não buscam pelas consequências destas histórias, seus desdobramentos e nem as acionam de modo explícito como uma “memória” para uma nova história que surja no dia seguinte. Deste amplo universo de textos que fazem referência a um

episódio citado apenas uma vez nos jornais, selecionamos alguns que possuem características que parecem marcantes e reveladoras do conjunto.

4.2.1.1 Violência institucional

Para iniciar esta análise, escolhemos dois textos publicados no dia 29 de março de 2008, um no jornal *O Tempo*⁵¹ e outro no *Super Notícia*⁵². Ambos reportam uma denúncia de maus-tratos e cárcere privado em um abrigo em São Gotardo, no Triângulo Mineiro. Como os dois jornais pertencem ao mesmo grupo editorial, ambas as notícias são assinadas pela mesma repórter e é possível observar que o texto publicado no *O Tempo*, com três parágrafos, é uma síntese daquele publicado no *Super*, que dedica cinco parágrafos ao relato do caso.

O que chama nossa atenção é que diferentemente do que acontece em mais de 70% dos casos, o espaço da agressão não é a casa da vítima ou do agressor, mas o de uma instituição pública criada com o propósito de acolher crianças e adolescentes “vítimas de violência doméstica”, como explicam os dois jornais. O caráter institucional dessa violência torna-a ainda mais surpreendente, pois tal espaço é criado justamente para proteger meninos e meninas que já enfrentaram ocorrências de agressão em suas famílias.

Ambos os textos descrevem a situação encontrada no abrigo a partir do depoimento do presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ordonhes Silva, que visitou a instituição após uma denúncia do conselho tutelar. O mesmo depoimento é utilizado pelos jornais com pequenas diferenças, que revelam a necessidade que *O Tempo* teve de reduzir alguns caracteres. No *Super*, é publicado o seguinte trecho: “Fomos até o local e encontramos todas elas em um cômodo com janelas fechadas, sem colchão e alimentando-se de pães velhos. Não havia água” (SUPER, 29/03/2008). Já *O Tempo* apresenta o depoimento da seguinte maneira: “Fomos até o local e encontramos todas as meninas em um quarto fechado, sem colchão e alimentando-se de pães velhos e sem água” (O TEMPO, 29/03/2008).

A situação descrita pelo depoimento é de extrema penúria. As “meninas” ou “elas” são sete e não sabemos quais são suas idades, apenas que foram para o abrigo por causa da

⁵¹ São Gotardo MP apura maus tratos em abrigo. *O Tempo*, Belo Horizonte, 29 fev. 2008.

⁵² Jovens sofrem em abrigo. *Super Notícia*, Belo Horizonte, 29 fev. 2008.

violência doméstica. Os textos também não trazem explicações que ajudem a compreender o que as levou a serem privadas de liberdade, de um ambiente salubre e de uma alimentação adequada. No *Super*, é mencionado que a diretora disse apenas estar “cumprindo normas da instituição”. Evidentemente estas normas são legalmente incompatíveis com o que deve acontecer em espaços destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil⁵³.

De acordo com o *Super*, a instituição é mantida com recursos da prefeitura, portanto trata-se de verba pública. Ainda que funcionasse apenas com doações ou trabalho voluntário, a situação é grave, mas se funciona como uma política pública, os órgãos do município passam a assumir uma responsabilidade ainda maior na fiscalização dos serviços prestados. O Ministério Público é mencionado nos dois textos, mas não aparece como fonte. As notícias se sustentam majoritariamente sobre as informações repassadas pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Apenas o *Super* deixa claro que além das sete meninas encontradas no quarto, o abrigo recebe outras crianças, que seriam 25 ao todo, com idades entre 3 meses e 17 anos. De modo geral, o texto de *Super* traz mais informações e ajuda a compreender um pouco melhor as agressões denunciadas. No entanto, há muitos pontos obscuros. Os dois textos mencionam a expulsão de uma jovem de 17 anos, que também teria sofrido agressões no abrigo, mas não é possível compreender o que ocorreu. Essa e outras dúvidas continuarão sem resposta, uma vez que não encontramos em nenhum dos jornais outra notícia que trouxesse desdobramentos sobre o caso⁵⁴. A ausência de notícias relacionadas a esse episódio em dias posteriores nos provoca estranhamento, pois a denúncia é bastante grave e, ainda que o presidente do Conselho Municipal confirme que as garotas tenham sido encontradas presas, há controvérsias que poderiam funcionar como incentivo para que os jornais continuassem a investigar o caso. Além disso, dada a quantidade de vítimas e a gravidade da situação é de se

⁵³ O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que todos os indivíduos de zero a dezoito anos têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Além disso, as diretrizes para o funcionamento de instituições destinadas ao acolhimento de meninos e meninas estão detalhadas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O plano está disponível em: <[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc)>. Acesso em 4 jan. 2013.

⁵⁴ De todo o material analisado, apenas 17 relatos mencionam violências ocorridas em espaços dedicados ao acolhimento de crianças e adolescentes. Destes, 10 estão relacionados a ocorrências que se dão em abrigos para meninos e meninas em situação de vulnerabilidade e 7 a violências e mortes que ocorreram em centros de internação voltados para adolescentes do sexo masculino que cometeram atos infracionais. Já as escolas apareceram como cenário de violência em 37 textos. Consideramos que é plausível pensar que, assim como ocorre no seio da família, estas instituições também preservam no espaço intramuros um número bem maior de violências do que aquelas que alcançam as páginas dos jornais.

esperar que os jornais acompanhassem os desenrolar daquela história de modo a noticiar a identificação de responsáveis, as sanções às quais seriam submetidos e as providências tomadas em relação às crianças e aos adolescentes que estavam acolhidos na instituição.

4.2.1.2. Invisibilidade do dano psicológico

Se a violência dentro de instituições aparece com pouca frequência no material coletado, outro aspecto que nos chamou atenção por sua dimensão invisível é a “violência psicológica”. Considerados os textos publicados em 2008 e 2009, esse tipo de agressão aparece em quinto lugar, empatado com “abandono”, o que corresponde a 8% da amostra⁵⁵. Como já realçamos no capítulo metodológico, as violências se dão recorrentemente em associação, ainda que o relato jornalístico ressalte marcas físicas, é evidente que o sofrimento psicológico também ocorre quando uma criança ou adolescente é vítima de negligência, abuso sexual ou abandono, para citar apenas algumas agressões. Entretanto, o que observamos é que os relatos não trazem à tona essa face da agressão e privilegiam a descrição dos locais e das condições físicas em que as vítimas foram encontradas. Como nosso gesto de classificação se dá em função dos aspectos realçados pelos jornais, os casos que colocamos sob a rubrica da “violência psicológica” são aqueles em que é clara uma situação de violência, porém ela não implica dano físico. Dessa forma, o dano psicológico só apareceu com destaque em casos de tentativa de “venda” de crianças, sequestro, alienação parental⁵⁶, atos violentos praticados contra outras pessoas, presenciados por meninos e meninas, e numa situação bastante localizada, em que o Ministério Público moveu uma ação contra dois casais que adotaram duas meninas, em Uberlândia, e as devolveram à Justiça, sem explicar o que os levou a tomar tal decisão.

A notícia “Mais um final trágico”, publicada pelo *Super* em maio de 2009 é bastante representativa deste universo. Inconformado com a separação, o marido mata a esposa a

⁵⁵ Em 2009, o tema aparece em 11% dos textos, enquanto em 2008 atinge apenas 5%. Essa diferença explica-se, principalmente, pela ocorrência da disputa pela guarda do garoto Sean, entre o pai o norte-americano e a família brasileira.

⁵⁶ A Lei 12.318 de 2010 dá a seguinte definição para alienação parental: “Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este” (BRASIL, 2010).

facadas “na frente do filho de três anos” (SUPER NOTÍCIA, 18/05/2009), como ressalta o jornal na chamada de capa. No interior da notícia, a presença da criança e o sofrimento a que é submetida são descritos da seguinte maneira: “No momento do assassinato, o filho do casal estava no local e começou a chorar, ouvindo os gritos da mãe pedindo socorro” (SUPER NOTÍCIA, 18/05/2009). Desse modo, o choro aparece como a expressão do sofrimento e é interessante notar a cadeia de relações que o jornal estabelece: a criança chora ao ouvir os gritos da mãe. Assim, o relato assume um tom em que parece ser elaborado por alguém que presenciou o crime e, mais do que isso, é capaz de interpretar a reação do menino.

O cotejamento de textos sobre uma mesma ocorrência publicada nos três jornais também é revelador de como a apuração desses casos que denominamos de “curta duração” mobiliza esforços de ordem distinta. No dia 5 de março de 2008, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícia* publicam textos relacionados à tentativa de um pai de vender a filha por mil reais. Neste ponto, já reside uma pequena controvérsia: de acordo com o *EM*, o pai teria tentado vender as filhas de 4 meses e 2 anos de idade. Já os relatos de *O Tempo* e *Super*, mais uma vez assinados pelo mesmo repórter, afirmam que o pai teria tentado vender apenas a filha de 4 meses. A menina de 2 anos de idade teria sido ameaçada com uma faca no momento em que a mãe tentou ligar para a polícia. Inclusive a mãe também teria sido agredida pelo marido, sofrendo um corte no braço. As circunstâncias em que esta agressão acontece também são apresentadas de modo distinto pelos jornais. O *EM* afirma que ao tentar retirar a filha dos braços do pai, a mulher teria sofrido um golpe de faca. Já *O Tempo* e *Super* relatam que a agressão aconteceu durante uma discussão entre o casal.

Se, inicialmente, estes conflitos de informação podem parecer apenas detalhes, nós os consideramos como indicadores do nível de atenção que os jornais dedicam a este tipo de caso. É como se naquele contexto não fizesse diferença se o pai tentou vender uma ou duas filhas. No *EM*, o relato não passa de uma nota, que divide espaço com uma série de outros pequenos textos que tratam de assuntos como a prisão de Policiais Militares no Paraná e um desabamento no Rio de Janeiro. A escrita é telegráfica, não se dispõe de espaço e de tempo para abordar o caso, como demonstra o trecho: “A mãe foi levada para o Hospital Municipal de Contagem. Integrantes do Conselho Tutelar chamaram a polícia. Alessandro, com sinais de embriaguez, não resistiu à prisão. As crianças ficaram sob a guarda da avó materna” (ESTADO DE MINAS, 05/03/2008).

Em *O Tempo*, o caso é relatado em um texto de quatro parágrafos, assinado. O maior destaque fica por conta do *Super*, que anuncia numa pequena chamada na capa: “Preso por tentar matar mulher e vender a filha” (SUPER NOTÍCIA, 05/03/2008). Comparado com os outros dois jornais, o relato é extenso, com direito a duas retrancas, uma sobre a situação do agressor, que estaria em liberdade provisória há 15 dias, e outra sobre as dificuldades que o estado de Minas Gerais enfrenta no tratamento dos casos que envolvem violência doméstica, devido à ausência de um Juizado dedicado a esse tipo de crime e de outras estruturas que deveriam atuar nesses casos. Além de oferecer mais informações sobre a situação em que a família se encontrava, o *Super* é o único dos três jornais a empreender um gesto de contextualização, algo tão reivindicado pela ANDI⁵⁷ como indicador de um jornalismo que consiga ultrapassar os limites do relato pontual e entender o universo em que ele está inserido, apontando para as falhas das políticas públicas que deveriam atender os envolvidos em situações de violação de direitos.

No caso dessa tentativa de “venda”, assim como na maioria dos textos que classificamos sob a rubrica “violência psicológica”, a identificação do tipo de agressão resulta da leitura que fazemos do material e menos dos aspectos que o próprio texto evidencia. Nesse sentido, um relato específico nos oferece uma pista interessante para compreender as dificuldades de se destacar as consequências psicológicas das agressões. Trata-se de ações movidas pelo Ministério Público Estadual contra duas famílias de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que devolveram à Justiça meninas que haviam adotado. A notícia é publicada nos três jornais, mas *O Tempo* e *Super Notícia* mencionam a história de apenas uma menina. De todo modo, a justificativa utilizada pelo promotor de justiça é o dano psicológico provocado às meninas. No relato do *Estado de Minas*, sinaliza-se que a ação é inédita no país, mas sabe-se que “há registro de outros casos de devolução de crianças e adolescentes” (ESTADO DE MINAS, 27/05/2009). O que nos parece curioso é que se esse procedimento tiver sido mesmo inédito, sob a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente desde 1990, apenas 19 anos depois, em 2009, é que se apresenta uma ação contra este tipo de dano, que parece ocorrer com alguma frequência, um cenário que nos indica que o próprio Sistema de Justiça enfrenta dificuldades em lidar com a dimensão psicológica da violência. Este aspecto também nos

⁵⁷ Em várias publicações a ANDI sinaliza a importância de que a imprensa seja capaz ultrapassar os relatos circunscritos ao factual e aborde também questões ligadas a políticas públicas e a busca de soluções. Como exemplo citamos o relatório *Imprensa, infância e desenvolvimento humano: uma retrospectiva de sete anos de análise de mídia* (ANDI, 2006).

permite observar a articulação entre os dois níveis de invisibilidade que nos propomos a investigar. No conjunto de todos os textos, a violência psicológica não aparece com destaque, e isso parece estar intimamente ligado com a dificuldade de se reconhecer essa dimensão nos casos de violência e de colocá-la em evidência no interior de cada relato.

4.2.1.3. Um relato e vários casos

Outra estratégia comumente utilizada na tessitura dos relatos dos casos “menos duráveis” é o agrupamento destas ocorrências, que estão aparentemente ligadas pela semelhança entre o tipo de agressão cometido e as características de vítimas e agressores, em uma mesma notícia. Nesse sentido, optamos por apresentar a íntegra de uma matéria que reúne estes elementos e foi publicada no jornal *Estado de Minas*, no dia 28 de fevereiro de 2008⁵⁸.

Mãe larga bebê na rua

Novo caso de abandono, desta vez em Contagem, na Grande BH, comove moradores e obriga Justiça a intervir. Estudo mostra que rejeição é causa de um quarto dos abrigamentos

O Juizado da Infância e da Juventude de Contagem, na Grande BH, decide nos próximos dias o destino do bebê abandonado na noite de terça-feira pela mãe em uma rua da Vila Paris, no Bairro Água Branca. A criança foi deixada pela desempregada Solange Gomes de Oliveira, de 27 anos, na porta da casa do pai, que não estava no imóvel. O objetivo era pressioná-lo a comprar remédios para o filho. Vizinhos ouviram o choro da criança e chamaram a polícia.

O caso ocorreu dois dias depois de uma mulher abandonar por dois dias os filhos de 2 e 4 anos na casa onde moram, no Bairro Pindorama, na Região Noroeste de BH. As crianças foram levadas para um abrigo e técnicos do Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte devem entregar, na próxima semana, relatório social para o juiz decidir se as crianças podem voltar para a família ou se serão encaminhadas à adoção.

Estudo realizado nos 75 abrigos da capital mostrou que a rejeição ou negligência dos pais é responsável por quase um quarto dos abrigamentos de crianças e adolescentes, maior índice entre as razões pesquisadas. Pesquisa divulgada domingo pelo *Estado de*

⁵⁸ Também optamos pela discussão a respeito desta notícia de modo específico por compreender que, além de ser representativa das características que identificamos nos textos sobre violência contra crianças e adolescentes de modo geral, ela traz sinalizações importantes sobre o fato de que as mães são identificadas como as principais (se não as únicas) responsáveis pelos cuidados com a prole. Dedicaremos maior atenção a esse assunto no próximo capítulo, mas julgamos ser conveniente já iniciar a sua exploração, uma vez que aparece de modo significativo nos relatos “menos duráveis”.

Minas também constatou que mais de 70% dos atos de violência contra crianças e adolescentes em BH são cometidos pelos próprios pais, padrastos e madrastas.

A mãe da criança abandonada em Contagem chegou a ser detida pela polícia, em casa. Ela deve prestar depoimento na delegacia da região, para tentar explicar por que deixou o bebê na rua. O menino, ainda não registrado, foi recolhido por funcionários do Conselho Tutelar Eldorado e levado para o Hospital Municipal de Contagem. A criança estava com muitas assaduras nas nádegas. “Ela foi transferida para o Pronto-Socorro JK, em que foi medicada e passou a noite”, contou o conselheiro tutelar Geraldo Alves.

Na manhã de ontem, a criança foi levada para o Juizado e encaminhada a uma família acolhedora, que ficará com a guarda provisória. Segundo o conselheiro, Solange chegou a procurar o órgão e disse passar por graves problemas financeiros. Durante o atendimento, ela disse que não sabia como cuidar da criança sem a ajuda do pai, com quem tem mais dois filhos: “Nós a encaminhamos à Casa da Família, órgão da prefeitura onde poderia receber cesta básica e fazer o cadastro em programas de renda, como o Bolsa-Família”, contou Geraldo Alves.

A ausência do pai é uma das causas do abandono registrado segunda-feira no Bairro Pindorama, segundo o conselho tutelar da região. A mãe dos meninos disse que passou as noites trabalhando, por isso teria deixado as crianças em casa. Mas não justificou o mau estado em que os filhos foram encontrados pela polícia: sujos, com ferimentos e comendo leite em pó derramado no chão, segundo a 8ª companhia do 34º Batalhão da PM.

De acordo com o Juizado da Infância e da Juventude de BH, 194 pessoas estão inscritas atualmente no Programa Pais de Plantão, para receber crianças de até 1 ano entregues ou abandonadas pelos pais biológicos. O processo de guarda temporária pode culminar na adoção, que é definitiva. “Depois que uma criança entra no programa, pode acontecer de voltar à família biológica, mas casos assim são raros”, disse a assistente social Márcia Alves. O Juizado não dispõe de dados estatísticos sobre crianças abandonadas em BH.

VALE DO AÇO

O motorista Reinaldo Conrado Pereira, de 20 anos, foi preso em flagrante pela Polícia Militar, depois de espancar a enteada de 5 anos. O crime foi na madrugada de ontem, em Coronel Fabriciano, no Vale do Aço. As agressões foram denunciadas pela mãe da criança, a dona-de-casa Valdenice da Silva Almeida, de 26 anos, mulher do motorista. As agressões ocorreram na casa dos dois, no Bairro Morada do Vale. “Essa não foi a primeira vez que ele agrediu minha filha. Teve uma vez que ele bateu nela com um pedaço de madeira na cabeça. Eu não chamava a polícia por medo. Mas ontem foi a gota d’água”, desabafou Valdenice.

A criança foi atendida no Hospital Siderúrgica, medicada e liberada. A menina ainda fez por exame de corpo delito no Instituto Médico-Legal de Ipatinga, o que comprovou as agressões sofridas. Em depoimento à Polícia Civil, Reinaldo admitiu o crime. “Ela não queria dormir e acabei perdendo a cabeça. Estou arrependido do que fiz e agora vou pagar o que devo à Justiça”, alegou (ESTADO DE MINAS, 28/02/2008).

A notícia reúne três casos em que as vítimas são crianças de pouca idade e os agressores fazem parte do círculo familiar, as mães nos dois primeiros casos, e o padrasto, no último. Entretanto, as famílias em que essas agressões acontecem não possuem uma configuração compatível com o modelo nuclear, tradicionalmente composto por pai, mãe e filhos. O pai faz-se ausente em todas elas, no terceiro caso a agressão parte inclusive do padrasto. Essa ausência paterna é evocada como ponto articulador entre os casos de abandono registrados em Contagem e Belo Horizonte. No entanto, a omissão paterna não é colocada como algo que justifique a postura adotada pelas mães. A matéria não apresenta os motivos

que levaram a esta ausência e minimiza o ônus que ela gera às mães e às crianças. Recebem mais atenção as sanções que serão aplicadas às agressoras e o encaminhamento dado a meninos e meninas. Tal postura se evidencia ao longo de toda a elaboração do texto e fica explícita na passagem que trata do depoimento que a mãe “desempregada” Solange Gomes deverá prestar à polícia “para tentar explicar por que deixou o bebê na rua” (ESTADO DE MINAS, 28/02/2008). Ao definir como uma tentativa de explicação, a matéria já deixa clara a posição de que não há argumentos que relevem aquele gesto. Do mesmo modo, a mãe que abandonou os filhos de dois e quatro anos no bairro Pindorama – cujo nome e profissão não são mencionados no texto – não apresenta justificativa para o “mau estado em que os filhos foram encontrados” (ESTADO DE MINAS, 28/02/2008).

Interessante observar também que a proximidade temporal (apenas dois dias separam um do outro) e a postura negligente de duas mães em relação a crianças pequenas são apresentadas pelo jornal como fatores que constituem um elo entre as duas ocorrências. No entanto, a natureza do esforço empreendido nesta articulação é extremamente frágil. O caso no Bairro Pindorama, em Belo Horizonte, é lembrado de modo bastante rápido. A mulher é evocada como mãe-agressora, não possui nome, sobrenome ou profissão, sabe-se apenas que ela passou as noites trabalhando. Mais frágil ainda é a ligação com o caso registrado em Coronel Fabriciano, não se trata mais de abandono, mas de violência física, e o papel de agressor é desempenhado pelo padrasto. No entanto, é possível notar que, de alguma maneira, pontua-se também a negligência materna, uma vez que a mãe ainda não havia denunciado as agressões repetidas que o companheiro praticava contra a filha de cinco anos.

O gesto de articulação das histórias se faz presente ainda nas estatísticas que o jornal apresenta sobre os motivos que fazem com que as crianças e os adolescentes sejam afastados de suas famílias e encaminhados a abrigos. Vê-se, desse modo, um movimento em que se procura inserir aquelas ocorrências, aparentemente isoladas, num cenário social mais amplo. Este cenário revela que, em 70% dos casos a violência parte dos pais, padrastos e madrastas. A matéria também ressalta que quando essas famílias irregulares ou “biológicas”, como identifica o texto, não dão conta dos cuidados com os filhos que têm menos de um ano de idade, os Pais de Plantão estão dispostos a acolhê-los. Para esses, há a oportunidade de um lar. Assim, ainda que sejam pais adotivos, o modelo correto de acolhida e de família está no programa Pais de Plantão, que parece ser bem sucedido pelo fato de que dificilmente as

crianças voltarão ao seio da família biológica, que falhou nos primeiros cuidados com seus filhos.

A infância presente neste relato, assim como nos outros que fazem parte da nossa pesquisa, é primordialmente caracterizada como uma fase em que o ser humano é frágil e indefeso. Essas características se acentuam de modo proporcional à redução da idade; assim quanto menores e mais frágeis, mais cruel é o fato de sofrerem agressões. Para dar relevância a tal agravante, é comum os relatos colocarem foco na situação de saúde das crianças que foram vítimas de alguma agressão. Mencionar as assaduras, no caso do bebê abandonado em Contagem, e os ferimentos e o fato de estarem comendo leite em pó espalhado no chão, no caso das crianças de 2 e 4 anos encontradas no caso do Bairro Pindorama, revela o quanto elas são frágeis e precisam de cuidados. Ao destacar estas informações, a notícia “nos faz ver” que o gesto de negligência daquelas mães deixa marcas físicas, portanto, o abandono não é menos doloroso do que outros tipos de agressão.

No caso deste relato e dos outros que mapeamos em que há o agrupamento de vários casos, o que observamos é que o fator “crueldade” alinhava as diversas ocorrências. É ele que permite reunir num mesmo quadro diferentes violências, agressores e vítimas, distribuídos por territórios esparsos.

4.2.2 Daqueles que “duram” mais

Apesar do grande número de textos que compõem nossa pesquisa, não foi difícil identificar os casos que conseguiram se fixar por mais tempo sobre a superfície dos jornais. Para compreender essa “durabilidade” utilizamos como critério a quantidade de dias em que foram publicados registros relacionados àquela história⁵⁹. Desse modo, chegamos a nove casos, que ainda que agrupados no mesmo conjunto, constituem um regime de aparição bastante heterogêneo, como mostra a tabela a seguir:

⁵⁹ Na elaboração deste critério não consideramos se o caso foi mencionado nos três jornais analisados em nossa pesquisa ou se teve uma cobertura mais significativa em um dos veículos na comparação com os demais, a definição se dá exclusivamente pela quantidade de dias em que houve publicação de textos relacionados ao caso. Adotamos tal gesto metodológico porque, como explicitado em outros momentos deste trabalho, nossos instrumentos de coleta não nos permitem afirmar que todos os registros de violência contra crianças e adolescentes foram capturados, por isso, não seria adequado construir um *ranking* entre os jornais. Além disso, neste ponto nos interessa observar por quanto tempo determinado caso é objeto de atenção da imprensa de maneira geral.

Tabela 5: Casos considerados “duráveis”

Caso	Quantidade de dias e ano de publicação
Isabella Nardoni: aos cinco anos, menina é encontrada morta no jardim do prédio em que moravam o pai e a madrasta, que são acusados de assassiná-la.	57 dias em 2008 e 8 dias em 2009 (Total: 65 dias)
Alagoinha: menina de nove anos fica grávida de gêmeos em decorrência dos abusos cometidos pelo padrasto.	21 dias em 2009
Fritzl: pai austríaco manteve a filha em cárcere privado por 24 anos e teve sete filhos com ela.	6 dias em 2008 e 9 dias em 2009 (Total: 15 dias)
Sean: pai norte-americano aciona a justiça para reaver a guarda do filho, que aos quatro anos de idade foi trazido ao Brasil pela mãe e, desde então, não voltou a ter contato com o pai.	10 dias em 2009
Menina assassinada em Uberlândia: menina de doze anos é esquartejada. A vizinha é a principal suspeita de ter cometido o crime.	9 dias em 2009
Catanduva: uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado começa a investigar uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Catanduva, interior de São Paulo.	9 dias em 2009
Janken: ex-jogador de futebol é acusado de matar a esposa, em São Paulo, e fugir com o filho de um ano de idade.	8 dias em 2009
Menina torturada em Goiânia: menina de doze anos é torturada por empresária.	8 dias em 2008
Menino encontrado no matagal em Ribeirão das Neves: menino de um ano de idade é encontrado sozinho em um matagal no município de Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte.	4 dias em 2008 ⁶⁰

Quando se observa o conjunto, salta aos olhos a enorme discrepância do caso Isabella em relação aos demais. Identificamos registros relacionados ao caso ao longo de 65 dias,

⁶⁰ O limite mínimo de quatro dias para que o caso seja considerado “durável” se deu em função do comportamento manifesto pela própria cobertura. Abaixo dessa quantidade de dias são identificados muitos casos, o que não só dificultaria a análise, mas é indicador da forma episódica que caracteriza o jornalismo nessa situação de comunicação. Além disso, tomando os primeiros casos da tabela como referência, procuramos criar um espectro reduzido de casos “duráveis”, reunindo aqueles que de fato se destacaram dos demais.

considerados os anos de 2008 e 2009. Vale ressaltar que, no ano de 2008, há registros até o dia 28 de maio, quando estabelecemos o limite de nossa coleta, ou seja, podemos assegurar que o caso perdurou por outros dias, além daqueles considerados em nossa pesquisa, embora não seja possível contabilizá-los. Também chama a atenção a longa sequência de publicação: identificamos registros que vão do dia 31 de março de 2008 a 23 de maio de 2008, ou seja, por pelo menos **54 dias** o caso foi reportado pelos jornais mineiros sem interrupção, o que significa que durante todo o mês de abril de 2008 foram publicados textos relacionados à morte de Isabella. Nenhum dos outros casos identificados em nossa pesquisa possui um regime de aparição tão consistente. Basta considerar, por exemplo, que a história da menina de Alagoinha, que aparece em segundo lugar na tabela, apresenta registros que chegam a 21 dias.

Se em termos de continuidade estes dois primeiros casos apresentam diferenças, as rotas seguidas pelas coberturas os distanciam de modo ainda mais significativo. Enquanto os textos relacionados ao caso Isabella mantêm uma relação estreita com a menina, os agressores e a violência sofrida, tecendo um relato praticamente diário dos passos percorridos pela investigação, a cobertura sobre o caso da menina de nove anos segue um caminho bastante diferente e revela um progressivo e acentuado afastamento da vítima e da situação enfrentada por aquela família.

Os primeiros textos que identificamos em nossa pesquisa relacionados ao caso são publicados no dia 28 de fevereiro de 2009. No fragmento de *O Tempo*, além da menina de 9 anos, que está grávida, menciona-se que o padrasto também abusava da irmã mais velha, de 14 anos (O TEMPO, 28/02/2009). Posteriormente, *Estado de Minas* e *Super Notícia* também citam as agressões à irmã, mas trata-se de uma vítima invisível, pois dos 71 textos relacionados ao caso, apenas sete fazem referência à irmã e sempre de modo bastante ligeiro. A invisibilidade a que se relega a menina chega a ser perversa e se exprime no descuido dos jornais ao mencioná-la. O *Super Notícia* diz apenas que ela tem 14 anos. *O Tempo* e *Estado de Minas* mencionam que possui deficiência, mas as informações são desconstruídas. Nas edições dos dias 28 de fevereiro, 5 e 11 de março, *O Tempo* apresenta as respectivas definições para a menina: “deficiente”, “portadora de deficiências física e mental” e “adolescente deficiente de 13 anos” (O TEMPO). Note-se que nesta última definição há mudança na idade, que em todos os outros textos é mencionada como sendo de 14 anos. No *Estado de Minas*, o primeiro texto que faz menção à adolescente diz que ela tem “deficiência

física” (ESTADO DE MINAS, 02/03/2009). Cinco dias depois, diz-se que a menina “tem problemas mentais” (ESTADO DE MINAS, 07/03/2009) e no último fragmento publicado pelo jornal a adolescente é apresentada como “deficiente mental” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009).

Não podemos dizer, contudo, que as atenções se voltam para a menina de 9 anos que, no dia 4 de março, passa por um aborto no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, situado no Recife. O procedimento é autorizado pela família e não infringe leis brasileiras, pois a gravidez decorria de estupro e representava risco à saúde da mãe. No entanto, a Igreja Católica tenta impedir a realização do aborto e, depois que ele acontece, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, posiciona-se de modo contundente. “O líder [arcebispo] afirmou que todos os envolvidos no procedimento cirúrgico, incluindo os médicos e integrantes de ONGs feministas que apoiaram a interrupção, com exceção da menina, foram excomungados da instituição religiosa” (ESTADO DE MINAS, 05/03/2009). À época, o ministro da saúde, José Gomes Temporão, e o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestaram-se de modo contrário ao arcebispo e a repercussão do posicionamento dos líderes políticos e religiosos é que passa a dar o tom da cobertura. Os títulos dos textos permitem observar esse deslocamento:

- Padrasto engravida enteada de 9 anos e é preso – 28/02/2009 – *O Tempo*
- Grávida de gêmeos do padrasto aborta – 05/03/2009 – *Super Notícia*
- Igreja lamenta aborto – 05/03/2009 – *Estado de Minas*
- Temporão reprovando decisão de arcebispo sobre aborto de menina – 06/03/2009 – *Super Notícia*
- Lula critica Igreja e defende médicos – 07/03/2009 – *Estado de Minas*
- Arcebispo rebate críticas – 08/03/2009 – *Estado de Minas*
- A lei dos homens – 10/03/2009 – *O Tempo*
- Debate sobre legalização do aborto em momento decisivo – 23/03/2009 – *O Tempo*

Desse modo, é o envolvimento de lideranças políticas e religiosas que dá fôlego ao caso, tornando-se fator primordial na conquista desta durabilidade tão significativa. A cobertura passa a ser composta por uma série de textos em que é travado um embate sobre quem estaria com a razão: a Igreja ou o Estado? A legalidade do aborto e a correção da

excomunhão anunciada pelo arcebispo tornam-se os dois principais motes da cobertura e, desse modo, são estes temas que alcançam visibilidade. O caso propriamente dito passa a servir de “gancho”, como define o jargão jornalístico, para o debate de questões como a legalização do aborto e a legitimidade da interferência da Igreja Católica nesses assuntos. O desenrolar da história torna-se uma questão periférica: a menina, sua irmã e o sofrimento que atravessam desaparecem.

Esse movimento é observado tanto no conteúdo das notícias quanto nos textos de opinião, como cartas de leitores e artigos, que aparecem em quantidade muito significativa, diferentemente do que ocorre com os demais casos considerados em nossa pesquisa⁶¹. Dos 71 registros que coletamos relacionados ao caso de Alagoinha, 35 (ou 49%) são textos de opinião. Neste universo, **todos** os fragmentos fazem menção à Igreja Católica, o que reforça a importância da manifestação do arcebispo para a durabilidade do caso, no entanto, essa permanência ao longo dos dias nas páginas dos jornais não implica visibilidade para a menina ou para a situação de sua família, como ressaltamos.

Os dois últimos registros que encontramos adotam uma espécie de “retorno ao caso propriamente dito” e dão destaque ao fato de que a mãe também foi indiciada pelo inquérito policial. Os textos, publicados no *Estado de Minas* e n’*O Tempo*, no dia 29 de março de 2009, possuem vários trechos idênticos, o que indica que foram reproduzidos a partir de agências de notícias. A tônica das notícias é a desconfiança sobre o papel exercido pela mãe. Há destaque para a fala do delegado: “Faltou à mãe responsabilidade de zelar pelas filhas, afinal, ela diz que cuidava pessoalmente da higiene das crianças, que acompanhava o dia-a-dia das filhas. Como não notar o estupro e a gravidez numa situação como essa?” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009)⁶². O *EM* insiste na apuração deste aspecto e reitera: “De acordo com fontes ligadas à Secretaria de Mulher, a mãe continua negando que soubesse dos abusos” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009). Ambos os jornais também destacam que a mulher deverá passar por exames de sanidade mental, pois há a suspeita de que possua algum distúrbio. Sobre o futuro da família, o *Estado de Minas* informa que o padrasto continua preso e que “a expectativa é de que mãe e filhas passem a morar em um bairro do subúrbio de Recife e sejam

⁶¹ Até mesmo o caso Isabella Nardoni, que também ocupa um espaço significativo nas seções tradicionalmente reconhecidas como de “Opinião”, apresenta um comportamento distinto. Dos 125 registros coletados que possuem relação com a morte da menina, 20% correspondem a cartas de leitores, artigos ou editoriais. No caso de Alagoinha esse índice mais do que dobra, atingindo 49% dos textos.

⁶² Essa mesma manifestação do delegado é publicada n’*O Tempo*, porém há a supressão de um pequeno trecho. “Faltou à mãe responsabilidade de zelar pelas filhas, afinal, ela diz que cuidava pessoalmente da higiene das crianças. Como não notar o estupro e a gravidez numa situação como essa?” (O TEMPO, 29/03/2009).

integradas em programas sociais governamentais” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009). Um desfecho pouco promissor, mas coerente com a história que se desenhou até ali, para mulheres pobres vindas do interior de Pernambuco não haveria muitas possibilidades além da periferia da capital, e isso não é apresentado como algo problemático pela cobertura jornalística, ainda que signifique a possibilidade de que continuem expostas a outras violências.

4.2.2.1 Durabilidade e memória

A disposição dos casos na tabela, em ordem decrescente de durabilidade, mais uma vez reforça a heterogeneidade do grupo formado pelas crianças e adolescentes que são vítimas da violência. Neste conjunto de vítimas consideradas “ideais” (GREER, 2007) há uma hierarquia interna que precisa ser considerada. Ponte (2005) também aponta nesta direção quando verifica a polaridade entre as *nossas* e as *outras* crianças, presente no modo como jornais portugueses cobrem acontecimentos que envolvem as crianças europeias e aquelas que vivem em países de Terceiro Mundo. O primeiro grupo viveria uma infância ideal, já o segundo é marcado pela irregularidade, pelas adversidades que enfrentam nessa fase da vida. Tomar essa ideia de empréstimo e associá-la à consideração de que “aspectos tais como classe social, gênero, idade e etnia são variáveis que incidem sobre o interesse da mídia noticiosa para divulgar crimes violentos” (ANTUNES, 2012, p.279) nos ajuda a compreender melhor a relação entre os casos “duráveis” e a capacidade de os acionarmos em nossa lembrança. Os primeiros quatro casos são bastante ilustrativos nesse sentido. É desnecessário falarmos do quanto o caso Isabella se tornou conhecido pelos brasileiros. Rápidas menções aos casos do austríaco Joseph Fritzl e do menino brasileiro Sean Menezes também despertam lembranças. No entanto, não parece ocorrer o mesmo com o caso da menina de Alagoinha. Ainda que a história tenha alcançado repercussão internacional à época, uma vez que representantes do Vaticano também se pronunciaram motivados pelas declarações do arcebispo brasileiro⁶³, os relatos sobre o caso não parecem ser memoráveis como ocorre com os outros três. Certamente o “apagamento” da menina ao longo da cobertura, em função da discussão de temas mais abrangentes contribui para isso; no entanto, este movimento não pode ser

⁶³ Como demonstra a notícia “Repercussão mundial”, publicada pelo Estado de Minas em 07 mar. 2009.

analisado distante desse modo de hierarquização de vítimas, como revelam estudos relacionados à cobertura de crimes, que mencionamos no início deste capítulo (ANTUNES, 2012; GREER, 2007; MELO, 2010; VARJÃO 2008). Se adotamos a classe social como um filtro para a análise, Isabella Nardoni, Elizabeth Fritzl e Sean Menezes⁶⁴ se aproximam, ao mesmo tempo em que estão em situações diferentes daquela vivida pela menina de Alagoinha.

Dessa forma, observar o conjunto da tabela dos “casos duráveis” mostra que considerar a continuidade que aquela história desenhou nas páginas dos jornais não é suficiente para que alcance o status de um “caso” propriamente dito, no sentido de que irá se configurar como um modelo ou referência para coberturas futuras. Para o trabalho jornalístico, o caso exerce uma função projetiva, pois, ao mesmo tempo em que lembra o que já foi coberto, oferece insumos para a definição do que poderá se transformar em notícia. Além de funcionar como articuladores de memória para o próprio jornalismo, os casos também marcam seu lugar na memória coletiva, ainda que estudiosos sobre o assunto tenham negligenciado o papel da imprensa na construção dessa memória (ZELIZER, 2008; ZANDBERG *et al.*, 2012). Zelizer (2008) defende que tal lacuna decorre da dificuldade que estes estudiosos da memória têm de reconhecer que ao tratar do presente, o jornalismo também está frequentemente falando do passado. Ainda que o foco sobre o presente seja apresentado como uma das bases da atividade jornalística, deve-se ter em conta que ela precisa lançar mão de uma memória retrospectiva (passado) para posicionar eventos públicos num contexto (ZELIZER, 2008). Essa operação se dá a ver de duas maneiras: 1) um episódio recente pode ser lido a partir de referências de fatos passados, o que ajuda a tornar familiar o inesperado 2) eventos atuais e passados são conectados pelo relato jornalístico porque oferecem um contexto histórico e interpretativo para a narrativa da notícia mais recente (BERKOWITZ, 2011)⁶⁵. Por isso, refletir sobre quais dos “casos duráveis” são capazes de fazer memória nos parece um marcador tão importante. Acontecimentos que ocupam um lugar privilegiado na memória funcionam como referências para a compreensão do presente e do futuro, eles ajudam os relatos a se tornarem familiares e compreensíveis, ao passo que

⁶⁴ É importante considerar também o agendamento intermediário, que diz da capacidade de determinados veículos pautarem os demais. Os três casos (Isabella Nardoni, Elizabeth Fritzl e Sean Menezes) ganharam repercussão em vários veículos de imprensa, especialmente nos de abrangência nacional, e esse fator também precisa ser considerado quando se pensa sobre a capacidade dessas ocorrências de fazerem memória.

⁶⁵ Berkowitz (2011) destaca que ao se valer da memória coletiva, em articulação com outras práticas padronizadas e reconhecidas no âmbito da atividade, o jornalismo também reforça a sua autoridade interpretativa, colocando-se como um ator legítimo para lidar com aquilo que nos surpreende.

também permitem aos jornais fazerem prospecções de como as coisas devem ser ou ocorrer (TENENBOIM-WEINBLATT, 2011).

Retomando a perspectiva de Pedemonte (2010), que defende que o modo como jornalismo relata os casos não é estranho ao seu armazenamento na memória social, a durabilidade ou a permanência dos casos nas páginas dos jornais pode separar ocorrências que despertaram mais atenção no polo da produção jornalística daqueles relatos pontuais, episódicos, mas não é o único ponto que serve para distingui-los. Afinal, a tabela reúne relatos que permaneceram pela mesma quantidade de dias, mas não se tornaram visíveis (e memoráveis) da mesma maneira.

Em relação aos casos “menos duráveis”, a recorrência na publicação das notícias, por mais paradoxal que pareça, contribui para que sejam relegados ao esquecimento. Ao investigar o modo como as “pequenas” e as “grandes” mortes são tomadas no relato jornalístico, Leal *et al.* (2012) concluem que a indiferença no tratamento das mortes que compõem o noticiário cotidiano, acompanhada pelo ritmo regular com que são publicadas, fazem com que ao invés de lembradas, sejam esquecidas. De modo semelhante, os relatos cotidianos de atos violentos cometidos contra meninos e meninas parecem reforçar mais a regularidade dos esquemas de interpretação acionados, que fazem com que os casos sejam percebidos de uma dada maneira – com determinadas formas de “iniciar” a história e de estabelecer causalidades – do que conferir aspectos singulares a essas ocorrências. Ao destacar essa contínua sucessão, o jornalismo reduz a possibilidade de que ocupem um espaço privilegiado na memória coletiva. O que compreendemos, desse modo, é que não é o fato de ser publicada ao longo de várias edições que faz com que uma história torne-se emblemática para o jornalismo. Ela precisa ser marcante para atuar como um configurador da memória jornalística.

Entender os motivos que levam os relatos a percorrerem trajetórias diferentes no alcance da visibilidade e, conseqüentemente, na figuração da memória demandaria esforços que não cabem no escopo desta pesquisa, mas podem ser empreendidos em outros trabalhos. Ao tecer estas breves observações acerca do assunto, nosso intuito é revelar os limites do critério da continuidade da publicação dos relatos na definição do que se tornará ou não um “caso” no universo da produção jornalística.

Se a ocorrência de Alagoinha não apresenta um bom potencial para fazer memória, por outro lado é interessante notar sua capacidade – em associação com o caso de Joseph Fritzl e a

investigação de uma rede de exploração sexual em Catanduva, no interior de São Paulo – para a geração de uma “onda de notícias”⁶⁶, que leva à publicação de vários registros pontuais sobre violência sexual no interior das famílias, como se pode verificar por meio dos títulos:

- Criança de 11 anos grávida – *Estado de Minas*, 06/03/2009
- Mais duas grávidas, vítimas de pedofilia em casa – *Estado de Minas*, 06/03/2009
- Preso por molestar as próprias filhas – *Super Notícia*, 07/03/2009
- Homem é pai do próprio neto – *Super Notícia*, 11/03/2009
- Menina de 11 anos estuprada por padrasto da à luz no RS – *O Tempo*, 13/03/2009

Ao todo, foram identificados 172 textos relacionados à violência sexual de 1 a 31 de março de 2009. Desses, 55% estão ligados a estas três ocorrências “duráveis” que alcançam maior destaque, os outros 45% se relacionam às histórias pontuais, que não ganham repercussão, mas em termos quantitativos desenharam um conjunto bastante expressivo. O interesse da mídia pelo tema também se reflete no número total de textos publicados em março de 2009 (mês de ocorrência dos três casos citados acima), em que mapeamos um total de 301 registros. Nos outros meses, o número de textos coletados variou de 100 (em abril de 2008) a 146 (maio de 2009). Dessa forma, no mês em que o caso de Alagoinha veio à tona foram mapeados mais do que o dobro de registros de casos de violência contra crianças e adolescentes em comparação com os outros meses⁶⁷. Esses resultados também repercutem em todo ano de 2009, quando a violência sexual aparece como o principal tipo de violência, sendo mencionada em 40% dos textos.

Em direção oposta, o caso Isabella Nardoni parece não permitir o “florescimento” de nenhuma ocorrência de grande repercussão no período de sua ocorrência. Dos nove casos que consideramos “duráveis”, apenas três estão situados em 2008: o próprio caso Isabella, o abandono do menino de um ano em Ribeirão das Neves e a tortura pela qual passava uma

⁶⁶ Wien e Elmelund-Praestekaer (2009) e Vasterman (2011) apontam que o fenômeno do *media hype* pode ser considerado como um momento de intensa cobertura jornalística a respeito de um determinado assunto. Essas “ondas de notícias” são geradas por um acontecimento detonador e envolvem diversos veículos noticiosos em sua produção. Os autores ressaltam que nem todos os acontecimentos são capazes de provocar o *media hype*.

⁶⁷ Assim como Vasterman (2011), salientamos que o aumento do número de registros nos jornais não significa um aumento do número de ocorrências, ainda que seja essa a sensação provocada pela onda noticiosa. O que ocorre é um interesse da imprensa por situações similares que antes poderiam passar despercebidas.

menina de doze anos na casa de uma empresária em Goiânia. Vê-se, portanto, que mesmo entre os casos que alcançaram maior repercussão em 2008, um tem sua fixação bastante frágil, tendo repercutido por apenas quatro dias. No entanto, optamos por considerá-lo nesta categoria porque foi acompanhado pelos três jornais mineiros e, como numa pequena novela, foram publicadas notícias desde o dia em que o garoto foi abandonado até o aparecimento dos familiares e o consequente “desfecho” daquela história⁶⁸.

Também ao contrário do que ocorre em 2009, o caso Isabella não possui grande poder de “arraste” de casos semelhantes. De todos os relatos relacionados a homicídios no ano de 2008, 64% dizem respeito ao caso Isabella e no período em que ele está em evidência não há aumento no número de matérias que tratem de assassinatos cometidos contra crianças. O que se observa, no entanto, é que em abril, são reportados dois casos de crianças arremessadas pela janela. O primeiro, publicado no dia 4 de abril pelo *Super Notícia* (quatro dias após a publicação do primeiro texto sobre a morte de Isabella pelo jornal), não cita o nome de Isabella Nardoni, mas explicita a relação com o caso já no título: “Outra menina cai de prédio” (SUPER NOTÍCIA, 04/04/2008). A última frase da notícia reforça essa associação, ao informar: “A polícia vai investigar agora se Charles do Amaral teria empurrado a menina do 4º andar, como ocorreu em São Paulo” (SUPER NOTÍCIA, 04/04/2008). O título e esse trecho da matéria evidenciam que o relato jornalístico faz apelo a uma memória comum do fato, deixando claro que a motivação do jornal para publicar o relato daquela história, ocorrida em Cariacica, no Espírito Santo, é a semelhança que apresenta com a morte de Isabella. Já no dia 9 de abril, *Estado de Minas* e *Super Notícia* relatam que uma menina de 8 dias de vida foi arremessada pela mãe da janela de um abrigo em que a família estava, no município de Matozinhos, Minas Gerais. No dia seguinte, os três jornais publicam notícias com os desdobramentos do caso, enfocando as providências que seriam adotadas em relação à mãe. O que é interessante observar é que, ainda que os cinco textos relacionados a essa ocorrência sejam publicados em meio a um grande volume de fragmentos relativos ao caso Isabella, não há qualquer menção explícita ao acontecimento de São Paulo. Entretanto, é absolutamente plausível inferir que o “grande caso” influenciou o interesse dos jornais pela ocorrência que se deu em Matozinhos.

Se por um lado o caso Isabella afeta o surgimento de casos duradouros, por outro tem o poder de despertar uma reflexão sobre o contexto das violações cometidas contra meninos e

⁶⁸ Os textos relacionados a este caso oferecem possibilidades muito produtivas para análise da representação dos sujeitos envolvidos, por isso, ele será abordado com mais detalhes no próximo capítulo deste trabalho.

meninas, como revela o título: “Caso Isabella reacende debate sobre violência contra criança”. (O TEMPO, 06/04/2008). No entanto, mesmo considerando essa notícia publicada n’*O Tempo*, o que observamos que é o caso Isabella Nardoni não permite uma associação com o que estamos chamando de “violência contra crianças” e com os demais relatos que compõem nossa pesquisa, pois a dinâmica de sua cobertura se distancia muito do que ocorre nos demais casos. Além de sua “durabilidade” fugir completamente dos parâmetros observados nos demais, o que se vê é o desenrolar de uma novela, cujos capítulos são acompanhados diariamente pelo público, com direito aos mesmos personagens dos folhetins: a madrasta-malvada, a mãe-sofredora e o promotor-herói, para citar alguns. Interessante notar que o caso também exerce um papel ambíguo, ao mesmo tempo em que é capaz de “puxar” a cobertura de dois relatos semelhantes, ofusca o surgimento de outras histórias “duráveis” no período em que está em evidência.

Por fim, é interessante também perceber que o fator “proximidade geográfica” não interferiu na durabilidade dos casos. Acompanhamos três jornais mineiros e no universo dos casos que classificamos como “duráveis”, apenas dois se passaram em Minas Gerais e estão longe de se configurarem como os mais expressivos do grupo. Além disso, os dois guardam uma semelhança interessante: tanto o assassinato de uma menina de doze anos em Uberlândia, quanto o abandono do menino de um ano em Ribeirão das Neves têm um início obscuro. Em Uberlândia, a menina desaparece misteriosamente com o sobrinho, um menino de seis meses que é encontrado nu e com a cabeça raspada, mas sem sinais de outras agressões. Já em Neves, o menino é encontrado bem vestido, com uma mochila em que estavam algumas fraldas e sua certidão de nascimento, ou seja, era possível identificar seus pais e não havia sinais de outros tipos de agressão. A cobertura de ambos se desdobra a partir da dinâmica dos próprios casos, na medida em que vão surgindo pistas, as notícias são publicadas. Quando os casos parecem estar resolvidos (ainda que parcialmente, pois ocorre a identificação dos agressores) a publicação de registros pelos jornais cessa.

4.2.3. Dos pontos cegos

Ao longo deste capítulo procuramos evidenciar aspectos de caráter quantitativo e qualitativo com os quais nos deparamos ao fazer o manejo dos textos que compõem nossa

pesquisa. Tais análises são fruto de percepções oferecidas pelo conjunto dos 955 textos e se tornaram possíveis graças ao trabalho de sistematização dos registros.

No entanto, ao longo desta etapa do trabalho identificamos algumas questões importantes para a compreensão do modo como a cobertura jornalística lida com as ocorrências de violência contra crianças e adolescentes, mas que não se deram a ver de modo nítido por meio desse primeiro mapa originado pela organização dos textos. Por isso, as denominamos como “pontos cegos”.

Justamente por estarem situados num lugar em que nossa vista não alcança quando adotamos o mapa como perspectiva, não temos a pretensão de esgotar todos os aspectos. Nos tópicos a seguir destacamos aqueles pontos que foram provocados de modo mais intenso pelo levantamento e pelas questões que lançamos aos textos neste empreendimento de pesquisa.

- *A história de vida dos agressores.* Ao focalizar os gestos cometidos pelos agressores, os relatos ressaltam a condição de alguém que agrediu um ser indefeso e com o agravante de que caberia ao agressor proteger aquele indivíduo. No entanto, em alguns textos sobre violência sexual aponta-se para o fato de que muitos daqueles que cometem este tipo de agressão também foram violados na infância. Este círculo vicioso não se apresentaria também nas outras formas de agressão? Em que medida, o relato jornalístico evidencia outras faces da vida destes sujeitos? Quais são as implicações do modo como são acionados para o sentido que se constrói em cada uma das histórias?

- *O lugar das crianças e dos adolescentes nos relatos.* Além do premente lugar de vítimas, quais são os outros papéis que meninos e meninas desempenham nos relatos jornalísticos? Assim como no caso dos agressores, o passado e o futuro das crianças e dos adolescentes não aparece com clareza e estes também parecem ser marcadores importantes do modo como os relatos e os sentidos são construídos. Seriam eles sujeitos ou objetos de violência? Se o ato violento que sofrem é o mote dos relatos, qual é o gesto que os registros jornalísticos fazem em direção a meninos e meninas?

- *A pobreza como um componente das histórias relatadas:* ainda que protagonizem os casos mais duradouros nas páginas dos jornais, a condição socioeconômica das famílias de Isabella Nardoni e Sean Menezes destoa do que é possível observar na maioria dos relatos. No

entanto, isso não permite concluir que as famílias pobres sejam mais violentas do que as outras. Como apontam Almeida *et al.* (1999), há famílias que possuem mais condições de manterem os casos de agressão sob silêncio, restritos ao âmbito privado. De fato, os relatos jornalísticos sobre a violência que acontece no seio de famílias pobres são bem mais numerosos e, em suas argumentações, a pobreza e a adversidade de condições parecem ser importantes para a “explicação” destas ocorrências. Desse modo, é interessante investigar também: qual é o papel que o relato jornalístico atribui à pobreza? Como ela aparece na composição destas histórias contadas pelos jornais?

- *A participação do pai no acolhimento e cuidado com os filhos*: os pais que assumem o lugar de agressores aparecem com bastante evidência nos relatos analisados, entretanto, a condição oposta, do pai que participa do cuidado com os filhos não se dá a ver com muita clareza. Além disso, chama atenção a ausência de menções à figura paterna nos casos específicos de abandono. O que observamos é que o abandono leva os relatos a inquirirem pelas mães, mas por que o mesmo não ocorre em relação aos pais? Se os filhos resultam da relação entre o homem e a mulher, quais são as expectativas que o relato jornalístico expressa em relação ao pai e à mãe no acolhimento das crianças?

Fundamentais para a compreensão do gesto hermenêutico realizado pelo jornalismo no tratamento destas ocorrências, o que aqui nos aparece como “pontos cegos” são provocações originadas pelo contato com os relatos, porém não esclarecidas pelo mapa resultante da sistematização dos textos. Adotaremos tais pontos como norte para a elaboração do próximo capítulo do trabalho. É a partir deles que nos propomos a responder à segunda parte de nossa pergunta de pesquisa, voltada para as representações discursivas e os modos de construção dos sujeitos nos relatos jornalísticos.

Da análise empreendida até o momento, podemos dizer que “a violência contra crianças e adolescentes” aparece nas páginas dos jornais marcada por uma grande profusão de tipos, violências, agressores e vítimas. O que compreendemos ser resultado do modo aleatório como o jornalismo encara estas ocorrências, que sob o seu ponto de vista não se dão de modo articulado em um mesmo fenômeno, como o rótulo da “violência contra crianças...” que utilizamos em nossa pesquisa pode fazer parecer.

No entanto, em meio a esta grande variedade, mapeamos recorrências. O jornal *Super Notícia* cobre este tipo de caso com regularidade, mostrando uma clara preferência por aqueles que resultam em morte, mas crianças e adolescentes também são vítimas preferenciais aos olhos do *Estado de Minas* e *d'O Tempo*, ainda que haja uma hierarquia no grupo formado por meninos e meninas. Os pais aparecem como os principais agressores, mas as madrastas não assumem esse papel (a não ser no “grande” caso), ao contrário do que as clássicas histórias nos poderiam fazer supor. No conjunto das ausências, inquietou-nos o pequeno número de registros relacionados à violência no espaço das instituições e das famílias ricas e de classe média. Outro ponto curioso é que, se para os jornais impressos a proximidade geográfica se configura como um valor importante na definição do que se tornará notícia, ao considerar o conjunto de textos, este não se mostrou um fator de grande relevância. É preciso considerar, no entanto, que a “proximidade” reconhecida como um valor que pode influenciar na publicação de um relato também pode ser evocada em termos sociais e afetivos, em que há possibilidade de que leitor se identifique com algum aspecto dos relatos, detectando semelhanças entre o que ocorreu e suas experiências, ou entre os papéis dos envolvidos e aqueles que ele mesmo desempenha, como o exercício da paternidade, por exemplo. Mesmo o fato de o jornal que ele está habituado a ler publicar aquela ocorrência já a torna mais próxima. Essas várias formas de proximidade podem não se realizar, entretanto, em virtude de uma mesma forma distante que os relatos adotam ao reportar os casos.

Ainda que tenhamos trabalho com um grande conjunto de textos, identificamos poucos “casos” capazes de marcar lugar na memória coletiva e elaborar projeções que orientem o fazer jornalístico. Nesse sentido, a morte de Isabella Nardoni assume uma trajetória que a torna singular, é possível acompanhar o passo-a-passo na apuração daquele crime. Por outro lado, há situações como a que acontece na cobertura do caso da menina de Alagoinha, em que vítimas e agressores somem das páginas, que passam a ser ocupadas por conflitos políticos e religiosos.

5 ENCADEAR FATOS, CONTAR HISTÓRIAS: GESTOS HERMENÊUTICOS EMPREENNIDOS PELO JORNALISMO

Apontadas as características gerais delineadas pelo conjunto de textos que compõem nossa pesquisa, dedicaremos este capítulo a uma nova etapa do trabalho, voltada para a observação das representações discursivas acionadas pelo relato jornalístico e dos sujeitos construídos pelos relatos noticiosos. Começamos pela apresentação de cada um dos casos selecionados para análise, que é cotejada com aspectos que mapeamos nos relatos a partir dos operadores que elegemos: as causas e o início das histórias. Posteriormente, passamos a um balanço do que o conjunto dos relatos nos permitiu observar.

No universo dos 955 textos, observamos que o pai ocupa a posição de principal agressor, mas atores do grupo doméstico também possuem uma participação expressiva, sendo responsáveis pela agressão em 44% dos casos⁶⁹. Também mapeamos os tipos de violência mencionados pelos textos e verificamos que a maior parte da amostra é formada por casos relatados de maneira pontual, ou seja, a ocorrência é noticiada em apenas uma edição do jornal, não há uma cobertura que acompanhe seu desdobramento.

Para viabilizar as análises que desenvolveremos neste capítulo, optamos por considerar apenas textos relativos a casos de abandono, pois os consideramos reveladores do modo como o discurso jornalístico representa os sujeitos envolvidos em situações de violência contra crianças e adolescentes. Estes relatos nos chamaram atenção porque raramente mencionam os pais, mas, ao mesmo tempo, apresentam um insistente “chamado” pelas mães. A análise detida de alguns dos textos também nos permitirá compreender melhor aquilo que no mapa nos apareceu como pontos cegos: a história de vida dos agressores; o lugar das crianças e dos adolescentes nos relatos; a pobreza como um componente das histórias relatadas; a participação dos pais no acolhimento e nos cuidados com os filhos.

Como explicitado no capítulo 2, em nossa pesquisa classificamos na categoria “abandono” tanto as ocorrências que apresentam um caráter definitivo – por implicarem o abandono de bebês em maternidades, vias públicas ou outros locais, portanto, é possível notar que o autor do abandono abre mão da guarda daquela criança, deseja livrar-se dela – quanto o abandono temporário, em que meninos e meninas são encontrados sozinhos ou sob a guarda de alguém que não tem competência para cuidar deles, como outra criança, por exemplo. Em

⁶⁹ Chegamos a este percentual ao somar as categorias: “amigos e colegas”, “conhecidos”, “vizinhos”, e “namorado, companheiro, ex-namorado e ex-marido”.

nossa pesquisa, encontramos 77 relatos que mencionaram ocorrências compatíveis com estas definições, o que corresponde a 8% da amostra. Se no conjunto dos outros tipos de violência citados pelos textos que compõem nosso estudo, o pai é apontado como o principal agressor, nos casos de abandono este aspecto sofre alterações significativas. Considerando-se apenas relatos de abandono, as mães aparecem como as **únicas agressoras em 65%** dos textos. Em associação com pai, namorado e amigo, as mães aparecem como agressoras em 23% dos relatos. Assim, as mães são apontadas como responsáveis pela agressão em **88%** dos textos. Já os pais aparecem como agressores exclusivos em apenas três casos, o que corresponde a quase 4% da amostra. Em associação com as mães, eles aparecem em 14 casos, atingindo 18% dos relatos.

Já nos títulos é possível identificar o protagonismo que se atribui às mães nos casos de abandono. A palavra “mãe” aparece em 27 títulos, contra apenas um que menciona “pai”. Além disso, o termo “mulher” aparece noutros sete títulos e em todos eles a referida mulher é também mãe das vítimas. Em um título, a mãe é identificada por seu nome e sobrenome: “Simone Cassiano consegue benefício para cumprir pena” (O TEMPO, 28/02/2009)⁷⁰.

Do universo de 77 textos, elegemos 13 para análise⁷¹, que estão relacionados a cinco ocorrências diferentes. Nesta seleção contemplamos relatos que consideramos representativos do conjunto: há relatos sucintos e que se restringiram a apenas uma edição do jornal, como outros mais extensos, que se desdobraram até por quatro edições. A análise também abrange textos publicados nos três jornais pesquisados e que dizem de situações de abandono tanto definitivas, quanto temporárias.

Para compreender o modo como mães, pais e filhos são construídos nos relatos recorremos a estudos sobre a constituição da família e a valorização da maternidade, onde nos valem de modo especial das reflexões de Badinter (1985; 2011). Ao final, acionamos também estudos que tratam da relação entre jornalismo, fato, verdade, norma e desvio de modo a procurar compreender os “encaixes” realizados pelos relatos jornalísticos.

5.1 Caso a caso

⁷⁰ O relato faz referência a um caso que se tornou bastante conhecido na cidade e alcançou repercussão nacional: Simone abandonou a filha que foi encontrada dentro de um saco plástico na Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte. O resgate da criança foi registrado por um cinegrafista amador e as imagens foram exaustivamente exibidas pelos canais de televisão.

⁷¹ A íntegra dos textos analisados neste capítulo está disponível no Anexo.

5.1.1 Caso 1

O primeiro relato que analisamos neste capítulo foi publicado no jornal *O Tempo*, no dia 28 de fevereiro de 2008, com o título “Mãe é presa por maus-tratos em BH”. A notícia é organizada em três parágrafos e conta que um menino de 4 anos foi encontrado por policiais na rua Padre Pedro Pinto, na região de Venda Nova, Belo Horizonte. A polícia teria chegado até o garoto a partir de uma denúncia feita por uma comerciante da região. Segundo a delegada Gislaine de Oliveira Rios, “a criança estava andando, sozinha, pela avenida⁷² desde as 7h” (O TEMPO, 28/02/2008). O segundo parágrafo do texto já nos transporta à casa do menino, que foi localizada pela polícia, ainda que não se informe como. O cenário é descrito a partir de informações que mais uma vez são fornecidas pela delegada e são apresentadas em discurso indireto pelo jornal: “o local estava em condições precárias, com restos de alimentos e fezes espalhados no quintal e dentro do imóvel” (O TEMPO, 28/02/2009). É em meio a estas condições que são encontradas outras duas crianças: um menino de três anos e um bebê de dois meses, que “também estavam abandonados pela mãe na residência” (O TEMPO, 28/02/2009). O desfecho aparece no terceiro parágrafo, onde se informa que a mãe foi autuada por abandono e maus-tratos, e os filhos foram levados para o conselho tutelar. Não há informações sobre como a mãe foi encontrada e, mais uma vez, é à delegada que se atribui a informação de que a mulher vive de esmolas e doações.

Como ressalta van Leeuwen (1997), é importante verificar no exame das representações sociais quais atores são apresentados como agentes, portanto, aqueles que protagonizam a ação; e quais são pacientes, ou seja, aqueles que são objeto da referida ação⁷³. Várias passagens do texto evidenciam as crianças como “alvo” de iniciativas tomadas pelos adultos. As crianças são abandonadas pela mãe, encontradas pela polícia e encaminhadas ao conselho tutelar. A elas não se atribui nenhuma iniciativa, o menino só foi encontrado porque uma comerciante – outro adulto – fez a denúncia. Em dois momentos, o texto utiliza os termos “garotinho” e “garotinhos”, que reforçam a condição de fragilidade dos meninos. A mãe aparece como agente das agressões e paciente da ação da polícia, que a autua por “abandono de incapaz e maus-tratos” (O TEMPO, 28/02/2009). Mesmo sucinto, o relato

⁷² No primeiro parágrafo da matéria a primeira referência ao local em que a criança foi encontrada é identificado como rua Padre Pedro Pinto, mas na sequência aparece o termo “avenida”.

⁷³ O autor defende que na análise se considere a agência enquanto conceito sociológico. “Mas a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística, pelo papel gramatical do ‘Agente’, e pode também ser realizada de muitos outros modos, por exemplo através de pronomes possessivos” (VAN LEEUWEN, 1997, p.169).

destaca em vários momentos as condições em que a casa se encontrava, como é possível observar nos trechos: “ ‘quando chegamos à casa dessa criança, encontramos muita sujeira e mal (sic) cheiro’, disse Gislaine. [...] as doações que ela [a mãe] recebe das pessoas, como alimentos e roupas, também estavam jogadas no meio da sujeira encontrada no local” (O TEMPO, 28/02/2009).

A descrição do ambiente exerce uma influência significativa no modo como a mãe é apresentada na notícia, uma vez que ela aparece como alguém que é negligente em vários aspectos: no cuidado com os filhos, na organização do espaço doméstico e mesmo com as doações que recebe daqueles que se solidarizam com sua situação, um desmazelo que evoca também um sentimento de ingratidão. No último parágrafo, é revelada uma outra face da violência que pratica contra os filhos, quando a delegada informa que o menino de quatro anos apresentava lesões corporais e faria exame de corpo delito. Como nenhum outro membro daquele grupo doméstico é citado, não é preciso dizer que a suspeita de agredir o menino recai sobre a mãe. Apesar de todos estes fatos serem relacionados a ela, não sabemos seu nome ou sobrenome e não há qualquer declaração sua no texto, estes atributos são reservados à delegada, única fonte consultada pela matéria.

Quanto às crianças, sabemos apenas suas idades e que foram encaminhadas ao conselho tutelar. Como o conselho não tem a atribuição abrigá-las, devem ter sido encaminhadas a outra instituição, mas não há informações a esse respeito. Não se esclarece também se foram localizados parentes ou conhecidos que pudessem ficar com os meninos. Naquele contexto, livrá-los da mãe já parece ser o suficiente. É como se para o que se pode fazer naquele dia a situação tivesse chegado a um bom termo: os meninos foram afastados e a mãe autuada.

Neste relato, o início da história está na casa e na sua falta de condições de habitação. É desse lugar que sai o garoto encontrado sozinho na rua e é lá que foram encontrados outros dois meninos, que “também estavam abandonados **pela mãe** na residência” (O TEMPO, 28/02/2008, grifo nosso). A precariedade do local, enfatizada pelo texto ao descrever que há fezes espalhadas dentro e fora da casa, serve como um atestado, confirma o descaso e a incapacidade da mãe, apontada como única responsável pelo abandono das crianças. Com 27 anos de idade, aquela mulher adquire uma existência digna de nota no dia em que é presa por não cumprir com seus deveres de mãe. Não há qualquer menção ou questionamento em relação à presença do pai ou de outro membro que possa fazer parte daquele grupo. No

entanto, no modo como o relato apreende a situação, a mãe não está sozinha, pois “na última semana pelo menos dois casos de maus-tratos de mães contra menores foram registrados na Grande Belo Horizonte” (O TEMPO, 28/02/2009).

O relato deixa evidente que nesta ocorrência (e nos dois casos de maus-tratos mencionados no fim do texto) maternidade e maternagem não coincidem, o que é encarado como um desvio de conduta, pois a expectativa é de que a mulher responsável pela gestação da criança deve ocupar-se também dos cuidados com ela. Moura e Araújo (2004) destacam que por um longo período maternidade e maternagem além de serem vistos como elementos intrinsecamente relacionados, também são identificados a uma “função feminina por excelência, concernente à natureza da mulher” (MOURA; ARAUJO; 2004, p.45). No entanto, estudos dedicados a abordagens históricas sobre infância, família e maternidade (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985) revelam que estas concepções se transformaram de modo significativo ao longo dos séculos. Badinter (1985) defende que o amor materno passou a ser exaltado e visto como um valor a partir do século XVIII. Importante salientar que a autora não questiona a existência desse amor em momentos anteriores, mas critica a perspectiva que compreende o amor pelos filhos como algo espontâneo, instintivo e intrínseco à maternidade, como se junto da criança nascesse também o amor que a mãe lhe deverá dedicar por toda a vida. “[...] em todos os tempos, houve mães amantes e o amor materno não é uma criação *ex-nihilo* do século XVIII ou do século XIX. Isso, porém, não prova de modo algum que tenha sido uma atitude universal” (BADINTER, 1985, p. 86). No entanto, no relato analisado – e mesmo se consideramos o conjunto dos 955 textos – não verificamos qualquer movimento no sentido de se questionar a universalidade e as condições que levam ao florescimento do amor materno, pelo contrário, a concepção que se apreende dos relatos é de que se a mãe falha em suas funções maternas deve ser punida.

Partindo da perspectiva de que “fatos e histórias são mutuamente constituídos dentro de um esquema conceitual carregado de valores, que os torna tanto moralmente ordenados como verdadeiros” (ETTEMA, GLASSER, 2011, p. 256), torna-se interessante observar também o trajeto percorrido pela narrativa do caso. A abertura da matéria destaca a imagem do garoto de apenas quatro anos andando sozinho pela rua desde o início da manhã. O que se observa é que este momento é utilizado como “gancho” para uma história que ganha corpo a partir de um crescente de informações que tornam plausível (portanto, ordenado e verdadeiro) aquele abandono. Primeiro, encontra-se a casa suja, depois outras duas crianças abandonadas,

até que se informa que a mãe pede esmola nas ruas e não tem cuidado nem com os donativos que recebe.

5.1.2 Caso 2

A segunda ocorrência de abandono que tomamos para análise figura entre “os casos duráveis”, mencionados no capítulo anterior, e foi publicada ao longo de quatro edições em cada um dos jornais que acompanhamos em nossa pesquisa. Restringimos a análise aos textos publicados pelo *Estado de Minas* porque são mais longos e oferecem representações dos sujeitos envolvidos que consideramos muito expressivas do modo como os relatos jornalísticos lidam com estas situações. O caso se apresenta como um enigma e fica evidente que a cobertura se desdobra em função das “descobertas” realizadas dia após dia para que se compreenda o que aconteceu. No dia 23 de março de 2008, o *EM* noticia que um menino de um ano e três meses foi encontrado num matagal, em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte. O jornal dá destaque para as características que tornavam aquele abandono incomum: o menino estava bem vestido e tinha na mochila brinquedos, fraldas e duas certidões de nascimento, uma seria dele e a outra da mãe, uma mulher de 20 anos. Graças a esses documentos, o menino é identificado como Lucas Júnior Medeiros. Os nomes dos supostos pai e mãe do garoto são divulgados: Adair Lopes Júnior e Gleiciane Medeiros. Dessa forma, o relato começa inquirindo pelos “pais” ou “responsáveis”, como é possível observar no título “Busca pelos **pais** continua” e no bigode da notícia “Policiais percorreram a região onde o menino foi abandonado, na expectativa de encontrar os **responsáveis** pelo garoto, mas não conseguiram encontrar ninguém” (ESTADO DE MINAS, 23/03/2008, grifo nosso).

No entanto, já no segundo parágrafo do texto, a mãe ganha proeminência. Ao afirmar que a polícia ainda desconhece as motivações do abandono, o relato destaca que não se sabe também “o que ocorreu com a mãe, se foi vítima de violência, problemas psicológicos ou se agiu de maneira premeditada” (ESTADO DE MINAS, 23/03/2008). A essa altura, ao mesmo tempo em que paira sobre a mãe a principal suspeita pelo abandono, cogita-se também a possibilidade de que ela tenha sido vítima de violência. Mais adiante, a mesma notícia reforça que é de fundamental importância saber o que ocorreu com a mãe para entender o caso.

Em relação ao estado da criança, por mais de uma vez o relato destaca que as roupas do menino e o material que trazia na mochila não evidenciam que fosse vítima de maus-tratos, no entanto, os sinais de que ele estava sofrendo naquela situação são realçados. A auxiliar de serviços gerais, Andreia Ribeiro, presenciou o resgate do menino e conta que “a cena foi muito forte, doeu o coração. Fizemos algumas perguntas ao menino, mas ele não falava nada. Só ficava abraçadinho, no colo do rapaz que o resgatou” (ESTADO DE MINAS, 23/03/2008). Ainda que seja compreensível que um garoto de apenas um ano e três meses não responda a perguntas, no relato esse silêncio é tomado como mais uma manifestação do sofrimento atravessado por ele. Outra testemunha do momento em que o menino foi encontrado é a dona de um salão de beleza, Talita Mota, que ajudou a alimentá-lo. Assim, pode-se presumir que ele estava com fome.

Ainda que o caso esteja marcado por vários pontos obscuros, neste primeiro relato já se menciona a possibilidade de que o menino seja encaminhado para a adoção, o que talvez assuma um tom de ameaça para os pais e, ao mesmo tempo, funcione como um certo alento para quem se sensibilizou com a história.

No dia seguinte, 24 de março, o *Estado de Minas* publica uma notícia extensa, se consideramos os padrões que os relatos de casos como esses alcançam nos jornais. Ao longo de seis parágrafos, informa-se que a polícia continua sem informações sobre os pais do menino, mas uma tia materna havia feito contato por telefone com a polícia. Ela teria ficado sabendo do abandono do sobrinho pela imprensa e disse que também não sabia onde a irmã estava. A tia não quis deixar nenhum número de telefone ou endereço e contou que na segunda-feira (cinco dias antes do abandono) a avó materna “teria visitado o neto e levado até iogurte” (ESTADO DE MINAS, 24/03/2008). Em meio a todas as dúvidas que cercam o caso, a existência de pormenores, como a revelação do dia exato em que a avó visitou o neto e a informação de que levou “até iogurte”, tem o intuito de tornar o relato realista, mas o deixa mais fantasmático. Ao mesmo tempo em que destaca esse tipo de “detalhe” – que não esclarece muita coisa, mas ajuda a confirmar a tese de que aquele abandono não se enquadra nos padrões vistos normalmente – não há respostas para questões simples, como: nesse caso, a ligação feita pela tia do menino não poderia ter sido rastreada? Com os nomes completos dos possíveis pais não seria possível localizar mais informações? Apenas na primeira notícia sobre o caso menciona-se que foi realizada uma busca no sistema de informações da polícia

militar, mas nada havia sido encontrado. No entanto, não seria de se esperar que os investigadores acessassem outras fontes de informação?

Esse segundo texto não traz apenas os nomes dos prováveis pais do menino, mas divulga também os nomes dos avós paternos e maternos. No entanto, nas certidões não há identificação do avô materno. Assim, tudo indica que a mãe suspeita de abandonar o filho cresceu sem a companhia do pai.

Mais uma vez diz-se que o menino pode ser encaminhado para a adoção, mas é feita a ressalva de que “o ideal é que ele não perca o vínculo familiar” (ESTADO DE MINAS, 24/03/2008). Também é informado um número de telefone para que as pessoas possam ligar e ajudar a encontrar a família do garoto. Por fim, a notícia destaca que, no abrigo, Lucas ainda estava assustado e chorava. Apesar de ter dormido durante a noite, o menino ainda não parecia apresentar condições “normais” compatíveis com sua idade, pois preferiu o colo das funcionárias do abrigo à brincadeira. O vigilante Carlos Virgínio da Silva, que encontrou o menino, conta que queria ter ido visitá-lo no abrigo, mas não pôde porque estava de plantão. Ele também afirmou que “se pudesse” ficaria com o menino (ESTADO DE MINAS, 24/03/2008).

Para alívio de quem acompanha a história do menino Lucas, no dia 25 de março, o *Estado de Minas* noticia que a avó e o tio maternos da criança apresentaram-se no conselho tutelar de Ribeirão das Neves. No entanto, eles também não sabem informar onde está a mãe do garoto e temem que ela tenha sido vítima de algum crime. Eles contaram que o pai do menino está preso, o que é confirmado pela Secretaria de Estado de Defesa Social. Dessa maneira, é possível concluir que essa informação não havia sido apurada pela polícia, ainda que desde o dia em que o garoto foi encontrado, os responsáveis pelo caso soubessem o nome completo do pai do menino.

A avó materna, Nilda Medeiros da Cruz, tem 49 anos e trabalha como cuidadora de idosos, por isso, fica todo o tempo no trabalho, mas tem folgas às segundas-feiras, e na última fez compras e levou para o neto. Sobre a filha, conta que sempre tratou bem o menino e que não teria motivos para abandoná-lo. No entanto, o relato destaca que o que preocupava Nilda era o uso de bebidas alcoólicas por sua filha. “Mas nem bebendo minha filha tratava mal o Lucas”, afirma a avó (ESTADO DE MINAS, 25/03/2008). Embora apresente afirmações de que a mãe teria uma conduta correta, o relato traz, na sequência, informações que podem colocar esse ponto de vista em xeque. Depois de citar o uso de bebidas, é a falta de um

trabalho que coloca a mãe sob suspeita. “Nilda [avó] disse que, apesar de cuidar bem do filho, Gleiciane não tem trabalho fixo e faz faxinas em casas de vez em quando” (ESTADO DE MINAS, 25/03/2008). Assim, mesmo diante do esforço da avó, o que se observa é que ao longo do texto, Gleiciane não aparece como uma “mãe” acima de qualquer suspeita; pelo contrário, a possibilidade de que ela tenha abandonado o filho ganha plausibilidade a cada ressalva que se faz ao seu comportamento, ainda que não se descarte a hipótese de que ela também tenha sido vítima de violência.

Neste terceiro texto observa-se que outra mãe entra em cena e esta sim parece cumprir com o que se espera – ainda que se destaque que “somente ontem” (ESTADO DE MINAS, 25/03/2008), ou seja, dois dias após a publicação da primeira notícia sobre o caso é que os parentes tenham se apresentado ao conselho tutelar. Mesmo morando na casa dos patrões de terça a domingo, Nilda manifesta interesse em ficar com o neto e abre as portas de sua casa para recebê-lo: “ele já morava comigo e pode voltar a qualquer momento. Criei meus três filhos sozinha, sem ajuda. Na casa que come um, come dois. Temos carinho e atenção para oferecer” (ESTADO DE MINAS, 25/03/2008). Além de demonstrar afeto e disposição para acolher o menino, a afirmação da avó confirma a suspeita que havia sido levantada pela certidão de nascimento: Gleiciane cresceu sem a presença do pai. A única informação em relação ao menino é de que ele continuava no abrigo. O texto diz que além dos familiares, o vigilante que encontrou Lucas também tentou visitá-lo, mas ninguém conseguiu fazê-lo. Entretanto, não se esclarece porque não foi permitido o contato da criança com a avó, o tio e o homem que a resgatou. Diferentemente do que ocorre nos dois primeiros textos, não há mais menção ao modo como Lucas estava se comportando no abrigo. A ausência dessas informações nos provoca estranheza, uma vez que nos dois primeiros relatos destaca-se que o menino apresentava sinais de que estava assustado; no entanto, já no terceiro dia de cobertura o jornal não se interessa mais pela situação da criança. Se o menino não estava bem, não seria interessante perguntar pelos motivos da proibição do encontro com os familiares e o vigilante?

No dia seguinte, 26 de março, a mãe do garoto finalmente aparece e presta esclarecimentos ao conselho tutelar. De acordo com o relato, Gleiciane contou que na sexta-feira, 21 de março, encontrou-se com uma amiga em Santa Luzia e as duas começaram a beber, por volta das 16h30, no bairro São Benedito. Depois, pegaram um ônibus até o centro de Belo Horizonte e foram para um bar na rua Caetés. Por volta das 19h30, Gleiciane teria

pedido à amiga que ficasse com o menino para ir ao banheiro, mas quando voltou não os encontrou mais. Na notícia, o que a mãe relata é apresentado apenas como uma versão, a polícia não confirma as informações. O relato também cede espaço a uma avaliação taxativa da conselheira tutelar Érica Rabelo sobre o rapto do menino pela amiga da mãe: “acredito que não há essa tal pessoa” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2008).

Apesar de mencionar que durante o momento em que esclarecia o que ocorreu, Gleiciane tinha lágrimas nos olhos e chegou a mostrar uma tatuagem com o nome do filho, o relato destaca que em 2007 conselheiros foram à casa dela para apurar denúncias de maus-tratos e abandono. O que se observa é que essa informação desabona o sofrimento da mãe, mas não sabemos se durante a visita as denúncias foram confirmadas. No texto, Gleiciane é apresentada como desempregada e, por vezes, o termo é utilizado como substituto para seu nome, como nos trechos “emocionada, a desempregada deu informações que não foram comprovadas pela Polícia Civil” e “repetiu a desempregada” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2008).

É possível observar que o relato constrói um claro embate entre os sentimentos que ela afirma ter em relação ao garoto e o modo como se comporta. Assim, sua principal missão no momento é provar que é uma boa mãe, o que passa pela necessidade de que reconheça que errou, como se pode observar em alguns verbos empregados no texto, como confessar e admitir. O trecho a seguir é bastante elucidativo acerca destas questões:

“Triste, [Gleiciane] confessou que errou ao levar a criança para dois bares. Admitiu que tem o hábito de beber muito, mas apenas cerveja. ‘Não uso drogas e a coisa que mais queria nesse momento era tê-lo ao meu lado’, afirmou, passando a mão nos seios: ‘Está cheio de leite. Eu o amamento, em média, oito vezes por dia’” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2008).

Assim, a mãe que se erige a partir dos relatos é uma figura controversa. Ao mesmo tempo em que não tem emprego e leva o filho para o bar, também o amamenta, um gesto altamente valorizado na contemporaneidade e visto como um sinal de cuidado das mães em relação a seus filhos (BADINTER, 2011). O modo como o relato é construído faz com que a cada alegação de carinho que a mãe expressa em relação ao filho, não se possa perder de vista que ele foi encontrado “sozinho e faminto, num matagal de Ribeirão das Neves, na Grande BH” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2012). No entanto, neste último texto publicado pelo *Estado de Minas* continuamos sem informação sobre como Lucas estava. Não é possível saber

se o garoto continuaria no abrigo ou se voltaria a viver junto de sua família, mas o fato da mãe ter sido encontrada aparece como um desfecho satisfatório para a história que o jornal se dispõe a contar.

A cada notícia nos defrontamos com um início delineado para essa história. No primeiro, não há informações anteriores ao momento em que o garoto é encontrado no matagal. Há apenas suspeitas sobre o que pode ter levado a mãe a abandonar o menino, portanto, o início está mesmo no momento em que Lucas é encontrado em Ribeirão das Neves. No segundo dia de cobertura ganham destaque as informações repassadas pela tia materna que liga para a polícia: cinco dias antes, a avó havia visitado Lucas e Gleiciane e “neste dia, tudo estava tranquilo na casa da irmã” (ESTADO DE MINAS, 24/03/2008). Assim, ainda que a tia tome uma atitude estranha, pois não quis informar onde fica a residência da irmã, não se aponta para nenhuma causa que pudesse explicar o abandono, pelo contrário, ganha força o caráter inesperado daquela ocorrência. Na terceira notícia é que aparecem elementos que podem ajudar a compreender melhor como aquela história começou. A mãe e o irmão de Gleiciane apresentam-se ao conselho tutelar em Ribeirão das Neves. A avó confirma que na última visita que fez à filha e ao neto estava tudo bem, mas as “irregularidades” da família começam a aparecer e o abandono, que havia começado de modo obscuro começa a se tornar mais plausível. A mãe e o irmão de Gleiciane temem que ela possa ter sido vítima de algum crime, pois o pai de Lucas está preso. A avó também revela que se preocupa com o consumo de bebidas alcóolicas pela filha e conta que ela não tem emprego fixo. Já o irmão diz que nunca teve contato com amigos da irmã, uma informação que aparece “solta” no meio do texto, mas que de alguma maneira diz de um comportamento estranho da jovem. Se por um lado não há confirmação de que ela está junto de companhias que possam levantar suspeitas sobre sua conduta, por outro, o próprio irmão parece não saber muito sobre a vida de Gleiciane. É também nesse mesmo relato que Nilda confirma que criou os três filhos sozinha; portanto, Gleiciane não experimentou a convivência de uma família-modelo.

A mudança nos rumos daquela história, que se manifesta no terceiro texto, finalmente é confirmada na quarta notícia. De um abandono que inicialmente não parece adequado à regra, pois o menino não apresenta sinais de maus-tratos, chega-se a um contexto que torna aquela ocorrência plausível. Depois de quatro dias de cobertura, o *Estado de Minas* elege o seguinte início para a história: “por trás da comovente história do menino Lucas [...] há um

quebra-cabeça de **negligência, desajuste familiar, bebida** e uma suposta mulher, conhecida apenas como Marisa, que seria colega da mãe da criança” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2008 – grifo nosso).

No entanto, essa “clareza” com que se apresenta a história só aparece no último texto. As peças que montam o quebra-cabeça a que o jornal se refere são “descobertas” gradativamente e é o relato que lhes nomeia e aponta como ponto de partida daquela ocorrência. O “desajuste familiar”, por exemplo, aparece como uma referência genérica e pode decorrer tanto do modo como se avalia o relacionamento de Gleiciane com o ex-marido, quanto do fato de que ela cresceu sem a presença do próprio pai.

No dia em que se apresentou ao conselho tutelar, Gleiciane contou como conheceu o pai de Lucas, no centro de Belo Horizonte. “Foi no fim de 2003. Ele era camelô e mexeu comigo. Começamos a namorar e engravidei. Nosso relacionamento foi complicado. Terminamos e voltei para a casa de minha mãe, no Bairro São Bernardo” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2008). Reunindo as informações presentes nos relatos, podemos concluir que Gleiciane conheceu o namorado quando tinha aproximadamente 15 anos e aos 18 ficou grávida. Quando a criança completou um ano de idade, o pai foi preso, mas não se sabe por qual motivo.

Ainda que o menino tenha sido encontrado com roupas em bom estado, com uma mochila onde havia fraldas e brinquedos – interpretados como sinais de que ele não era mau tratado –, não estamos diante de um cenário que possa ser considerado confortável. Ao contar que a avó visitou o neto, a irmã de Gleiciane destaca que ela levou “até iogurte”, assim, um alimento comum da dieta de muitas crianças brasileiras parece ser considerado um artigo de luxo naquele contexto. A avó é cuidadora de idosos, o irmão de Gleiciane é vendedor e ela não tem emprego fixo, mas faz faxinas de vez em quando. O ex-namorado era camelô e atualmente presidiário. Abandonado numa cidade da Região Metropolitana reconhecida por altos índices de violência, Lucas é encontrado por um vigilante. O “resgate” é acompanhado por uma auxiliar de serviços gerais e uma dona de salão de beleza. As ocupações dos envolvidos na história não aparecem com destaque no conjunto dos relatos, à exceção da falta de emprego da mãe, mencionada por diversas vezes na quarta e última notícia. No entanto, ao agrupar essas informações é possível observar com mais clareza características do contexto em que Lucas é abandonado e, posteriormente, encontrado. Ainda que não seja uma situação de penúria, como aquela presente no primeiro caso que analisamos, trata-se de uma situação

que envolve pessoas com ocupações de baixa remuneração, sendo que o pai e a mãe, principais responsáveis pelo menino, não têm emprego. Nesse sentido, o caso guarda semelhanças com as ocorrências de abandono capturadas em nossa pesquisa, como será possível observar também nos outros relatos que analisamos neste capítulo.

Quanto a Lucas, se é o fato de ter sido encontrado sozinho que funciona como um elemento disparador para a cobertura, o que se assiste é que gradativamente o menino perde espaço nos relatos, até que no último não haja qualquer menção ao seu estado. À medida que surgem mais notícias sobre a situação da mãe, escasseiam as informações sobre o menino. É como se no abrigo ele estivesse livre do sofrimento e se tornasse mais interessante esmiuçar os motivos que levaram ao seu abandono. Neste olhar para o passado, a cobertura não manifesta sinais de preocupação com o futuro do garoto, é como se ele “saísse” de cena para dar lugar às questões pertinentes ao comportamento dos adultos envolvidos no caso. A partir disso o que se observa é que há um considerável investimento na repreensão moral da conduta assumida pela mãe, que além de beber, ainda leva o filho para os bares. Nesse sentido, deve-se considerar novamente a influência do gênero no modo como a situação é avaliada: o fato de serem mulheres que passaram o dia bebendo agrava o quadro. Cesar (2006) cita variados estudos que mostram que no caso de mulheres vítimas do alcoolismo, o consumo de bebidas acontece majoritariamente no âmbito privado, ao contrário do que ocorre com os homens, justamente porque o preconceito que elas sofrem é maior. A maternidade, inclusive, é apontada como um dos fatores relacionados à repressão do consumo de álcool por mulheres, pois a função de cuidar dos filhos não “combina” com o ato de beber, assim como não condiz com outras representações acerca do feminino.

5.1.3 Caso 3

O terceiro caso que analisamos também foi publicado nos três jornais, mas nos deteremos sobre os textos do *Super Notícia*, que destinou a manchete principal do dia 2 de maio de 2008 à ocorrência. Na capa, o título “Mãe na farra e filhos feridos” estabelece uma relação de causalidade que norteará toda a cobertura: uma mãe decide ir a um rodeio em Nepomuceno, sul de Minas, e deixa os quatro filhos trancados em casa, onde ocorre um incêndio. O que se observa nos textos publicados nos dias 2 e 3 de maio pelo *Super*, é que as

crianças são vítimas da inconsequência da mãe, pois elas estavam sozinhas e presas dentro da residência que pegou fogo; por isso, não conseguiram fugir e o trabalho dos policiais que atuaram no resgate também se tornou mais difícil. Na abertura do texto já é possível identificar o modo como o relato constrói esse argumento. Sob a versal “Irresponsabilidade” vem o título “Fogo atinge crianças trancadas pela mãe” e, na sequência, o bigode oferece mais informações: “Mulher vai para rodeio e deixa os quatro filhos em casa; vela no quarto teria provocado incêndio” (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008). Nestes trechos, além de já se determinar que a culpa por aquela tragédia é da mãe, ficam claros também os papéis que os membros daquela família ocupam. A mãe é o agente; ela “tranca” e “deixa” as crianças, que por sua vez, são pacientes dessas ações. A primeira frase da matéria realça que as quatro crianças de 2, 5, 7 e 9 anos estavam dormindo sozinhas em casa; trata-se, portanto, de uma situação inadequada, uma vez que elas não deveriam ter sido deixadas a sós. O abandono em que as crianças se encontram contrasta com a condição da mãe, que “estava numa festa de rodeio quando o fogo começou” (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008). A ênfase na simultaneidade dos eventos reforça a crueldade da atitude tomada pela mãe, enquanto ela se diverte, os filhos estão enfrentando uma situação de extremo desespero. De acordo com o relato, é uma coincidência que livra as crianças da morte. “Por sorte, uma viatura policial passou em frente à residência em chamas” (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008). A partir desse momento, o texto dedica-se a contar como os policiais salvaram as crianças, que gritavam por socorro. Todos são retirados com vida de dentro da casa. A mãe, de acordo com a polícia, teria chegado ao local cerca de 30 minutos depois do incêndio ter começado. Além de não chegar a tempo para poder ajudar os filhos, uma vez que eles já tinham sido salvos (e se não fosse a polícia, tanto tempo depois é provável que eles já tivessem morrido) a mãe ainda estava “com sintomas de embriaguez”, que foram confirmados por exames de teor alcoólico a que ela foi submetida (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008). Após os exames, a mãe foi presa. Os filhos de 2, 5 e 7 anos foram transferidos da Santa Casa de Nepomuceno para o Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, pois estavam em estado grave. A menina de 9 anos não teve tantos ferimentos e ficou em Nepomuceno.

Assim como aconteceu nos relatos que trataram do abandono do menino Lucas, em Ribeirão das Neves, a mãe é incitada a se explicar, mas seus argumentos também são contrapostos a ocorrências anteriores, como revela o trecho:

Em sua defesa, M. disse que não tinha com quem deixar os filhos e, por isso, decidiu trancá-los em casa. Como a residência não tem energia elétrica, deixou uma vela no quarto onde os filhos dormiam. O Conselho Tutelar de Nepomuceno foi acionado e informou que a mulher respondia por outras três denúncias de abandono (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008).

Sob o intertítulo “Queimaduras graves”, o relato detalha o estado em que cada uma das crianças se encontra. À exceção da menina mais velha, as outras corriam risco de morrer. A filha de sete anos apresentava o quadro mais grave, com 55% do corpo queimado.

Neste primeiro relato chama a atenção como dois gestos que podem ter sido tomados pela mãe como sinal de cuidado, se voltam contra ela. Em que pese o risco de se deixar uma vela acesa, não se poderia pensar que a mãe adotou essa atitude porque as crianças estariam com medo de ficar no escuro, uma vez que não há energia elétrica na casa? Do mesmo modo, deixar as crianças trancadas não seria uma forma de evitar que elas saíssem e se submetessem aos riscos da rua? No entanto, após o incêndio, estas atitudes são tomadas apenas como causas para a tragédia. O fato de trancar os filhos torna-se um agravante: “segundo a Polícia Militar, as crianças poderiam ter morrido queimadas, já que estavam trancadas” (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008).

No texto publicado no dia seguinte, 3 de maio de 2008, fica evidente o caráter negativo de todas as atitudes tomadas pela mulher, não apenas naquele dia, mas em outros momentos: “não foi a primeira vez que a mãe praticou atrocidades contra os filhos” (SUPER NOTÍCIA, 03/05/2008). As atrocidades anteriores, às quais o texto se refere, no entanto, não são detalhadas. De acordo com a conselheira tutelar Marli de Oliveira, no ano de 2007 “foram vários registros policiais contra a mulher, que é alcoólatra” (SUPER NOTÍCIA, 03/05/2008). Assim, as acusações contra a mãe assumem um caráter genérico, embora se use termos fortes como “atrocidade” e “alcoólatra”. Não se explica o que a polícia registrou, mas além de partir de alguém que tem conhecimento sobre o assunto (a conselheira tutelar), a acusação ganha força quando se afirma que a mulher é alcoólatra, informação que, por essa linha argumentativa, aumentaria a probabilidade que ela tivesse agredido mesmo os filhos. Tais aspectos também são agenciados para dar força ao mote principal deste segundo relato, anunciado já no título “Mulher deve perder guarda dos filhos em Nepomuceno” (SUPER NOTÍCIA, 03/05/2008). Chama atenção o tom de certeza que o texto assume ao falar da possibilidade de que os filhos sejam retirados da mãe. “A mulher que deixou os quatro filhos trancados em casa para ir a um rodeio na noite da última quarta-feira, em Nepomuceno, no

Sul de Minas, não deve ficar mais com as crianças” (SUPER NOTÍCIA, 03/05/2008). Tal expectativa se baseia no encaminhamento de uma solicitação do conselho tutelar à promotoria da infância e da juventude. No entanto, não há menção a todos os trâmites que serão percorridos e à cautela que deve embasar esse tipo de decisão. De algum modo, a expectativa de que a guarda seja retirada da mãe expressa um desejo de vingança em relação a ela⁷⁴ e, mais uma vez, é também um alento, pois as crianças estarão protegidas das “atrocidades” cometidas pela mãe.

Novamente o protagonismo daquela situação é atribuído à mãe, em detrimento de outros fatores que também são importantes para a compreensão do que aconteceu. Apesar de usar os termos “casa” e “residência” é possível inferir do texto que se trata de uma moradia bem simples, pois havia apenas um quarto. Chama atenção também a ausência de energia elétrica no local; portanto, aquela família não devia ter acesso a bens de consumo básicos, tais como geladeira e televisão.

No entanto, estes aspectos não importam. O relato se sustenta sobre a polaridade ‘mãe irresponsável’ vs. ‘crianças indefesas’. Os meninos são resgatados por policiais, recebem cuidados de médicos e, depois que saírem do hospital, devem seguir para a casa de parentes. A menina de 9 anos, que sofreu menos ferimentos, já estava com a avó.

A mãe é caracterizada principalmente por sua irresponsabilidade. Tranca os filhos em casa para ir a um show e, como se isso não fosse suficiente, é encontrada com sinais de embriaguez. No *Super*, é identificada como doméstica, pelas iniciais do nome M.N.P e pela idade. Com apenas 27 anos já é mãe de quatro filhos. Como a mais velha tem nove anos, M. teve sua primeira filha por volta dos 18 e, possivelmente, engravidou quando ainda era adolescente. Depois, teve filhos com um intervalo médio de apenas dois anos entre cada um. Mesmo mãe de quatro filhos, trata-se de uma mulher jovem e, desde esse ponto de vista, não é inesperado que ela tenha interesse por sair e se divertir. O que os relatos jornalísticos nos revelam, no entanto, é que não deveria haver espaço para isso em sua vida, pois os filhos devem ser prioridade; se não há ninguém que possa tomar conta deles, cabe à M. aceitar sua condição e assumir plenamente as responsabilidades que a maternidade lhe impõe. Entretanto,

⁷⁴ É bom lembrar que já no século XIX havia consenso em santificar a mãe admirável e, concomitantemente, flagelar aquela que não cumpria com suas responsabilidades (BADINTER, 1985, p. 272). Assim, o modelo da maternidade-doação ganha espaço entre as mulheres sob os argumentos dos benefícios que gera para a mãe e a criança, como também sob as ameaças terríveis que poderiam acometer aquelas que se negassem a fazê-lo.

a mãe não atende a essas obrigações e, por isso, vai para a prisão, acusada pelo crime de abandono de incapaz, previsto em lei. A expectativa é de que sofra uma sanção ainda mais dura e perca a guarda das crianças.

Quatro dias após o último relato que havia publicado sobre o caso, o *Super* dá a notícia de que o mais novo dos quatro irmãos, que estava internado em Belo Horizonte, não resistiu e morreu. Há, no entanto, divergências em relação à idade do garoto. Nos outros relatos informa-se que ele tinha 2 anos e neste a idade informada é de 4 anos. Uma diferença significativa, mas não encontramos qualquer informação que explique a controvérsia. O relato restringe-se a informar a morte, lembrando rapidamente as circunstâncias em que as crianças foram vitimadas pelo incêndio. Acrescenta-se também que a mãe continua presa e será “indiciada por abandono de incapaz, qualificado pelo resultado morte” (SUPER NOTÍCIA, 07/05/2008). É possível observar que o falecimento do menino não gera repercussão, como no dia em que o incêndio ocorreu e o jornal o noticiou como o principal destaque da capa. Ao contrário, a notícia é bastante breve, além da morte de uma das crianças, informa que a menina de 7 anos e o menino de 5 continuam internados em estado grave. Não há depoimentos de nenhum familiar, nem mesmo da mãe, que é apontada como responsável, mas por quem o jornal não demonstra se “interessar” novamente. Não há informações, por exemplo, sobre como ela reagiu à notícia da morte do filho e no texto não há qualquer sinal que possa exprimir consternação e surpresa pelo o que ocorreu.

Nos relatos analisados, o início da história está no abandono das crianças por um motivo nada nobre para uma mãe: ir a uma festa. A prisão é tida como um desfecho esperado para a mãe relapsa e única responsável pelo o que ocorreu. O que levou M. a tomar aquela atitude? O que a prisão pode significar para ela e para os filhos? Como ela lida com a morte do filho mais novo? Qual o sentimento dos outros filhos em relação à mãe? Eles podem ser encaminhados a casas de parentes, enquanto a mãe aguardará na prisão pela decisão da Justiça. O que isso pode representar na trajetória de vida de cada um dos filhos e de sua mãe? Como a morte do caçula foi recebida por aquela família? O que aconteceu com as crianças de 5 e 7 anos que ainda estavam internadas em estado grave?

O ponto de partida da história é fundamental para a construção das imagens destes sujeitos, especialmente da mulher. Assim como verificamos nos outros relatos, é como se M. não possuísse uma existência anterior ao dia em que deixou os filhos em casa para assistir a um show. Fatos pregressos a esta noite são acionados apenas para reforçar seu caráter

irresponsável: já havia registros no conselho tutelar e, se no primeiro texto fala-se de embriaguez, no segundo a mulher já é identificada como alcoólatra⁷⁵. Mas qual é a história de M.? Por que ela engravidou jovem? E a família dela, onde está? E os filhos, como viviam antes daquela tragédia?

Diante de todos esses elementos relegados à invisibilidade, a ausência de uma pergunta nos inquieta sobremaneira. Onde estava o pai (ou os pais) destas crianças na noite em que a tragédia aconteceu? Apenas no último texto diz-se que a menina mais velha está “morando com o pai e avós na cidade de Lavras” (SUPER NOTÍCIA, 07/05/2009), mas não é possível saber se o homem também é o pai das outras crianças, se possui condições de cuidar dos filhos e quais as circunstâncias em que a menina mais velha está vivendo. Assim, de um lado tem-se uma mulher que é fortemente incitada a assumir seus deveres de mãe e, ao falhar no exercício dessa função, há necessidade de que seja punida. Já a postura em relação à ausência do pai é absolutamente diferente. Não há menção, cobrança ou “estranheza” diante do fato de que apenas a mãe vivesse e fosse responsável pelos cuidados com os quatro filhos. Naquela situação, a ausência do pai não é vista como um problema e, ao final, ele ainda aparece como uma solução, pois juntamente com os avós, acolhe a menina de nove anos.

5.1.4 Caso 4

Diferentemente dos casos analisados até aqui, os relatos que observaremos nesta seção referem-se ao abandono de um recém-nascido. Ainda que se trate de uma prática recorrente na sociedade ocidental (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985; PONTE, 2005), este tipo de abandono normalmente gera grande comoção. Nossa análise compreende todos os relatos ligados ao caso publicados nos três jornais. Dois deles foram veiculados pelo *Super Notícia* e *O Tempo* no dia 7 de abril de 2009. O *Estado de Minas* só faz referência ao caso no dia seguinte, 8 de abril de 2009. O relato publicado em *O Tempo* é o mais breve dos três. Em apenas um parágrafo, conta-se que uma mulher de 27 anos ouviu um choro de bebê na garagem de sua casa e, ao seguir até lá para ver o que estava acontecendo, encontrou um recém-nascido no

⁷⁵ Mais uma vez vale ressaltar o peso que esse tipo de informação tem por se tratar de uma mulher. Se o alcoolismo é visto com maus olhos no caso dos homens, quando se trata de mulheres configura-se como uma conduta imperdoável.

chão, apenas com a roupa do corpo. De acordo com o texto, ele ainda estava “sujo de sangue e com o cordão umbilical” (O TEMPO, 07/04/2009). Então, a dona da casa enrolou o bebê num cobertor e chamou a polícia. A criança foi encaminhada para o hospital da cidade.

Como aconteceu com outros textos analisados no capítulo três, os relatos d’*O Tempo* e *Super Notícia* são semelhantes em vários aspectos. Neste caso, a notícia publicada no *Super* difere em apenas três pontos. Enquanto n’*O Tempo* diz-se que o bebê estava “no chão e **descoberto**, apenas com a roupa do corpo” (O TEMPO, 07/04/2009, grifo nosso), no *Super* a informação é de que “estava no chão e **coberto** apenas pela roupa do corpo” (SUPER NOTÍCIA, 07/04/2009, grifo nosso). As outras duas distinções é que o *Super* informa que o bebê passa bem e publica a seguinte afirmação do sargento Antônio Acássio: “ainda não sabemos quem o abandonou, mas vamos procurar a mulher e, em breve, identificá-la” (SUPER NOTÍCIA, 07/04/2009). A leitura que o sargento faz deste abandono é bastante significativa para o que temos chamado atenção ao longo deste capítulo, pois só pode haver uma suspeita pelo abandono, uma mulher. É como se a presença de sangue e do cordão umbilical atestassem o vínculo inquestionável entre a mulher e o bebê, portanto, somente ela poderia tê-lo abandonado, mesmo que a polícia desconheça sua identidade.

Se o *Super* e *O Tempo* não utilizam em nenhum momento o termo “mãe”, no relato do *Estado de Minas* a menção é feita já no título, que a apresenta como a autora do abandono: “Bebê deixado por mãe em garagem” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009). Além de ser mais extenso do que os outros dois, o texto do *EM* explicita os sentimentos evocados por aquela situação. O primeiro parágrafo ilustra bem o tom assumido pelo texto:

Em poucos minutos de vida, a pequena Gabriela conheceu uma das atitudes mais cruéis do ser humano: o abandono. Assim que veio ao mundo, a mãe a deixou dentro de uma picape, na escuridão, com frio e fome, em Ibitaré, na Grande BH. Ao mesmo tempo que conheceu a frieza humana, a recém-nascida também descobriu a sorte e o calor de muitos corações (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009).

Como é publicado um dia depois dos relatos do *Super* e d’*O Tempo*, o texto do *Estado de Minas* já traz o nome que as enfermeiras deram à menina na maternidade: Gabriela. A informação sobre o sexo do bebê também é nova, pois os textos do dia 7 de abril falavam de “um recém-nascido” (O TEMPO, 07/04/2009). A abertura da matéria do *EM* evidencia semelhanças no modo como os relatos jornalísticos leem aquelas situações. O bebê abandonado na garagem e as crianças socorridas do incêndio em Nepomuceno têm em

comum a mãe irresponsável e experimentam da mesma fórmula de salvação: contam com a sorte de terem sido encontrados a tempo e com a dedicação de outros adultos, que não são de sua família, mas atuam para livrá-los daquilo que ameaça suas vidas.

No relato do *EM* observa-se também um esforço de narrar com detalhes o modo como a menina foi encontrada. Conta-se que após fazer o jantar, a técnica de enfermagem, Patrícia Ferreira de Oliveira, de 27 anos, subiu para um dos quartos de sua residência. Nesse momento, ela ouviu um choro de bebê e desceu até a garagem, onde encontrou a menina na carroceria de uma picape “entre tapetes e entulhos” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009). Aqui, é detectada mais uma divergência entre os relatos, pois *O Tempo* e *Super* informaram que o bebê teria sido encontrado no chão. Dessa maneira, o cotejamento entre os textos corrobora o que já havíamos observado nos outros relatos: os pormenores, fartamente empregados nos textos jornalísticos a princípio como modo de atestar a “realidade dos fatos”, funcionam mais como apelação a um afeto fácil, que leve à uma adesão imediata ao que é narrado, do que como uma forma de guardar correspondência fidedigna com o que aconteceu.

Depois de enrolar a menina num cobertor e verificar sua respiração – novamente se dá ênfase a detalhes –, Patrícia chamou a polícia e a criança foi levada para a maternidade do município. A partir desse momento, o relato passa a apresentar uma série de informações positivas relacionadas à menina. Segundo as enfermeiras, ela “tem cara de sapeca e foi uma guerreira” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009). Além disso, está passando por uma série de exames para detectar se foi acometida por alguma doença ou infecção, mas seu estado de saúde é bom, a menina tem mais de três quilos e mede 50 centímetros. A previsão é de que já receba alta no dia seguinte ou no máximo em dois dias. Ela recebeu a visita de Patrícia, mulher que a salvou e que gostaria de ficar com ela, mas não pode fazê-lo porque já tem três filhos e está desempregada. No entanto, o conselho tutelar de Ibirité já havia recebido ligações de muitos interessados em adotar a menina. Assim, passado o momento trágico do abandono, a expectativa é de que Gabriela viva momentos felizes e encontre junto de outras pessoas a acolhida e o afeto negados por sua mãe.

Ao final, a matéria informa que a Polícia Civil abrirá um inquérito para apurar o caso. No entanto, “ainda não há suspeitas sobre o paradeiro da mãe” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009). Ainda em relação à mãe, este relato também revela uma possibilidade que não foi mencionada nos outros dois: o parto pode ter acontecido no mesmo local em que o bebê foi encontrado. “Como havia rastro de sangue no chão e no veículo, ela [a dona da casa]

desconfia que a mulher deu à luz no chão da garagem e depois encostou no capô do carro. ‘Não ouvimos nada’, afirma” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009). Apesar de chocante, essa informação não ganha repercussão no texto. Apenas no final da matéria, a dona da casa é novamente acionada para falar da mãe e ela diz que não desconfia quem pode ser a mulher. Mesmo que tenha passado por um parto nestas condições, as menções que o texto faz à mãe a colocam no lugar de insensível e criminoso. O que ganha força no relato é a situação em que o bebê foi encontrado, capaz de despertar sentimentos como piedade, solidariedade e, conseqüentemente, de repulsa por quem o deixou naquela situação. Se à infância está associada à noção de fragilidade, isso se acentua ainda mais quando se trata de um recém-nascido. A matéria, inclusive, reproduz um trecho do depoimento de Patrícia que realça tais aspectos. “Achei-a tão indefesa que pus nos braços e levei para casa. Ela estava com os pezinhos e dedinhos frios e colocava-os na boca como se procurasse se alimentar” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009).

O que nos chama atenção, no entanto, é que as condições enfrentadas pela mulher não despertam nenhuma inquietação. O que poderia ter levado aquela mãe a parir em tais condições? Por que ela não pôde recorrer a um hospital? Quais são os riscos que um parto em tais condições representa para a saúde da mãe? Ela teria passado por tudo aquilo sozinha? Alguém a acompanhou? O pai da menina sabe o que se passou? Ele deu algum tipo de assistência à mãe? A decisão de abandonar a criança foi tomada apenas pela mãe? Quais são as circunstâncias que podem ter levado a este gesto extremo? No entanto, estas perguntas não parecem relevantes para os relatos analisados. A história começa é na descrição daquele gesto cruel de abandono, protagonizado por uma mulher. O choro do bebê desperta a atenção da dona da casa, que corre em seu auxílio. Os desdobramentos se dão a partir desse momento. A mãe precisa ser encontrada para responder pelo seu gesto, e o importante é que a menina está bem de saúde e há expectativas de que tenha um futuro promissor, pois há pessoas interessadas em adotá-la e a oferecer carinho. A possibilidade de que a mãe tenha feito o parto sozinha e na garagem não é encarada como uma situação problemática. Se realmente se importasse com a filha, a mulher deveria ter superado essas adversidades, não há justificativa para o fato de ter deixado o bebê sozinho. O que observamos é que a figura angelical da menina contrasta com a demonização da mãe e as duas são colocadas em posições antagônicas. No relato, a imagem que se constrói é de que mesmo frágil e vítima do descaso

da mãe, Gabriela não se entregou, a mãe não conseguiu destruir sua felicidade. Nesse embate, o posto vitorioso é reservado à menina.

5.1.5 Caso 5

No dia 28 de abril de 2008, *O Tempo* e *Super Notícia* publicam a notícia de que uma mulher foi acusada pelos vizinhos de ter abandonado os oito filhos em Sabará, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As crianças têm idades entre 1 e 14 anos. Em ambos os relatos enfatiza-se que a mãe é a responsável pelo abandono, como revelam os títulos: “Mãe abandona oito filhos em Sabará” (SUPER NOTÍCIA, 28/04/2008) e “Mulher é acusada de abandonar oito filhos” (O TEMPO, 28/04/2008). No entanto, ao contrário do que observamos nos outros relatos analisados neste capítulo e nos textos relativos a abandono de modo geral⁷⁶, o pai é encontrado pela polícia e ganha espaço nos relatos para explicar o que aconteceu. Joselito Aparecido de Jesus tem 43 anos e logo que é apresentado nos dois textos vem acompanhado pelas mesmas explicações. “Ele disse que não abandonou os filhos. ‘Ela me largou cinco vezes, e sempre voltou com um filho diferente’, acusou” (O TEMPO; SUPER NOTÍCIA, 28/04/2008)⁷⁷. Então, ele conta que um mês antes ficou preso durante nove dias porque foi acusado de agressão pela mulher. A partir disso, n’*O Tempo* diz-se que, ao sair da cadeia, ele encontrou a casa em que a família morava destruída pelo fogo e a mulher teria levado as crianças para outro bairro de Sabará. “Fiquei sem nada e ela levou os filhos para uma casa no bairro Vila Rica, estão jogados na vida” (O TEMPO, 28/04/2008). Assim, o pai acusa a mãe de ter perdido bens materiais, ter levado os filhos para longe e de não cuidar deles. É interessante observar que nos títulos dos textos e nos argumentos apresentados por Joselito, fica subentendido que não há expectativa de que o pai esteja com os filhos sem a presença da mãe. Enquanto isso, é natural ver apenas a mulher junto da prole nos casos em que ocorre a separação do casal, como também revelam os relatos que analisamos até aqui.

⁷⁶ Em 57% dos textos relacionados ao abandono de crianças e adolescentes não há qualquer menção ao pai.

⁷⁷ Há duas pequenas diferenças na redação do depoimento. Realçamos essas distinções com os grifos a seguir: “**Na verdade**, ela me largou cinco vezes e sempre **voltava** com um filho diferente.” (SUPER NOTÍCIA, 28/04/2008).

No relato d'*O Tempo*, diz-se que ele foi orientado a não procurar mais a esposa. No *Super*, a informação é de que “ele preferiu não procurar mais a família” (SUPER NOTÍCIA, 28/04/2008). Assim, no primeiro relato parece ter havido a influência de alguém na sua decisão de não retomar o contato da família, pode-se aventar, inclusive, que a orientação tenha partido de alguma instância judicial, uma vez que ele esteve preso por agressão. É interessante observar que diante da denúncia de abandono dos filhos, o fato de ter sido acusado por agressão pela própria mulher torna-se um alibi, o pai o utiliza como justificativa para o fato de não estar junto da família.

Joselito também conta que reconhece a paternidade de apenas cinco das oito crianças. N'*O Tempo*, a matéria termina apresentando a vontade do pai de mudar aquela situação.

Agora, o pai quer a guarda dos filhos. ‘Mas quero criar os meninos sem ela’, frisou. Para o pintor que vive de biscates, a mãe não educou os meninos. Ele informou que os filhos foram encaminhados ao Conselho Tutelar de Sabará. ‘Estou com um monte de filho que não é meu’, reclamou (O TEMPO, 28/04/2008).

No entanto, há informações um tanto nebulosas neste trecho. O pai reivindica apenas a guarda dos cinco filhos cuja paternidade ele reconheceu? Se for isso, o que pode acontecer com os outros três? Se os filhos foram encaminhados para o conselho tutelar e o pai não estava convivendo com a família nos últimos dias, o que ele quer dizer com “estou com um monte de filho que não é meu”?

A mãe, acusada de negligência pelo pai, não é ouvida em nenhum dos dois relatos, assim é possível supor que não foi encontrada pela polícia. Nos textos ela é identificada como Rosilene Alves Campos, cozinheira, de 33 anos. E não há outras informações, além da acusação de que teria abandonado oito filhos em Sabará. As referências oferecidas pelo ex-marido são as piores: Rosilene sempre o abandonava e depois voltava com filhos de outros e, depois de denunciá-lo para a polícia, leva as crianças para outro bairro, o que pode ser interpretado como uma tentativa de privá-las da convivência com o pai.

O que nos chama atenção é que, mesmo o pai sendo ouvido em ambos os relatos e tendo assumido que não estava em contato com a família, o abandono é creditado apenas à mãe. De algum modo, podemos concluir da argumentação do pai, especialmente no relato d'*O Tempo*, é que ao denunciá-lo por agressão, a mãe tomou para si a responsabilidade pelo cuidado e a educação dos filhos, portanto, deveria ter a competência para fazê-lo. Assim, a

partir do momento em que é preso, ele se exime dessa função, mas interpelado pelo relato, expressa o desejo de retomá-la. Longe da mãe, que fique bem claro.

Quanto às crianças, sabe-se menos ainda. De acordo com *O Tempo*, os policiais contaram que algumas estavam em casa e outras brincavam na rua. Ao contrário dos outros relatos analisados neste capítulo, não há qualquer menção ao estado de saúde de meninos e meninas ou qualquer informação sobre a salubridade do espaço físico em que estavam. No *Super*, a referência às crianças assume inclusive um tom jocoso: “a denúncia partiu de vizinhos e a **meninada** acabou sendo encaminhada ao Conselho Tutelar de Sabará” (SUPER NOTÍCIA, 28/04/2008, grifo nosso).

Para refletir sobre os lugares dos sujeitos neste relato, assim como nos outros que analisamos ao longo deste capítulo, valemo-nos da perspectiva de que cada membro do micro-sistema familiar formado por pai, mãe e filhos deve ser pensado em relação ao outro, de modo que seja “considerado de forma relativa e tridimensional” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45). No que tange à figura paterna, de modo específico, é possível observar que ao enfatizar que a mãe deve ser a principal responsável pela vida e saúde dos filhos, os discursos filosófico e médico também levaram à diminuição do papel do pai no cuidado com as crianças. “O aumento considerável das responsabilidades maternas, desde o fim do séc. XVIII, eclipsou progressivamente a imagem do pai” (BADINTER, 1985, p. 282). Os pais perdem espaço, mas não são banidos da família. Muitos se dedicaram a dizer quais são as funções que devem exercer, mas o que não se pode perder de vista é que a aproximação entre pai e filho não é natural nem obrigatória como no caso da mãe (BADINTER, 1985).

Nos relatos que analisamos é justamente a ênfase no caráter **obrigatório** dos cuidados com os filhos que distinguem as mães dos pais. Se oito crianças são encontradas sozinhas em casa, se um menino de 1 ano e três meses está perdido no meio do mato ou se uma recém-nascida é encontrada numa garagem, a primeira providência é inquirir pelas mães. Um gesto que dialoga diretamente com a compreensão de que o dever de cuidar das crianças é uma atribuição materna. Chama-nos a atenção que nos textos analisados o cuidado com os filhos além de obrigatório, é visto como um dever **exclusivo** das mães. Mesmo nessa ocorrência registrada em Sabará, em que o pai é encontrado pela polícia e é ouvido pela reportagem, é a mãe que recebe a acusação de abandonar os oito filhos.

Numa análise contemporânea dos conflitos que envolvem a maternidade, Badinter (2011) defende que a possibilidade de optar por ter ou não filhos acarreta também um

aumento da responsabilidade da mãe, pois ganha ênfase o argumento de que “o filho não pediu para vir ao mundo”. Essa leitura pode ajudar a compreender também porque as mães presentes nos relatos são convocadas a assumir suas responsabilidades de maneira tão incisiva. Aconteça o que acontecer, elas devem cuidar dos filhos. E, como salienta a autora, assumir as atribuições maternas implica, necessariamente, ter menos tempo para outras atividades às quais a mulher se dedicava antes de ter filhos (BADINTER, 2011). Nesse sentido, os relatos defendem que em primeiro lugar deve ser assegurado o bem-estar da criança. Se a mãe não tem com quem deixar os filhos, precisa abrir mão de ir à festa de rodeio ou aos bares, como se observa nos casos de Nepomuceno e Ribeirão das Neves.

Juntamente desse paradigma que rege a família moderna (os filhos precisam ser protegidos pelos pais, principalmente pelas mães), surgem aparatos criados pelo Estado para agir nos casos em que as famílias fracassavam no cumprimento de suas funções. É esse cenário que dá origem a profissionais como juízes de menores, assistentes sociais, educadores e psiquiatras, que irão aumentar a vigilância sobre os pais com o intuito de garantir melhores condições de vida para as crianças (BADINTER, 1985). Nos relatos jornalísticos, a vigilância do Estado se dá a ver pelas vozes que são consideradas autorizadas para falar dos abandonos. Em todos eles a polícia aparece como fonte e, em muitos, como no texto d’*O Tempo* sobre o caso de Venda Nova, é a partir apenas do relato de uma delegada que se assenta toda a matéria. Conselheiros tutelares e médicos também aparecem com frequência, os primeiros para atestar que já havia acusações contra as mães ou para explicar o destino que seria dado às crianças abandonadas, e os segundos para informar o estado de saúde naqueles casos em que houve hospitalização das vítimas. Os relatos nos permitem concluir que ao reportar este tipo de ocorrência e evidenciar, correntemente, as sanções previstas para os infratores, a imprensa também passa a integrar esse sistema de vigilância das famílias desviantes.

5.2. De causas e inícios

Nas análises tecidas até aqui procuramos realçar o que pode ser identificado como as causas e o início de cada um dos casos que selecionamos para análise. De modo geral, estes operadores analíticos nos permitiram observar muitas semelhanças no modo como as situações são reportadas. No que tange às causas, por exemplo, é recorrente o recurso de

apontar para questões de foro individual. Em todos os relatos analisados, o que leva as crianças ao abandono é a inadequação do comportamento de suas mães. No caso do menino que é encontrado vagando pela rua na região de Venda Nova, chega-se a uma casa tomada pela sujeira. A mãe não zela pelos filhos, pela casa e nem pelas doações que recebe. Já o menino Lucas, encontrado no matagal em Neves, havia passado por uma espécie de “peregrinação” por bares junto da mãe, que confessa ter errado ao levar o garoto para este tipo de ambiente. Em Nepomuceno, a causa da tragédia é a “irresponsabilidade” da mãe, como frisa a versal da primeira notícia publicada pelo *Super* (SUPER NOTÍCIA, 02/05/2008). M. tranca os quatro filhos sozinhos em casa e deixa uma vela acesa no quarto para ir a uma festa de rodeio. Ainda que se desconheçam os motivos, não há dúvidas de que foi a mãe quem abandonou a recém-nascida na garagem de Ibirité. Interessante notar também que nos relatos não é possível perceber um interesse por descobrir essas motivações. Mais importante do que saber o que levou uma mulher a passar por um parto em condições tão adversas (há sinais de que tenha acontecido na garagem), é descobrir seu paradeiro para que possa responder pelo que fez. Em Sabará, não se sabe também o que teria motivado a mãe a abandonar os oito filhos e mesmo as circunstâncias desse abandono não são esclarecidas: não é possível saber há quantos dias as crianças estavam sozinhas, se havia alimentos em casa e qual era o estado de saúde de cada uma delas. Não haveria a possibilidade de que a mãe tivesse saído para trabalhar e deixado os filhos sob a responsabilidade do filho (ou filha) de 14 anos? Essa situação, por exemplo, é comum a muitas famílias brasileiras, ainda que também caracterize abandono, uma vez que um adolescente não tem a competência necessária para cuidar de outras sete crianças; no entanto, vista a partir dessa perspectiva a situação passa por uma mudança que precisa ser considerada. O que o relato oferece é uma série de acusações do pai em relação à mulher, a mesma que o denunciou por agressão, resultando em nove dias de prisão.

Como ressaltamos no capítulo metodológico, a consideração das causas e dos inícios como dois eixos distintos tem como objetivo tornar a análise mais operativa, mas o que se observa é que estes aspectos aparecem de modo intrincado nos textos. Ao mesmo tempo em que as lesões corporais e o desleixo da mãe podem ter motivado o menino de quatro anos a ficar andando sozinho pela rua em Venda Nova, é nestes elementos que vemos também o início da história. A denúncia da comerciante serve para tornar aquela situação visível aos olhos das autoridades, que têm então a competência de investigar e tomar providências. Em

Sabará, o abandono de oito crianças, começa, de acordo com o relato, numa relação conturbada entre marido e mulher. O pai alega que a cada separação, seguida por uma nova reconciliação, a mãe voltava com um filho diferente. Em meio a esses conflitos ela o denuncia por agressão, o que provoca a ruptura do contato entre pai e filhos. Em Ibité, o relato começa com o um gesto cruel empreendido por uma mulher: o abandono. O choro do bebê que sente fome e frio desperta a atenção da dona da casa em que foi abandonado. Em Nepomuceno, a decisão da mãe de deixar os filhos sozinhos é o ponto de partida de uma história que resulta em morte. No relato que se desdobra por mais dias nos jornais, encontramos as informações mais distantes do dia em que efetivamente ocorre o abandono. Se consideramos o conjunto de todos os relatos, podemos dizer que a história do menino Lucas, encontrado em um matagal em Ribeirão das Neves, começa na ausência do nome de seu avô paterno na certidão de nascimento de sua mãe. Gleiciane e os outros dois irmãos são criados somente pela mãe. Em 2003, a jovem começa a namorar um camelô que conheceu no Centro de BH, engravida, mas a relação dos dois era complicada e ela volta a morar com a mãe. No entanto, quando o menino é abandonado, Gleiciane não está mais morando com a mãe e seu companheiro está preso. Ela não tem emprego fixo, apenas faz faxinas de vez em quando.

Ao observar o ponto de partida que os relatos elegem para cada uma das histórias e as causas que ganham relevo percebemos uma interessante articulação entre o imprevisível e o previsível. Se ao reportar os casos, há um esforço em evidenciar a ruptura que eles provocam, uma vez que crianças são encontradas desprotegidas e são alvo da negligência cometida por suas próprias mães, o que se vê na sequência é a menção a uma série de aspectos que ajudam a entender porque se chegou até ali. No rastro dos meninos encontrados sozinhos em Ribeirão das Neves e Nepomuceno, os relatos destacam que as mães consumiam bebidas alcoólicas e não abriam mão de se divertirem para preservar a integridade dos filhos. Nestes dois casos também é citada a existência de denúncias anteriores contra as mães; assim, o que se pode inferir é que já havia sinais de que aquelas tragédias poderiam acontecer.

O “desajuste familiar” (ESTADO DE MINAS, 26/03/2008) apontado claramente como uma das causas para o abandono registrado em Ribeirão das Neves, também se dá a ver em todos os outros relatos, seja pelos conflitos entre os parceiros, citados no caso das oito crianças, seja pela ausência da figura paterna. Como assinala Carvalho (2000) o modelo nuclear está no centro das expectativas em relação à família, portanto, nenhum dos grupos citados se enquadra nesse perfil, uma vez que somente as mães e os filhos vivem juntos. No

caso específico do abandono da recém-nascida, há ainda menos informações a esse respeito, mas, de toda maneira, uma mãe que abandona o filho ao nascer impede já de início a configuração de uma família-padrão. Interessante realçar também que dos três casos em que há menção aos pais, em um ele está preso e no outro já esteve na prisão. Na ocorrência de Sabará há destaque para o fato de que o homem assume a paternidade de cinco das oito crianças, um sinal evidente da “irregularidade” daquela família.

Em três casos, as mães têm uma quantidade de filhos considerada alta, levando-se em conta que a taxa atual de filhos por mulher no Brasil está em 1,9, de acordo com dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE. Junto com a prole numerosa, está o exercício de profissões de baixa remuneração, como as funções de doméstica e cozinheira. Em situação ainda pior, há também mães que estão desempregadas ou pedem esmolas. No caso de Sabará, logo depois de mencionar que o pai manifestou o desejo de cuidar dos filhos, o relato destaca que ele é um “pintor que vive de biscates” (O TEMPO, 28/04/2008).

Diante de todos estes elementos, a imprevisibilidade que chama atenção para o gesto de abandono dá lugar a uma série de fatores que, articulados, nos fazem ver o quanto aquelas situações são previsíveis e, de alguma maneira, até esperadas. Quando há dificuldade em detectar esses elementos, como no caso da recém-nascida encontrada em Ibirité, os relatos procuram por alguma conexão, por mais frágil que seja, como revelam as duas últimas frases do texto publicado pelo *Estado de Minas*: “não é o primeiro abandono de bebê em Ibirité. Em 2007, uma menina foi deixada pela mãe perto do bairro onde Gabriela foi localizada” (ESTADO DE MINAS, 08/04/2009). Assim, naquela região, o abandono de bebês não é algo inédito!

Este movimento de “organização” das histórias que observamos nos relatos analisados possui uma relação estreita com as expectativas que norteiam o fazer jornalístico contemporâneo, que primam por uma realidade “sempre coerente, não-contraditória e determinada” (ETTEMA, GLASSER, 2011, p. 252). A partir das reflexões de Melvin Pollner sobre a “razão mundana”, Ettema e Glasser (2011) destacam que esses pressupostos nunca são questionados, mesmo quando os relatos sobre a suposta realidade estão em conflito. Para dirimir estes choques, a razão mundana se vale de “um repertório vasto, ainda que culturalmente determinado, de estratégias para explicar quaisquer potenciais disjunções na realidade” (ETTEMA, GLASSER, 2011, p. 252). Esta mesma razão “insiste que apenas uma história coerente pode ser a verdade e exige que os repórteres resolvam quaisquer

discrepâncias capazes de criar uma disjunção significativa na realidade” (ETTEMA, GLASSER, 2011, p. 266).

O que as análises nos mostram é que as controvérsias e pontos obscuros não têm força para encaminhar os relatos para lugares inesperados. Os elementos de imprevisibilidade são contornados por inícios e causas altamente previsíveis, que orientam a organização dos casos e revelam o forte trabalho de normalização desses episódios empreendido pelo jornalismo. Assim, a realidade determinada e não-contraditória que ampara a compreensão dos casos que analisamos diz que as atitudes tomadas pelas mães são inaceitáveis já de partida. Se a mulher abandona um bebê recém-nascido, a “solução” prevista pelo relato é de que não deveria ter abandonado. Se resolve deixar os filhos trancados em casa para ir a uma festa, o correto é que não o tivesse feito. Se a mãe revela não ter condições para cuidar do filho, a solução é que se mostrasse capaz. Desse modo, nos deparamos com relatos moralistas, que não demonstram capacidade de lidar com o mundo que emerge e se apresenta diante de nossos olhos, mas que trata do mundo como ele deveria ser. Um mundo em que os conflitos e as contradições não parecem ser fortes o suficiente para revisar pressupostos sobre a realidade.

Nesse sentido, se “os valores, mediados pela forma da narrativa, desempenham um papel central no conhecer e descrever os fatos” (ETTEMA, GLASSER, 2011, p. 252), não podemos perder de vista que o amor materno e o exercício da maternidade (encarada como uma atividade de doação e responsabilidade) são reconhecidos e positivamente avaliados pela sociedade contemporânea. Essas pressuposições também são fundamentais para compreender o modo como os relatos irão representar cada um dos sujeitos envolvidos nas ocorrências de abandono.

As caracterizações e julgamentos são relativos, constroem-se em contextos sociais concretos e estão fundados em valores que se pretendem universais ou, ao menos, amplamente compartilhados – com base neles, definem-se, concomitantemente norma e desvio (BIROLI, 2011, p. 78).

O que observamos é que todas as mães citadas nos textos são tomadas pela perspectiva do desvio. Numa concepção de realidade pré-determinada em que a mãe deve se dedicar incondicionalmente aos filhos, o gesto que observamos nos relatos é apenas de reforço desses valores. Mesmo que diariamente os jornais publiquem uma série de notícias em que mães são responsáveis pelo abandono ou outros tipos de violência contra os filhos, a universalidade do amor materno continua a ser tomada como o parâmetro de compreensão da realidade. Desse

modo, ainda que os relatos lidem com as exceções, estas não são tomadas como capazes de gerar questionamentos à regra.

Observar como fato e narrativa constituem-se nesses relatos torna-se um exercício revelador. Nas histórias analisadas, o fato é tomado como o abandono da criança pela mãe. No entanto, é possível ver também nessas ocorrências “abandonos em cadeia”: não seria plausível considerar que a mãe que realiza o próprio parto numa garagem e que deixa sua filha recém-nascida nesse lugar também se viu abandonada? A supremacia do bem-estar da criança é interpretada nos relatos como o ponto catalisador daquelas narrativas e com frequência tem obnubilado a percepção de outras violações que também se fazem presentes naquele cenário. Apenas para citar mais um exemplo, as mães que enfrentam problemas com o abuso de bebidas alcoólicas não deveriam ser antes auxiliadas, receberem tratamento médico adequado, no lugar de serem apenas acusadas de negligência contra seus filhos? O que a análise dos relatos nos levou a perceber é que juntamente com as crianças e os adolescentes, essas mulheres foram abandonadas por seu grupo doméstico (companheiros, familiares, amigos) e pelo próprio Estado, que pode agora lhes retirar a guarda dos filhos e condená-las à prisão.

Não se trata de defender que esta perspectiva seja a mais adequada, portanto, devesse ser adotada na construção dos relatos jornalísticos. O que está em questão é a “verdade dos fatos”, que o próprio jornalismo reconhece como impossível, mas toma como inspiração e a partir disso empreende a busca por uma “única versão que corresponda às coisas e aos eventos de um determinado mundo” (ETTEMA; GLASSER, 2011, p. 249). No entanto, como destacam esses autores, a investigação prática resulta de um modo de lidar com evidências e não com a realidade e este processo é norteado por valores. Por isso, é tão importante observar que o supremo bem-estar da criança, a maternidade doação e a paternidade acessória exercem um papel fundamental no modo como os relatos apreendem cada uma das histórias de abandono, para mencionar apenas alguns dos valores que participam deste processo.

Outro aspecto que merece ser realçado é que a violência contra crianças e adolescentes serve de mote para a produção dos relatos; no entanto, isso não implica que meninos e meninas ocupem uma posição privilegiada na cobertura, como constatamos nas análises. O que verificamos é que essas vítimas são sumariamente apresentadas nos textos, em geral, menciona-se apenas a idade – uma vez que a legislação brasileira impede a divulgação de nomes de crianças encontradas em situação vexatória – e, em algumas situações, também são

citadas características relacionadas a aspectos físicos: se discutem as marcas de agressão e qual é o seu estado de saúde. Em seguida, noticia-se a quais instituições foram encaminhadas (na maior parte dos casos trata-se do conselho tutelar ou do hospital) e, por vezes, menciona-se a possibilidade de que entrem para a adoção. É possível observar também um movimento de “angelização” das crianças, com evocações que remetem a características como fragilidade, inocência e pureza. Imagens que contrastam com a “demonização” das mães agressoras.

Dessa forma, crianças e adolescentes ocupam invariavelmente a situação de pacientes, ou seja, trata-se de atores sociais que sofrem a ação de outros (VAN LEEUWEN, 1997, p.169). Os adultos ocupam a posição de agentes, mas em dois papéis antagônicos: de um lado, estão os agressores – no caso do abandono são as mães, como observamos – e do outro os salvadores, que os retiram da situação de abandono. Nesse último grupo verifica-se a atuação de profissionais que têm a incumbência de proteger e cuidar de crianças e adolescentes em função dos cargos que ocupam em instituições do Estado (podemos citar policiais, conselheiros e médicos), que geralmente atuam em conjunto com vizinhos ou desconhecidos, que testemunham as situações de abandono e buscam por providências que possam interromper aquela violação. Como ressaltamos, entendemos também que a própria imprensa pode ser vista como um membro dessa comunidade de vigilância das famílias que agridem crianças e adolescentes.

No que tange ao papel sociológico da agência, observamos que as mães alternam de posição ao longo dos relatos. Elas aparecem na condição de agentes em relação às crianças, pois são apontadas como as autoras dos abandonos, mas tornam-se pacientes ao serem punidas pelo Estado. Em todos os casos analisados houve, inclusive, destaque para as sanções recebidas pelas mães.

Meninos e meninas, por sua vez, apareceram invariavelmente como pacientes. Eles permanecem nos relatos como objetos de violência, são encaminhados de um lugar ao outro e as informações acerca de seu futuro são mínimas. Essas vítimas são acompanhadas pelos relatos até a tomada da medida emergencial, mas não há um acompanhamento do que acontece depois, à exceção da breve notícia sobre a morte de uma das crianças atingida pelo incêndio em Nepomuceno. No caso do garoto encontrado em Ribeirão das Neves, por exemplo, nos quatro textos publicados pelo *Estado de Minas*, o que se observa é que gradativamente as informações acerca de como ele estava no abrigo vão escasseando, até que

no último relato não há qualquer menção ao seu estado naquele dia. A mãe se apresentou ao conselho tutelar, mas não há informações se o garoto sairia do abrigo ou se pôde ser visitado por ela. Por mais paradoxal que possa parecer, a visibilidade que crianças e adolescentes alcançam nos relatos, faz com que permaneçam na invisibilidade. A aparição das crianças e dos adolescentes num primeiro plano, quando ocorre a explicação da violência a que foram submetidos, vai se transformando numa imagem opaca, que acaba por perder vigor quando observamos os relatos. É, portanto, na maneira como são mostrados que meninos e meninas desaparecem.

6 APONTAMENTOS FINAIS

Realizar a análise passando do “caso comovente” ao noticiário cotidiano da violência contra crianças e adolescentes mostrou-se um gesto revelador. A ideia de empreendê-lo surge em meio à repercussão do caso Isabella Nardoni, que desperta nosso interesse por observar casos semelhantes publicados pelos jornais, mas que estavam longe de provocar o mesmo impacto. Essa inquietação foi ganhando corpo e tornando-se mais matizada à medida que avançávamos nas leituras sobre temas correlatos e, principalmente, na aproximação com os próprios textos jornalísticos. Assim, logo no começo do trabalho tomamos duas decisões que incidiram diretamente sobre os rumos da pesquisa: nosso interesse não residia em desvelar, de modo detalhado, o modo como a cobertura do caso Isabella se desenrolou e, fundamentalmente, nos perguntávamos pelas visibilidades (e por consequência invisibilidades) colocadas em jogo pelos textos relativos à violência contra crianças e adolescentes publicados nos jornais.

Partir da categoria “violência contra crianças e adolescentes” nos permitiu apanhar uma grande variedade de casos, e este modo de enfeixá-los tem a ver com nossa trajetória profissional e com a de tantos outros atores e organizações que militam pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Desse modo de abordagem decorreu também a necessidade de discutirmos as noções de violência e infância. Além disso, o caso Isabella funcionou como um marcador do âmbito de observação em que estas ocorrências violentas nos interessavam: a família. Por isso, investigamos o modo como este grupo se constituiu e passou a ser valorizado na sociedade ocidental e como, atualmente, pode ser relacionado a situações de violência contra meninos e meninas. No entanto, ao começar a ler os textos que integram o *corpus* de nossa pesquisa, detectamos a necessidade de abarcar não apenas os casos de violência que ocorressem no espaço intrafamiliar, mas também aqueles em que vítimas e agressores não estão ligados por um laço consanguíneo, contudo, possuem relações pautadas pela confiança. O que está em jogo nestes casos é que a agressão que parte de um professor ou de um conselheiro tutelar, por exemplo, também é inesperada e chocante. Assim, definimos que nossa observação adotaria como limite a violência cometida contra meninos e meninas no grupo doméstico. A partir destes parâmetros, partimos para a coleta e seleção do material, que atingiu a marca de 955 textos.

A análise do *corpus* se deu em três etapas: primeiro, fizemos uma aproximação inicial de alguns textos, escolhidos de forma aleatória, e procuramos observar como eles nos

interpelavam, que questões suscitavam para nosso trabalho e como elas poderiam ser agregadas ao conjunto de questionamentos que possuíamos de antemão. Posteriormente, passamos à elaboração de uma planilha para classificação dos textos, de modo a permitir a sistematização de informações e uma visão mais orgânica do conjunto. Num terceiro momento fizemos um movimento de “retorno” a alguns textos de modo a viabilizar a análise de elementos pertinentes à tessitura dos relatos com atenção dedicada especialmente às representações e aos sujeitos construídos. Esse “ir e vir” que caracterizou nossas estratégias metodológicas foi muito importante para que conseguíssemos construir um panorama das características relativas ao conjunto dos textos e, ao mesmo tempo, tecêssemos considerações sobre aspectos que se sobressaíram nos relatos, numa visada mais específica. Assim, procuramos concretizar a proposta de combinar uma apreensão longitudinal do *corpus* com a análise focada em alguns casos.

Nesse processo o que observamos é que se a “violência contra crianças e adolescentes” funciona como um imperativo ético para a pesquisa, não podemos dizer que é a partir desta referência que os relatos se constroem. Isso se reflete, por exemplo, no considerável grau de aleatoriedade dos fatores que levam à definição dos casos que se tornam “merecedores” de ocupar espaço – na maioria das vezes, reduzido – nos jornais. No modo como são reportadas, essas ocorrências são apresentadas como manifestações episódicas e decorrentes de posturas individuais, em detrimento de elementos que possam dizer de uma conjuntura mais abrangente. Desse modo, as crianças encontradas abandonadas em Venda Nova, cuja notícia analisamos no capítulo 4, são vítimas da negligência e do descuido da mãe, que pede esmolas para sobreviver. O garoto encontrado no matagal em Ribeirão das Neves também é vítima da mãe, que admite ter errado ao levá-lo para o ambiente inadequado do bar e tê-lo deixado por alguns minutos sob os cuidados de uma “amiga”, que ela conhecia há pouco tempo. No incêndio em Nepomuceno, a mãe segue para a festa, enquanto deixa os quatro filhos trancados em casa. Os relatos assumem, dessa maneira, um tom acentuadamente moralista, em que a principal preocupação é a de repreender o gesto dos adultos – das mães de modo mais específico, nos casos de abandono.

Por outro lado, a condição de vítimas não leva crianças e adolescentes a ocuparem um lugar privilegiado nos relatos, pelo contrário, gradativamente eles vão desaparecendo, seja no interior de um mesmo texto, seja na cobertura que se desdobra ao longo de vários dias, onde as informações sobre o estado da vítima se tornam cada vez mais escassas, chegando ao ponto

de não serem mais mencionadas. Assim, nos deparamos com situações como a de Nepomuceno, em que a morte de uma das crianças vítimas do incêndio – que dias antes havia ocupado a capa do *Super Notícia* – é reportada pelo mesmo jornal de maneira protocolar, sem qualquer menção às repercussões daquela perda para os membros da família ou a outros desdobramentos. Nesse sentido, não podemos deixar de citar a cobertura do caso registrado em Alagoinha, Pernambuco. Aos nove anos de idade, uma menina fica grávida de gêmeos em decorrência de abusos cometidos pelo padrasto, que, de acordo com informações breves e desencontradas, também seria acusado de abusar da irmã mais velha, de 13 ou 14 anos e que possuía algum tipo de deficiência – os relatos divergem quanto à idade e ao tipo de deficiência. O caso atinge uma “durabilidade” significativa, desdobrando-se ao longo de 21 dias nos jornais pesquisados, no entanto, é inquietante ver como a menina, a irmã e a mãe desaparecem dos relatos, que passam a priorizar o embate entre a Igreja Católica e atores políticos e organizações que se manifestaram a favor do aborto. No último relato que capturamos relativo ao caso, mãe e filhas voltam a ser citadas e a expectativa é de que passem a morar na periferia de Recife e sejam inseridas em programas governamentais. No entanto, mais uma vez ressaltam-se questões de foro individual e moral: o delegado anuncia que a mãe também deverá ser indiciada, pois é estranho que ela, a responsável pelo cuidado e a higiene das crianças, não tivesse notado que a menina estava sendo vítimas de violações.

O que estes e outros casos analisados, que consideramos como representativos do conjunto, revelaram é que no modo como os reporta, os veículos jornalísticos não demonstram qualquer constrangimento em marginalizar setores já marginalizados socialmente: crianças, adolescentes, mulheres, pobres e, possivelmente, negros – não é possível detectar esta informação por meio dos textos e não tivemos acesso às fotografias, mas as condições socioeconômicas nos levam a pressupor que a raça também é um fator importante na caracterização desses grupos. Tal lógica perversa da cobertura nos leva a concluir que nos relatos não apenas as vítimas, mas também aqueles que aparecem como agressores, são alvos de uma nova violência, dessa vez, de caráter simbólico, pois são agredidos pelos relatos. Como aponta Penamarín (2009), uma forma de violar identidades é traçar uma fronteira entre “nós” e os “outros”, em que os “outros” são deixados fora de maneira que o seu sentir e sua voz não são considerados, não se dão a conhecer, pois interessam as perspectivas e os valores do “nós”, que se colocam no lugar de poder definir o que importa. Assim, em nossa pesquisa consideramos que os “outros” são os personagens

implicados nas ocorrências violentas e estão distanciados do “nós”, formado pelo conjunto das instituições jornalísticas e de seus públicos. Unidos pela partilha dos mesmos valores e pelo fato de se enquadrarem no que prevê a norma, o “nós” relega aos “outros” a condição de desviantes, destinando nos relatos o tratamento compatível com as “atrocidades” que cometeram.

Como o próprio jornalismo defende que uma das condições para que um relato jornalístico seja considerado verdadeiro é que apresente compatibilidade com uma realidade coerente e pré-determinada (ETTEMA; GLASSER, 2011), torna-se interessante observar também o modo como os relatos jornalísticos lidam com o inesperado, apontado como a matéria-prima de seu trabalho. O que percebemos é que os relatos não demonstram disposição para encarar o potencial revelador do choque provocado pelas ocorrências violentas no grupo doméstico e pelas disjunções que elas podem provocar, insistindo que estes casos devem ser entendidos pela perspectiva do desvio. Portanto, essas ocorrências não colocam em xeque, por exemplo, os valores associados à família e à maternidade. No máximo, como ocorreu com frequência nos textos de opinião relacionados ao caso Isabella, constata-se que essas instituições estão sofrendo uma crise – de modo mais específico, a família – mas esse declínio não implica revisão no caráter positivo comumente associado ao grupo familiar. Ao contrário, a tristeza com que se constata a “crise” na família acaba por reforçar suas qualidades.

Todas estas considerações aplicam-se aos três jornais analisados. Mas há nuances entre eles que merecem ser destacadas. Em que pesem as limitações das ferramentas de coleta que empregamos na pesquisa, o *Super Notícia* apresentou uma quantidade de textos bastante superior ao *Estado de Minas* e *O Tempo*. No entanto, ao contrário do que se poderia supor, por ser um jornal popular, o tipo de cobertura realizado por ele não se distancia muito dos demais. O que o distingue, além do número de textos, é que apresenta uma preferência nítida pelos casos que resultam em morte, e, além disso, ocorrências que não passam de notas ou pequenas notícias no *Estado de Minas* e n’ *O Tempo* podem render uma reportagem de maior fôlego no *Super*. Nesse sentido, um exemplo interessante e já mencionado no trabalho é o relato da tentativa de venda de duas crianças pelo pai, que também havia agredido a esposa. O *Super* produz um relato detalhado da história e explicita sua relação com o contexto da violência doméstica, apresentando as dificuldades que Minas Gerais enfrenta na apuração dos casos e na condenação dos agressores, em virtude da falta de estrutura da polícia e do sistema de justiça. Assim, o veículo reconhecido pela abordagem sensacionalista é o que traz mais

dados de contexto no tratamento desta ocorrência. Nos casos de abandono que analisamos no capítulo 4, constatamos também que o *Estado de Minas* possui uma abordagem em que o moralismo aparece com mais força do que n' *O Tempo* e no *Super*, ainda que esse viés esteja presente nos relatos dos três veículos. O que detectamos é que quando o *EM* elege um caso de violência para tratar de modo mais detido, como o abandono da menina recém-nascida na garagem de uma casa em Ibirité, ou o do menino encontrado no matagal em Ribeirão das Neves, ele “carrega” na caracterização dos elementos que tornam os gestos e seus autores cruéis, ao mesmo tempo em que investe na “angelização” das crianças. Assim, quando cotejamos os relatos dos três veículos sobre estes mesmos casos, os textos d' *O Tempo* e do *Super* aparecem com um tom mais “seco”, não enfatizam aspectos morais com a mesma força empregada pelo *Estado de Minas*.

Assim, acreditamos ter chegado ao momento de “suspender” a pesquisa, restringi-la ao que nosso fôlego permitiu no âmbito do mestrado. No entanto, precisamos destacar que de modo algum tivemos a pretensão de esgotar os aspectos que merecem ser analisados. Muitas questões ainda permanecem no lugar do “ponto cego” e, dentre elas, optamos por destacar apenas duas, por terem chamado nossa atenção, mas que não conseguimos desenvolver neste trabalho: trata-se do lugar específico ocupado pelos adolescentes, pois embora nesta pesquisa tenhamos utilizado o conjunto “crianças e adolescentes” as diferenças de idade parecem ressoar em aspectos importantes para compreender o lugar ocupado pelas vítimas; do mesmo modo, seria produtivo investir na análise das relações de gênero, sobre as quais fizemos apenas breves menções, mas que parecem articuladoras da forma como as ocorrências violentas no grupo doméstico são apanhadas pelos relatos.

Por fim, gostaríamos de registrar breves impressões acerca do modo como apreendemos o jornalismo ao final do “corpo-a-corpo” que estabelecemos com os relatos analisados. Estamos seguros quanto à legitimidade das críticas que apresentamos até aqui, mas durante o percurso da pesquisa fomos acompanhados pela dúvida: não estaríamos esperando do jornalismo mais do que ele pode oferecer? Afinal, se está mergulhado na vida social, o que vimos nos relatos guarda uma estreita correspondência com o modo como as ocorrências violentas são lidas em nossa sociedade. Em virtude mesmo da militância de uma série de grupos, iniciada séculos atrás, admite-se cada vez menos que meninos e meninas sejam vítimas de violência (pelo menos em relação àquelas formas consideradas graves, sobre as quais há maior consenso) e arroga-se que a família e a comunidade não devem prescindir

do cuidado com elas, seja no provimento das condições materiais e afetivas, no caso da primeira, seja na realização de denúncias, no segundo caso. No entanto, esse rechaço à violência contra crianças e adolescentes parece não ter encontrado o ponto em que o seu bem-estar seja efetivamente o centro das atenções. Por enquanto, o sofrimento dessas vítimas funciona, na maior parte dos relatos, apenas como um disparador para a avaliação moral das atitudes dos adultos.

Além disso, a linha que separa valores de preconceitos se apresentou de modo bastante tênue. Se não há possibilidade de se produzir um relato despojado de valores (o que não consideramos como algo ideal ou produtivo), reforçamos nossa convicção de que jornalistas e instituições jornalísticas devem ser capazes de avaliar (e refutar) a participação de preconceitos e estigmas no modo como lidam com o mundo. E este conjunto de preocupações é fundamental para o “nós”, membros da Academia, responsáveis pela formação dos jornalistas que produzirão aquilo que se converterá em nossos objetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

ALMEIDA, Ana Nunes de. *et al.* Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, Lisboa, v. 34, n. 150, p. 91-121, 1999. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798695T1vKY9iv7Ce08NU0.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2011.

ANDI. *Imprensa, infância e desenvolvimento humano: uma retrospectiva de sete anos de análise de mídia*. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/imprensa-infancia-e-desenvolvimento-humano>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

ANTUNES, Elton. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de. (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 269-291.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNETT, O. W. *et al.* *Family violence across the lifespan: an introduction*. USA: Sage Publications, Incorporated, 2011.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. BAUER; G. GASKELL (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Vozes, 2008. p.189-217.

BERKOWITZ, Dan. Telling the unknow through the familiar: collective memory as journalistic device in a changing media environment. In: NEIGER, M. *et al.* (Ed.). *On media memory: collective memory in a new media age*. Great Britain, Palgrave Macmillan, 2011. p. 201-212.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 71-98, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei nº 7672 de 16 de julho de 2010*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso

de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483933>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. Código Penal (1940). *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 26 de fev. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 26 fev. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010*. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência de República, Casa Civil, Brasília 26 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 26 fev. 2013.

BRUNO, Fernanda; MARTINS, Karla Patrícia Holanda. Profetas da natureza: ver e dizer no sertão. *Intexto*, Porto Alegre, v.1, n.18, p. 1-12, janeiro/junho, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/6734>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

CABECINHAS, Rosa. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In: BAPTISTA, M.M. (Ed.). *Cultura: metodologias e investigação*. Lisboa: Ver o Verso, 2009. p.1-16.

CAPRA, Fritjof. Vivendo redes. In: DUARTE, Fábio *et al.* (Org.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política social. In: _____ (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p. 13-21.

CASTRO, Lucia Rabello de.; KOSMINSKY, Ethel V. Childhood and its regimes of visibility in Brazil: an analysis of the contribution of the Social Sciences. *Current Sociology*, Sage Publications, n.58, p.206-231, 2010.

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades. Resultados preliminares. *Jornal de Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 55, n.3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000300006&lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOULIARAKI, Lilie. The media as moral education: mediation and action. *Media, Culture & Society*, Sage Publications, v. 30, p.831-852, 2008.

CONCEIÇÃO, Antônia. (aconceicao@andi.org.br). *Manual de classificação D. Antonia*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elizianejornalismo@gmail.com em 30 mar. 2012.

DIAS, Isabel. *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

DORNELAS, António et al. *Portugal invisível*. Lisboa: Mundos Sociais, 2010.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. A íntima dependência mútua entre fato e valor. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 249-276, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito, *Estudos de Psicologia*, Natal, v.5, n.2, p.421-441, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n2/a07v05n2.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FRANÇA, Vera V. L. *Quéré: dos modelos da comunicação*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2003. Mimeografado.

GOMES, Wilson. Negociação política e comunicação de massa. In: _____. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GONÇALVES, Hebe Signorini.; FERREIRA, Ana Lúcia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.18, n.1 p. 315-319, 2002.

GREER, Chris. News media, victims and crime. In: DAVIES, P. M. *et al.* (Ed.). *Victims, crime and society*. London: SAGE, 2007. p. 20-49.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a contração simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEAL, Bruno Souza. *et al.* Narratives of death. In: CABECINHAS, Rosa; ABADIA, Lilia. (Org.). *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Braga: Universidade do Minho - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2012, p. 91-110.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: LEAL, Bruno Souza. *et al. Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, 2011.

MACHADO, Alberto Vellozo *et al.* Estudo para a formação de projetos de lei que insiram regras nos códigos penal e processual voltadas à prevenção e repressão da violência praticada com crianças e adolescentes. *Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente*, Brasília, 3 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.org.br/midiateca/publicacoes/estudo-para-a-formulacao-de-projetos-de-lei-que-insiram-regras-nos-codigos-penal-e-processual-voltadas-a-prevencao-e-repressao-da-violencia-praticada-com-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 31 mai. 2012.

MAIA, Rousiley C. M. (Coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARQUES, Claudete. (info@ivc.org.br). *Solicito informações sobre circulação de jornais mineiros* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elizianejornalismo@gmail.com em 25 jan. 2012.

McCOMBS, Maxwell. *Setting the agenda: the mass media and public opinion*. Cambridge: Blackwell Publishing Inc., 2004.

MELO, Patrícia Bandeira de. *Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

MERLEAU-PONTY, M. O visível e o invisível. São Paulo: Perspectiva, 1992 *apud* BRUNO, Fernanda; MARTINS, Karla Patrícia Holanda. Profetas da natureza: ver e dizer no sertão. *Intexto*, Porto Alegre, v.1, n.18, p. 1-12, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/6734>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

MEUNIER, J-P.; PERAYA, D. Do modelo do telégrafo ao da orquestra. In: _____. *Introdução às teorias da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002a. p. 49-83.

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002b. p. 37-47.

MOURA, S. M. S. R. de; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 24, p. 44-55, 2004.

OFICINA de Imagens. (oficina@oficinadeimagens.org.br). *Clipping-MG: Criança e adolescente na mídia*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elizianejornalismo@gmail.com em 11 mai. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. 20 nov. 1959. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Estudo Global das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças*. Ago. 2006. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf>. Acesso em 27 jun. 2012.

PEDEMONTTE, Damián Fernandez. *Conmoción pública: los casos mediáticos y sus públicos*. Buenos Aires: La Crujía, 2010.

PEÑAMARÍN, Cristina. Política de las representaciones, violencia identitaria y mediatización. *I/C - Revista Científica de Información y Comunicación*. Universidad de Sevilla, 2009, nº 6. p. 319-336. Disponível em: <http://icjournal.files.wordpress.com/2013/01/completo_6.pdf> Acesso em: 26 fev. 2013.

PONTE, Cristina. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PONTE, Cristina *et. al.* News and childrens's communication rights: a comparative analysis of 13 European quality newspapers. *European Societies*, Taylor and Frances, v. 9, n. 5, p. 735-754, 2007a.

PONTE, Cristina. Mudam-se os tempos, mudam-se as notícias? A cobertura jornalística de crianças no Público e Diário de Notícias em 2000 e 2005. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v.11, n. 11, p. 51-71, jul. 2007b.

QUÉRÉ, L. *Des miroirs equivoques*. Paris: Aubier, 1982.

QUÉRÉ, L. D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxeologique. *Réseaux*, France, v. 9, n.46-47, p.69-90, 1991.

_____. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, nº 6, p. 59-75, 2005.

RIBEIRO, Rosa Maria Ferreira. *Adoção emocional: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/ madrastas e enteados em famílias de recasamento*. 2005. 111f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SHOEMAKER, Pamela J. News and newsworthiness: a commentary. *Communications*, v. 31, p. 105-111, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

TENENBOIM-WEINBLATT, Keren. Journalism as an agente of prospective memory. In: NEIGER, M. *et al.* (Ed.). *On media memory: collective memory in a new media age*. London: Palgrave Macmillan, 2011. p. 213-225.

THOMPSON, John. B. A nova visibilidade. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 15-38, abril 2007.

VARJÃO, S. *Micropoderes, macroviolências* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/22zbb/pdf/varjao-9788523204914.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

VASTERMAN, P. Media-hype: self-reinforcing news waves, journalistic standards and the construction of social problems. *European Journal of Communication*, Sage Publications, v. 20, n.4, p. 508-530, 2005.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; FRANÇA, Renné Oliveira. Através do Espelho: o acontecimento Isabella na revista Veja. *Revista Logos*, Rio de Janeiro, n.2, p. 4-18, 2009.

VIVARTA, Veet. (Coord.). *Direitos, infância e agenda pública 2005-2007: uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana*. Traduzido por Sandra Pérez. Brasília, DF: ANDI; Rede ANDI América Latina, 2009. Disponível em <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/direitos-infancia-e-agenda-publica-uma-analise-comparativa-da-cobert>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

WAISBORD, S. Advocacy Journalism in a Global Context. In: WAHL-JORGENSEN K.; HANITZSCH, T. *The handbook of journalism studies*. New York: Taylor and Francis, 2009. p. 371-385.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

WANG, Yuxin; ZHANG, Mengbing. *Domestic violence against children: a views from social work*. 2011. 45f. Student thesis (Specialisation in international social work) - Faculty of Health and Occupational Studies, University of Gävle, Gävle, 2011. Disponível em: <<http://hig.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2:448299>> Acesso em: 26 fev. 2013.

WIEN, C.; ELEMUND-PRAESTEKAER, C. An anatomy of media hypes: Developing a model for the dynamics and structure of intense media coverage of single issues. *European Journal of Communication*, Sage Publications, v. 24, n.2, 2009.

ZANDBERG, E. *et al.* Past continuous: newsworthiness and the shaping of collective memory. *Critical Studies in Media Communication*, Taylor and Francis, v.29, n.1, p.65-79, 2012.

ZELIZER, B. Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. *Memory Studies*, Sage Publications, v.1, p.79-87, 2008.

ANEXO

Textos analisados no capítulo 4

Caso 1

Jornal: O Tempo

Data: 28/02/2008

Fonte: ANDI/EmPauta

Mãe é presa por maus-tratos em BH

Uma mulher de 27 anos foi presa pela Polícia Civil, no fim da tarde de ontem, acusada de maus-tratos e abandono de incapaz. Depois de uma denúncia feita por uma comerciante, os policiais encontraram um menino de 4 anos abandonado na rua Padre Pedro Pinto, em Venda Nova. De acordo com a delegada Gislaine de Oliveira Rios, da 9ª Delegacia Distrital da Polícia Civil, a criança estava andando, sozinha, pela avenida desde as 7h de ontem.

Ao localizar a residência onde o garotinho vivia, no bairro Lagoinha, também em Venda Nova, a delegada informou que o local estava em condições precárias, com restos de alimentos e fezes espalhados no quintal e dentro do imóvel." Quando chegamos à casa dessa criança, encontramos muita sujeira e mal cheiro", disse Gislaine. Outras duas crianças, um menino de 3 anos e um bebê de 2 meses, também estavam abandonados pela mãe na residência.

Segundo a delegada, a mãe dos garotinhos pede esmolas na rua e as doações que ela recebe das pessoas, como alimentos e roupas, também estavam jogadas no meio da sujeira encontrada no local. Ela também informou que o menino de 4 anos apresentava lesões corporais e fará exame de corpo de delito. Os três filhos da mulher foram levados para o Conselho Tutelar de Venda Nova. A mãe foi autuada por abandono de incapaz e maus-tratos. Se for condenada, ela pode pegar de um a quatro anos de prisão. Na última semana, pelo menos dois casos de maus-tratos de mães contra menores foram registrados na Grande Belo Horizonte. (HM)

Caso 2

Texto 1

Jornal: Estado de Minas

Data: 23/03/2008

Fonte: ANDI/EmPauta

Busca pelos pais continua

Polícia percorreram a região onde o menino foi abandonado, na expectativa de encontrar os responsáveis pelo garoto, mas não conseguiram localizar ninguém

Viaturas do 40º Batalhão da Polícia Militar percorreram ruas e avenidas dos bairros Santa Fé, Guadalajara e Lagoa, à procura de algum responsável pelo pequeno Lucas Júnior Medeiros, de 1 ano e 3 meses, abandonado em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Até as 18h, não havia pistas do paradeiro de nenhum parente. Gleiciane Medeiros, suposta mãe da criança, e Adair Lopes Júnior, o provável pai, também foram procurados no sistema de informação da PM, mas nada foi verificado.

As motivações do abandono ainda permanecem sem solução. A polícia não sabe o que ocorreu com a mãe, se foi vítima de violência, problemas psicológicos ou se agiu de maneira premeditada. De acordo com o Conselho Tutelar de Ribeirão das Neves, os pais serão processados por abandono de incapaz. Por volta das 17h30, Lucas foi deixado aos cuidados de funcionários do abrigo municipal da cidade.

A certidão de nascimento encontrada dentro da mochila que estava com a criança informava que Lucas nasceu em Santa Luzia e foi registrado num cartório do Bairro São Benedito. O fato movimentou os moradores do Bairro Guadalajara, onde o bebê foi encontrado. A auxiliar de serviços gerais Andréia Ribeiro, de 39 anos, viu a criança ser resgatada, mas desconhece o paradeiro de familiares do garoto. “A cena foi muito forte, doeu o coração. Fizemos algumas perguntas ao menino, mas ele não falava nada. Só ficava abraçadinho, no colo do rapaz que o resgatou”, conta.

A dona do salão de beleza que ajudou a alimentar o menino, Talita Mota, de 33, disse que não ouviu nada perto do salão, nem vozes, nem choro de criança. “É difícil compreender essa situação. Acho improvável que um bebê tenha andado por muito tempo, sozinho, segurando uma mochila. Um adulto foi responsável, mas se fizeram por maldade, porquê teriam deixado documentos tão importantes dentro da mochila?. Havia brinquedos, fraldas e o menino estava bem vestido. Não tenho idéia do que ocorreu e nunca vi a criança na região”, informa.

Ela diz ainda que bem próximo do matagal há a Avenida Denise Cristina da Rocha, por onde circulam ônibus de diversas linhas. O cabo da 204ª Cia de Ribeirão das Neves, Agnaldo do Carmo Costa, explica que é fundamental apurar o que ocorreu com a mãe da criança. “Não temos a menor idéia dos motivos do abandono. A criança foi deixada na rua, mas o que levou os responsáveis a fazerem isso ainda está sem resposta. O caso foi encaminhado a investigadores da 10ª Seccional de Ribeirão das Neves e também à polícia de Santa Luzia”, afirma o militar.

A conselheira tutelar Érika Rabelo Guedes explicou que os pais serão processados por abandono de incapaz. “Pelas roupas, o menino estava bem tratado. Mas o fato de estar na rua, em condições insalubres e sem um adulto responsável, configura o abandono. Vamos apurar a situação da família da criança. Se percebemos que não há condições de cuidado, não descartamos a possibilidade de colocá-la na fila de adoção”, diz a conselheira.

Caso 2

Texto 2

Jornal: Estado de Minas

Data: 24/03/2008

Fonte: ANDI/EmPauta

Sem pistas dos pais

Polícia Civil continua a procurar os responsáveis pelo menino Lucas Júnior, encontrado em um matagal em Ribeirão das Neves na manhã de sábado. Criança permanece em abrigo

A Polícia Civil continua sem pistas sobre o paradeiro dos responsáveis pelo menino Lucas Júnior Medeiros, de 1 ano e 3 meses, abandonado em um matagal na manhã de sábado em Ribeirão das Neves, na Grande BH. Ontem, militares da 204ª Companhia da Polícia Militar, do 40º Batalhão, informaram que uma mulher, que se apresentou como a tia materna da criança, teria ligado por volta das 9h40. “Ela não quis deixar o telefone de contato e disse que iria retornar, mas isso não ocorreu”, afirmou o cabo Jadson André de Sousa.

O militar conta que uma mulher, que disse se chamar Adriana, falou que era tia de Lucas. “A moça ligou e, antes que eu dissesse o nome todo do menino, ela já tinha completado. Informou que morava em Belo Horizonte e, assim como nós, desconhecia onde a irmã estava”, observou o policial. “A suposta tia disse também que morava com a mãe, que seria avó do menino. Contou que ficou sabendo do abandono lendo o jornal e que na última segunda-feira, sua mãe teria visitado o neto e levado até iogurte. Acrescentou que, neste dia, tudo estava tranquilo na casa da irmã”, contou o militar. Segundo a PM, a mulher não quis dizer nem o nome do bairro onde residia nem o da irmã.

Por volta das 11h de sábado, a criança estava sentada no meio de um matagal, na Rua Rio Verde com uma mochila azul a seus pés. Dentro, foram encontradas duas certidões de nascimento, além de brinquedos e fraldas. Segundo a Polícia Militar, um dos documentos seria do bebê, nascido em Santa Luzia, em 2 dezembro de 2006, e o outro da suposta mãe, Gleiciane Medeiros, de 20 anos. Na certidão constava o nome de Lucas Júnior Medeiros e também o do pai, Adair Lopes Júnior. Havia também, como avós paternos, os nomes de Adair Lopes e Maria Geralda Evangelista. Como avó materna, constava apenas o nome de Nilda Medeiros da cruz.

A conselheira tutelar Érika Rabelo Guedes informou tão logo seja localizado o pai, a mãe ou outro familiar do menino, será aberta uma sindicância para avaliar se os parentes têm condições de cuidar de Lucas. Se for constatado algum tipo de negligência ou outro problema, a criança pode entrar na fila de adoção. “O ideal é que ela não perca o vínculo familiar. Amanhã (hoje) vamos encaminhar o relatório para a Promotoria da Infância e da Juventude de Ribeirão das Neves”, diz. Somente em janeiro deste ano, o conselho tutelar da cidade registrou 15 abandonos de crianças e 35 abusos sexuais contra menores de 12 anos. Para informações que possam ajudar a encontrar a família do garoto, as pessoas podem ligar para o telefone 3639-6414.

No abrigo municipal da cidade, Lucas ainda estava assustado e chorava um pouco. A criança ficou quase o tempo todo no colo das funcionárias. Segundo as funcionárias do abrigo, Lucas se alimentou um pouco na noite de sábado e dormiu bem durante toda a madrugada. Acordou antes das 7h e logo, buscou o colo de uma delas. Durante o dia não quis brincar muito e preferiu o aconchego das “tias”. No colo da conselheira Érika, ele falou “titia”; e nada mais.

Sem poder visitar o menino, já que estava de plantão, o vigilante Carlos Virgínio da Silva, de 33, que encontrou Lucas, se mostrou preocupado com o destino do garoto. “Gostaria muito de ver como a criança está, mas hoje (ontem) estou de plantão. Torço pelo bom desenvolvimento físico e psicológico do bebê e, se pudesse, ficaria com ele”, afirmou Carlos.

Caso 2

Texto 3

Jornal: Estado de Minas

Data: 25/03/2008

Fonte: ANDI/EmPauta

Família não sabe paradeiro da mãe

Avó e tio de criança encontrada em matagal apresentam-se a conselho tutelar e temem violência. Pai do menino está preso

Dois dias depois do encontro de Lucas Júnior Medeiros, de 1 ano e 3 meses, em um matagal, em Ribeirão das Neves, na Grande BH, familiares da criança foram ontem ao Conselho Tutelar de Justinópolis, distrito da cidade, para prestar depoimentos. A avó materna, a empregada doméstica Nilda Medeiros da Cruz, de 49 anos, e o filho dela, o vendedor Gleidson Medeiros, de 25, disseram não saber do paradeiro da mãe do menino, Gleiciane Medeiros, de 20, mas temem a possibilidade de ela ter sido vítima de algum crime. Abatidos, Nilda e o filho afirmaram que o pai de Lucas, Adair Lopes Júnior, de 32, está preso. A Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) confirmou a presença dele no Centro de Remanejamento de Presos (Ceresp) da Gameleira, desde 13 de dezembro.

O caso, configurado como abandono de incapaz, foi encaminhado à Delegacia-Adjunta de Crimes contra Mulher, Idoso e Adolescente da cidade. Nilda disse que mora com a filha, no Bairro São Bernardo, na Região Norte de Belo Horizonte. No entanto, como é acompanhante de idosos, fica o tempo todo no trabalho, no Bairro Horto, na Região Leste da capital. “Só tenho folga nas segunda-feira e, na última, estava tudo bem em casa. Fiz compras e levei para meu neto e depois não tiver mais contato com Gleiciane”, disse a avó da criança.

Ela conta que a filha sempre tratou bem o filho, dava carinho e era muito atenciosa. Mas o uso de bebida alcoólica preocupava Nilda. “Ela bebia e não tinha amigos nem contatos em Ribeirão das Neves. Mas nem bebendo minha filha tratava mal o Lucas. Ela não tem motivos para abandonar o filho. Por isso, tenho muito medo de Gleiciane ter sido vítima de alguma violência”, afirmou a avó, acrescentando que tem condições de cuidar do neto. Lucas permanece no abrigo municipal de Ribeirão das Neves.

Nilda disse que, apesar de cuidar bem do filho, Gleiciane não tem trabalho fixo e faz faxinas em casas de vez em quando. Ela ficou sabendo do abandono do neto pela imprensa e somente ontem foi ao conselho tutelar. “Ele já morava comigo e pode voltar a qualquer momento. Criei meus três filhos sozinha, sem ajuda. Na casa que come um, come dois. Temos carinho e atenção para oferecer”, disse. O tio de Lucas, contou que nunca teve contato com amigos da irmã.

“Ela morava com o marido, no Bairro São Benedito, em Santa Luzia, na Grande BH. E, por não residir em BH, não tinha muito convívio com eles. Depois de ele ser preso, minha irmã voltou a morar na capital, mas nunca a vi maltratando meu sobrinho”, diz Gleidson, pai de uma menina de 4 anos.

A conselheira tutelar Érika Rabelo Guedes informou que na manhã de ontem, o relatório sobre o abandono foi encaminhado à Promotoria da Infância e da Juventude de Neves. “O juiz irá decidir se a criança vai ou não voltar para a família. Mas, para isso, será aberta sindicância para avaliar se os parentes têm condições de ficar com Lucas”, observou.

Ela contou que duas pessoas ligaram para o conselho dizendo ter visto Gleiciane em Santa Luzia, chorando. Os denunciantes contaram que ela teria entregue o filho para uma mulher cuidar e que a desconhecida havia desaparecido com o bebê. Ontem, além dos familiares, o vigilante que salvou a criança, Carlos Virgínio da Silva, de 33, também tentou, mas não conseguiu visitá-la no abrigo. A delegada, Glória Maria Ferreira Duarte afirmou não descartar a possibilidade de Gleiciane ter sido vítima de crime. "O fato de a certidão ter sido deixada dentro da mochila do garoto pode indicar algum tipo de violência. Mas abrimos inquérito e vamos averiguar o ocorrido. Com relação às denúncias, temos que apurar", disse a policial.

CASO Por volta das 11h de sábado, a criança foi encontrada sentada no meio de um matagal, na Rua Rio Verde, no Bairro Guadalajara, com uma mochila azul a seus pés. Dentro, foram achadas duas certidões de nascimento, além de brinquedos e fraldas. Segundo a Polícia Militar, um dos documentos seria do bebê, nascido em Santa Luzia, em 2 dezembro de 2006.

"O fato de a certidão ter sido deixada dentro da mochila do garoto pode indicar algum tipo de violência"

Glória Maria Ferreira Duarte, delegada

Caso 2

Texto 4

Jornal: Estado de Minas

Data: 26/03/2008

Fonte: ANDI/EmPauta

Mãe acusa amiga de raptar menino

Por trás da comovente história do menino Lucas Júnior Medeiros, de 1 ano e três meses, encontrado sábado, sozinho e faminto, num matagal de Ribeirão das Neves, na Grande BH, há um quebra-cabeça de negligência, desajuste familiar, bebida e uma suposta mulher, conhecida apenas como Marisa, que seria colega da mãe da criança, a desempregada Gleiciane Medeiros, de 20. Ontem, com lágrimas nos olhos e mostrando uma tatuagem com o nome do filho, a mãe prestou esclarecimentos ao Conselho Tutelar e, em seguida, foi ouvida pela delegada Glória Maria Duarte. Gleiciane acusou a amiga, que conheceu há 30 dias, de ter levado a criança, enquanto tomavam cerveja num bar no Centro de BH.

Em 2007, conselheiros tutelares foram à casa de Lucas apurar denúncias de maus-tratos e abandono. Desde domingo, o conselho recebeu mais três ligações de vizinhos. Conselheiros e policiais desconfiam da versão. “Vamos tentar localizar a amiga. Pode ser que ela não exista”, afirmou a delegada. “Acredito que não há essa tal pessoa”, acrescentou a conselheira Érica Rabelo. Já a mãe sustentou o depoimento: “Encontrei-a em Santa Luzia, às 16h30 de sexta-feira. Bebemos no Bairro São Benedito e fomos a um bar da Rua Caetés, em BH. Às 19h30, pedi que ela segurasse meu filho para ir ao banheiro. Quando voltei, não os vi mais”.

Emocionada, a desempregada deu informações que não foram comprovadas pela Polícia Civil. Assegurou que teria feito uma queixa sábado, mas a polícia não encontrou o documento. Gleiciane também não soube explicar por que não procurou o filho domingo, quando tomou conhecimento de que ele havia sido encontrado.

“Na sexta-feira, fui à casa da Marisa e o pai dela me disse que a filha voltaria na segunda. No sábado, registrei a ocorrência. No domingo, soube que o Lucas havia sido encontrado”, repetiu a desempregada. Triste, confessou que errou ao levar a criança para dois bares. Admitiu que tem o hábito de beber muito, mas apenas cerveja. “Não uso drogas e a coisa que mais queria nesse momento era tê-lo ao meu lado”, afirmou, passando a mão nos seios: “Está cheio de leite. Eu o amamento, em média, oito vezes por dia”.

Gleiciane conheceu o pai da criança, Adair, que está preso, no Centro de BH. “Foi no fim de 2003. Ele era camelô e mexeu comigo. Começamos a namorar e engravidei. Nosso relacionamento foi complicado. Terminamos e voltei para a casa de minha mãe, no Bairro São Bernardo. Quero meu filho de volta”, disse. Se condenada por abandono de incapaz, ela pode pegar de seis meses a três anos de prisão.

Caso 3

Texto 1

Jornal: Super Notícia

Data: 02/05/2008

Fonte: <http://www.otempo.com.br/supernoticia/acervo/?IdEdicao=272&IdNoticia=11294>

IRRESPONSABILIDADE

FOGO ATINGE CRIANÇAS TRANCADAS PELA MÃE

Mulher vai para rodeio e deixa os quatro filhos em casa; vela no quarto teria provocado incêndio

Quatro crianças - de 2, 5, 7 e 9 anos - sofreram queimaduras graves no final da noite de anteontem durante um incêndio que destruiu a casa onde elas dormiam sozinhas, na cidade de Nepomuceno, no Sul de Minas. A mãe dos meninos, a doméstica M.N.P., de 27, estava numa festa de rodeio quando o fogo começou, possivelmente por uma vela deixada no quarto. Segundo a Polícia Militar, as crianças poderiam ter morrido queimadas, já que estavam trancadas. Por sorte, uma viatura policial passou em frente à residência em chamas.

Assim que se aproximaram, os policiais ouviram os gritos de socorro. O fogo e a fumaça, conforme o sargento Josimar de Carvalho Aguiar, do 2º Pelotão da 112ª Companhia do 8º BPM, estavam em toda a residência.

Aguiar informou ainda que eles tentaram arrombar a porta da cozinha e como não conseguiram, quebraram os vidros da janela do único quarto e conseguiram tirar o menino de 2 anos e a menina de 7. "A mais velha e o garoto de 5 estavam no banheiro aos gritos. No desespero, já que o telhado estava desabando, pegamos os cassetetes, quebramos parte da parede e conseguimos retirar os dois pelo buraco", contou o policial.

De acordo com Aguiar, a mãe dos meninos chegou à residência cerca de 30 minutos depois do início do incêndio, com sintomas de embriaguez. Ela e os filhos foram levados para a Santa Casa de Nepomuceno. Das crianças, apenas a mais velha de 9 anos, cujos ferimentos não foram tão graves, não precisou ser transferida para o Hospital de Pronto-Socorro João XXIII (HPS), na capital. A doméstica foi submetida a exames de teor alcoólico, que confirmaram a embriaguez.

Em seguida M. foi presa e encaminhada a uma delegacia. Ela pode ser indiciada por abandono de incapaz e lesão corporal. Em sua defesa, M. disse que não tinha com quem deixar os filhos e, por isso, decidiu trancá-los em casa. Como a residência não tem energia elétrica, deixou uma vela, no quarto onde os filhos dormiam. O Conselho Tutelar de Nepomuceno foi acionado e informou que a mulher respondia por outras três denúncias de abandono.

QUEIMADURAS GRAVES

O estado de saúde de três das quatro crianças vítimas do incêndio em Nepomuceno, no Sul de Minas, é grave. Elas foram transferidas para Belo Horizonte e estão internadas no Hospital de Pronto-Socorro João XXIII. Segundo a médica coordenadora do plantão, Vânia Tannure, o quadro das vítimas é estável e sujeito a várias complicações.

Segundo ela, as crianças tiveram queimaduras de segundo e terceiro graus e correm risco de morte. "O garoto de 5 anos saiu do bloco cirúrgico e ainda assim inspira muito cuidado. Ele está com 18% da área corporal queimada, tendo sido afetado no tórax e na face", informou. Os outros dois irmãos, uma menina de 7 e um garoto de 2, estão respirando com a ajuda de aparelhos.

O quadro mais grave é da garota. Ela está internada no Centro de Tratamento Intensivo, com 55% do corpo queimado. O caçula teve 35% do corpo atingido pelas chamas. A irmã mais velha, de 9 anos, foi encaminhada ao hospital de Lavras, de onde já recebeu alta.

Caso 3

Texto 2

Jornal: Super Notícia

Data: 03/05/2008

Fonte: <http://www.otempo.com.br/supernoticia/acervo/?IdEdicao=273&IdNoticia=11342>

Mulher deve perder guarda dos filhos em Nepomuceno

Mãe trancou crianças e foi para rodeio; casa pegou fogo e foi destruída

A mulher que deixou os quatro filhos trancados em casa para ir a um rodeio na noite da última quarta-feira, em Nepomuceno, no Sul de Minas, não deve ficar mais com as crianças. Ontem, o Conselho Tutelar da cidade solicitou à Promotoria da Infância e Juventude que a guarda dos meninos seja retirada da mãe.

Um incêndio - provocado por uma vela deixada no alto do guarda-roupa do quarto onde os menores dormiam - deixou três dos quatro meninos gravemente feridos. A conselheira tutelar Marli de Oliveira informou que não foi a primeira vez que a mãe praticou atrocidades contra os filhos.

No ano passado, segundo ela, foram vários os registros policiais contra a mulher, que é alcoólatra e vai permanecer presa pelo crime de abandono de incapaz até que seja tomada uma decisão judicial. Até o final da tarde, dois garotos - de 2 e 5 anos - e uma menina, de 7, permaneciam internados no HPS João XXIII. Segundo os médicos, a garota corre risco de morrer. Quando tiverem alta, as crianças devem seguir para casa de parentes. A mais velha, de 9 anos, está com a avó.

Caso 3

Texto 3

Jornal: Super Notícia

Data: 03/05/2008

Fonte: <http://www.otempo.com.br/supernoticia/acervo/?IdEdicao=277&IdNoticia=11462>

Morre criança vítima de incêndio em Nepomuceno

O mais novo dos quatro irmãos queimados durante um incêndio numa casa no município de Nepomuceno, no Sul de Minas, morreu ontem de manhã. O garoto de 4 anos estava no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) do Hospital de Pronto-Socorro João XXIII, em Belo Horizonte, desde a madrugada da última quinta-feira.

Segundo a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), a irmã do garoto, de 7 anos, e o irmão, de 5, permanecem internados em estado grave. Apenas a mais velha das crianças, de 9 anos, recebeu alta. A menina está morando com o pai e avós na cidade de Lavras, também no Sul do Estado.

A mãe dos meninos, a doméstica M.N.P., de 27 anos, está presa. A mulher trancou os filhos sozinhos em casa enquanto eles dormiam e foi para um rodeio. Como a residência onde eles moravam não tinha energia elétrica, a doméstica acendeu um vela, o que pode ter provocado o incêndio. Segundo o delegado Cleber Couto, a mulher será indiciada por abandono de incapaz, qualificado pelo resultado morte.

Caso 4

Texto 1

Jornal: O Tempo

Data: 07/04/2009

Fonte: ANDI/EmPauta

Recém-nascido é abandonado em garagem de residência

Um recém-nascido foi abandonado na garagem de uma casa em Ibirité, na região metropolitana de Belo Horizonte, na noite de ontem. De acordo com o sargento Antonio Acássio, do 48º Batalhão da PM, o bebê, ainda sujo de sangue e com o cordão umbilical, teria chorado e chamado a atenção da dona da residência. Ao comparecer à garagem, a mulher de 27 anos encontrou o recém-nascido no chão e descoberto, apenas com a roupa do corpo. Assustada, ela pegou o bebê e o enrolou em um cobertor, depois acionou a polícia. O bebê foi levado para o hospital da cidade. (JJ)

Caso 4

Texto 2

Jornal: Super Notícia

Data: 07/04/2009

Fonte: <http://www.otempo.com.br/supernoticia/acervo/?IdEdicao=619&IdNoticia=26252>

Bebê é deixado em garagem de casa em Ibité

Um recém-nascido foi abandonado na garagem de uma casa em Ibité, região metropolitana de Belo Horizonte, ontem à noite. De acordo com o sargento Antonio Acássio, do 48º Batalhão da PM, o bebê, ainda sujo de sangue e com o cordão umbilical, teria chorado e chamado a atenção da dona da residência.

A mulher, de 27 anos, foi à garagem e encontrou o recém-nascido no chão e coberto apenas pela roupa do corpo. Assustada, ela pegou o bebê, o enrolou em um cobertor e acionou a polícia.

O recém-nascido foi socorrido e encaminhado à maternidade da cidade, onde ficou em observação. Segundo o sargento, os médicos afirmaram que ele passa bem. "Ainda não sabemos quem o abandonou, mas vamos procurar a mulher e, em breve, identificá-la".

Caso 4

Texto 3

Jornal: Estado de Minas

Data: 08/04/2009

Fonte: ANDI/EmPauta

Bebê deixado por mãe em garagem

Em poucos minutos de vida, a pequena Gabriela conheceu uma das atitudes mais cruéis do ser humano: o abandono. Assim que veio ao mundo, a mãe a deixou dentro de uma picape, na escuridão, com frio e fome, em Ibitaré, na Grande BH. Ao mesmo tempo que conheceu a frieza humana, a recém-nascida também descobriu a sorte e o calor de muitos corações.

Na noite de segunda-feira, a técnica de enfermagem Patrícia Ferreira de Oliveira, de 27 anos, preparou o jantar, subiu para um dos quartos da casa e ouviu um choro de bebê. "Imediatamente fui para a garagem, que é aberta para a rua, e lá encontrei a neném. Ela estava na carroceria do Fiat Fiorino, entre tapetes e entulhos. Achei-a tão indefesa que a pus nos braços e levei para casa. Ela estava com os pezinhos e dedinhos frios e colocava-os na boca como se procurasse se alimentar. Enrolei-a no cobertor, verifiquei a respiração e chamei a polícia", conta Patrícia. Como havia rastro de sangue no chão e no veículo, ela desconfia que a mulher deu à luz no chão da garagem e depois encostou no capô do carro. "Não ouvimos nada", afirma.

A criança foi levada para a Maternidade Municipal de Ibitaré, onde recebeu de enfermeiras o nome de Gabriela. De acordo com elas, a menina tem cara de sapeca e foi uma guerreira. "Ela está passando bem. Como não tivemos acesso ao pré-natal, estamos fazendo exames para verificar doenças e infecções, já que desconhecemos a forma do parto. Ela está com 3,1 quilos e mede 50cm", informou o diretor da maternidade, Sérgio Dias Vilela, que previu alta para amanhã ou sexta-feira.

Segundo Luiz Cláudio Gaspar, presidente do Conselho Tutelar de Ibitaré, a criança será levada para um abrigo. Ontem, o Ministério Público foi acionado. "Se ninguém aparecer, ela entrará para a fila de adoção do fórum", explica Luiz. Ele disse que ontem mesmo recebeu ligações de interessados em adotar a menina. "Muitos estão ligando, mas o processo é demorado, porque há uma fila de espera", revela Luiz.

Patrícia, que encontrou Gabriela na garagem, ontem mesmo a visitou na maternidade. "Como estou desempregada e já tenho três filhos, não desejo adotá-la, mas confesso que me deu vontade", explicou.

Ainda não há suspeitas sobre o paradeiro da mãe, mas a Polícia Civil vai abrir inquérito para apurar o abandono. Patrícia nem desconfia quem pode ter sido a mulher. "A mãe poderia ter entrado em trabalho de parto. Ou sabe que sou técnica de enfermagem e deixou a menina comigo", disse. Não é o primeiro abandono de bebê em Ibitaré. Em 2007, uma menina foi deixada pela mãe perto do bairro onde Gabriela foi localizada.

Caso 5

Texto 1

Jornal: O Tempo

Data: 28/04/2008

Fonte: ANDI/EmPauta

Mulher é acusada de abandonar oito filhos

Oito crianças e adolescentes, com idades de 1 a 14 anos, foram encontradas ontem em uma casa no bairro Itacolomi, em Sabará, na Grande Belo Horizonte. Elas teriam sido abandonadas pela mãe, uma cozinheira de 33 anos.

A denúncia de que as crianças estavam sozinhas partiu de vizinhos e foi feita aos policiais militares da 15ª Companhia.

Segundo os policiais, algumas crianças estavam em casa e outras brincavam na rua. A Polícia Militar localizou o pai das crianças, Joselito Aparecido Jesus, 43. Ele disse que não abandonou os filhos.

"Ela me largou cinco vezes, e sempre voltou com um filho diferente", acusou. Joselito Aparecido disse que há um mês ficou preso durante nove dias, acusado, pela própria mulher, de agressão. Depois que foi liberado, encontrou a casa da família destruída pelo fogo. "Fiquei sem nada e ela levou os filhos para uma casa no bairro Vila Rica, estão jogados na vida", contou.

Joselito Aparecido foi morar na casa da irmã e foi orientado a não procurar mais Rosilene Alves. Ele registrou cinco filhos e não reconhece a paternidade dos outros.

Agora, o pai quer a guarda dos filhos. "Mas quero criar os meninos sem ela", frisou. Para o pintor que vive de biscates, a mãe não educou os meninos. Ele informou que os filhos foram encaminhados ao Conselho Tutelar de Sabará. "Estou com um monte de filho que não é meu", reclamou.

Caso 5

Texto 2

Jornal: Super Notícia

Data: 28/04/2008

Fonte: <http://www.otempo.com.br/supernoticia/acervo/?IdEdicao=268&IdNoticia=11130>

Mãe abandona oito filhos em Sabará

Oito crianças e adolescentes - com idades entre 1 e 14 anos, foram encontradas ontem no bairro Itacolomi, em Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a Polícia Militar, elas foram abandonadas pela mãe, a cozinheira Rosilene Alves Campos, 33 anos. A denúncia partiu de vizinhos e a meninada acabou sendo encaminhada ao Conselho Tutelar de Sabará.

Os militares conseguiram chegar ao pai dos garotos, Joselito Aparecido Jesus, de 43. Ele disse que não abandonou os filhos. "Na verdade, ela me largou cinco vezes e sempre voltava com um filho diferente", acusou. Há um mês, ele ficou preso nove dias após denúncia de agressão feita pela mulher. De acordo com ele, quando saiu da cadeia, Rosilene tinha levado os filhos para outro bairro e ele preferiu não procurar mais a família. Silva admite reconhecer a paternidade de cinco crianças.